



JAIME LERNER

MENSAGEM DE 1997 À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

RELATO DAS PRINCIPAIS
AÇÕES E PROGRAMAS
DE 1996

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1996

GOVERNADOR DO ESTADO

JAIME LERNER

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

EMILIA DE SALLES BELINATI

SECRETÁRIOS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

REINHOLD STEPHANES JÚNIOR

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

HERMAS EURIDES BRANDÃO

CASA CIVIL

LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI

GIOVANI GIONÉDIS

CASA MILITAR

LUIZ ANTONIO BORGES VIEIRA

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR

GERSON GUELMANN

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO

COMUNICAÇÃO SOCIAL

JAIME TADEU LECHINSKI

CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

FANI LERNER

CULTURA

EDUARDO ROCHA VIRMOND

DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

SEGISMUNDO MORGENSTERN

DESENVOLVIMENTO URBANO

LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN

EDUCAÇÃO

RAMIRO WAHRHAFTIG

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

JONI PAULO VARISCO

ESPORTE E TURISMO

SILVIO MAGALHÃES BARROS II

OSVALDO LUIZ MAGALHÃES DOS SANTOS

FAZENDA

MIGUEL SALOMÃO

GOVERNO

GIOVANI GIONÉDIS

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CASSIO TANIGUCHI

NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS

JUSTIÇA E CIDADANIA

EDSON LUIZ VIDAL PINTO

MEIO AMBIENTE

HITOSHI NAKAMURA

OBRAS PÚBLICAS

DANTE BELINATTI GUAZZI

HITOSHI NAKAMURA

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI

LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN

POLÍTICA HABITACIONAL - COHAPAR

RAFAEL BERNARDO DEL Y

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

LUIZ CARLOS CALDAS

SAÚDE

ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO

SEGURANÇA PÚBLICA

CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA

TRANSPORTES

DENI LINEU SCHWARTZ

**MENSAGEM DA GOVERNADORA EM EXERCÍCIO
EMILIA DE SALLES BELINATI AO LEGISLATIVO
ESTADUAL**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,
SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS,

É com grata satisfação que, na condição de Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado Paraná em exercício e de acordo com os preceitos da Constituição Estadual, submeto à apreciação do Poder Legislativo o relato dos principais programas e ações, referente às realizações do segundo ano de atividades governamentais.

Nesta ocasião, em que foi concluída a primeira metade do mandato eletivo, destaco inicialmente o ambiente de trabalho, dentre a equipe de governo e dentre o funcionalismo estadual, caracterizado, por um lado, pelo entusiasmo com os avanços realizados e com o sucesso obtido pelo redirecionamento nas políticas públicas; mas, por outro lado, caracterizado principalmente pela consciência de que muito há por se fazer, ainda, na segunda metade desta gestão, de modo a efetivamente reconduzir nosso Estado e, em especial, nossas diversas regiões aos lugares de destaque - nacional e internacional - que tanto merecem o seu povo e os representantes dessas comunidades, com assento nesse plenário.

Diante desse desafio, gostaria de enfatizar minha clara e absoluta certeza no cumprimento daquilo que o Governo Jaime Lerner assumiu como missão, ao receber, nas urnas, a confiança do povo paranaense. Os agentes sociais, produtivos e

institucionais têm, ao longo desta jornada, reiterado por diversas vezes essa confiança, apoiando e estimulando sempre para a construção desse novo cenário na história do desenvolvimento estadual. O projeto de transformação, que foi esboçado pelo Governo há dois anos, começa a adquirir contornos mais definidos ao final deste período, passando a ser construção sólida nos próximos dois anos. Este é o momento de traçar, em definitivo, a fisionomia do Paraná que desejamos para o futuro, reforçando os contornos e as linhas para o projeto de transformação, razão pela qual renovo, neste ato, o chamamento à solidária união entre todos os segmentos e setores da sociedade paranaense.

E para tornar mais eficaz a participação neste processo de transformação e construção, o documento que ora apresento, - Senhores Deputados - foi, elaborado de forma a facilitar sua leitura e compreensão: o capítulo inicial oferece uma visão estratégica das ações de Governo, e no capítulo seguinte, são relatadas as ações setoriais, integradas entre si em projetos temáticos. Uma maior transparência e um fácil entendimento na leitura das atividades do executivo, favorece as contribuições que certamente haverão de vir, por parte do Legislativo e da comunidade em geral, quanto ao aprimoramento destes programas e destas ações governamentais.

Para o ano de 1997, estabelecemos três grandes linhas de ação: dar prioridade de serviço ao Interior do Estado, consolidar a perspectiva de mudança do perfil econômico do Paraná e dar maior dinamismo à política de criação de igualdade de oportunidades para todos. Dessa forma, os programas e ações já iniciados e aqueles projetados, deverão, pelas linhas estabelecidas, ter mais abrangência em todos os municípios.

Estabelecer a prioridade do serviço para o Interior representa um esforço da administração estadual no sentido de cumprir, efetivamente, as metas das obras e programas projetados. Além disso, o governo estadual pretende abrir novos caminhos, que possam restabelecer o equilíbrio regional e dar novas perspectivas, principalmente,

para os pequenos e médios municípios, com atenção especial aos pequenos produtores rurais.

Dentro da perspectiva de se estabelecer políticas que possam dar um novo perfil econômico ao Paraná, a administração estadual vai direcionar novas ações, especialmente no Interior, para consolidar, o mais breve possível, esta nova realidade. Em termos práticos, está criando, com o plano de obras, programas e serviços, novas oportunidades para o crescimento social e econômico, melhor qualidade de vida e justiça social.

Está em curso o processo de ajuste da economia brasileira à globalização da economia mundial. O Estado do Paraná, através das iniciativas do governo estadual, saiu na frente, procurando agir de forma que os efeitos negativos destas mudanças sejam os menores possíveis, assim como este novo quadro possa propiciar outras oportunidades para a transformação qualitativa de sua economia.

Estamos convictos - e trabalhando para isso, com seriedade - que deverá haver uma crescente inserção do Paraná no mercado nacional e internacional. Especialmente, pela aproximação do Estado com os países vizinhos e o Chile, pelo conjunto das ações do MERCOSUL, pelos projetos desenvolvidos no Oeste do Estado, pelo estabelecimento das montadoras na Região Metropolitana de Curitiba, e, em suma, pela própria nova dinâmica da economia. Estamos nos preparando para atender às novas demandas, com a implantação do Anel de Integração, a ampliação da capacidade portuária e ferroviária, a capacitação profissional e a inovação tecnológica.

Pretendemos entrar no Terceiro Milênio com o Paraná preparado para os novos desafios que se apresentam, entendendo que o homem de sua terra é a única medida para todas as ações do governo.

SUMÁRIO

Nesse sentido, - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Senhores Membros da Mesa e Senhores Deputados, agradeço com antecipação as contribuições e o apoio desta Casa, como de sorte de todo o povo paranaense, para que possa executar com eficiência e eficácia as transformações em curso, as quais o Paraná tanto necessita, dentro desta conjuntura globalizante e em mutação, que caracteriza estes finais do século e de milênio.

Curitiba, 17 de fevereiro de 1997

EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

CAPÍTULO I - ESTRATÉGIAS ESTADUAIS.....	1
1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO.....	3
2. DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	6
3. GESTÃO PÚBLICA	7
4. INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA.....	9
CAPÍTULO II - PROJETOS E AÇÕES.....	11
II.A. PROJETOS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO	13
A.1 PARANÁ 12 MESES	15
A.1.1 Apoio à Pequena Propriedade Rural.....	18
A.1.2 Comercialização de Produtos Agroindustriais.....	18
A.1.3 Desenvolvimento Agroindustrial.....	20
A.1.4 Educação Rural e Profissionalização.....	22
A.1.5 Manejo Adequado dos Recursos Naturais.....	22
A.1.6 Promoção e Preservação do Projeto “Padrão Qualidade Paraná”	23
A.1.7 Vilas Rurais.....	23
A.2 PARANÁ AMBIENTAL.....	25
A.2.1 Caminhos do Mar	27
A.2.2 Centros de Educação Ambiental e PIÁ’s Ambientais.....	28
A.2.3 Cidadania Rural.....	29
A.2.4 Conservação e Recomposição de Fundos de Vale/Matas Ciliares.....	29
A.2.5 Desenvolvimento Florestal.....	29
A.2.6 Elaboração e Implantação de Planos de Manejo.....	30
A.2.7 Flora e Fauna/Conservação da Biodiversidade	32
A.2.8 Floresta Atlântica.....	32
A.2.9 Gestão de Resíduos Sólidos	33
A.2.10 ICMS-Ecológico/Mananciais de Abastecimento Público.....	35
A.2.11 Parque Estadual das Araucárias	36

A.2.12 Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.....	36	A.7.2 Implantação e Ampliação de Sistemas - Água e Esgoto Sanitário.....	64
A.2.13 Recursos Hídricos.....	36	A.7.3 Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgoto Sanitário	65
A.2.14 Saneamento Ambiental	38	A.7.4 Melhorias Operacionais no Sistema	66
A.2.15 Vila Velha-Guartelá.....	39	A.7.5 Micropoços.....	66
A.3 PARANÁ + EMPREGO.....	40	A.8 PARANÁ + TECNOLOGIA.....	67
A.3.1 Apoio ao Investimento Produtivo.....	41	A.8.1 Animação do Desenvolvimento Tecnológico	67
A.3.2 Câmaras Setoriais	43	A.8.2 Centro de Biotecnologia	68
A.3.3 Desenvolvimento do Trabalho	43	A.8.3 Fomento para Desenvolvimento da Tecnologia (Artigo 205).....	69
A.3.4 Estímulo às Atividades Geradoras de Empregos	44	A.8.4 Gestão Documental.....	69
A.3.5 Formação Profissional	45	A.8.5 Incubadora de Alta Tecnologia	69
A.3.6 Relações e Pesquisas na Área do Trabalho.....	45	A.8.6 Inspeção e Segurança Veicular.....	70
A.4 PARANÁ + ENERGIA.....	47	A.8.7 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia	70
A.4.1 Derivação do Rio Jordão.....	50	A.8.8 Pró-Ciências	70
A.4.2 Energia Alternativa.....	50	A.8.9 Produção da Vacina Tríplice.....	71
A.4.3 Lig Luz Rural	51	A.8.10 Qualificação no Ensino Superior.....	71
A.4.4 Lig Luz Urbano	51	A.8.11 Intranet Paraná.....	72
A.4.5 Projeto Salto Caxias.....	51	A.9 PARANÁ + TRANSPORTE.....	74
A.4.6 Rio Tibagi.....	52	A.9.1 Sistema Rodoviário.....	74
A.5 IDÉIAS - FORÇA EM CADA REGIÃO.....	54	A.9.2 Estradas Rurais/Caminhos da Educação.....	74
A.5.1 Costa Oeste.....	54	A.9.3 Manutenção e Conservação do Sistema Rodoviário	75
A.5.2 Universidade das Américas.....	55	A.9.4 Construção de Rodovias	75
A.5.3 Litoral.....	55	A.9.5 Apoio Rodoviário aos Municípios.....	76
A.5.4 Portal de Foz do Iguaçu	56	A.9.6 Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV.....	77
A.5.5 Região Metropolitana de Curitiba	56	A.9.7 Estadualização de Rodovias Federais+Anel de Integração	77
A.6 PARANÁ MINERAL.....	59	A.9.8 Concessões de Infra-Estrutura de Transportes.....	77
A.6.1 Geologia de Planejamento	59	A.9.9 FERROESTE.....	78
A.6.2 Necessidades e Oportunidades Regionais.....	60	A.9.10 Infra-Estrutura Aeroportuária.....	79
A.6.3 Valorização da Produção Mineral	61	A.9.11 Porto de Paranaguá	80
A.7 PARANÁ + SANEAMENTO	62	A.10 PARANÁ + TURISMO	82
A.7.1 Pesquisa e Desenvolvimento Operacional do Sistema.....	63	A.10.1 Clube da Maior Idade	82

A.10.2 Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo	82	B.2.1 Acompanhamento e Apreciação do Desempenho do Sistema Educacional.....	102
A.10.3 Eventos Realizados.....	82	B.2.2 Agilização de Mecanismos Operacionais	103
A.10.4 Ecoturismo.....	83	B.2.3 Descentralização do Sistema Educacional.....	103
A.10.5 Municipalização do Turismo.....	83	B.2.4 Expansão e Diversificação de Oportunidades Educacionais	104
A.10.6 Turismo Ecológico, Histórico e Rústico.....	84	B.2.5 Valorização do Profissional de Educação.....	104
A.11 PARANÁ URBANO	85	B.3 PARANÁ + ESPORTES.....	105
A.11.1 Barracões Industriais.....	86	B.3.1 Lazer em Ação.....	105
A.11.2 Controle de Erosão no Paraná.....	87	B.3.2 Eco-Verão.....	105
A.11.3 Desenvolvimento Urbano e Regional.....	88	B.3.3 Apoio e Desenvolvimento do Esporte Participação	106
A.11.4 Sistema de Informações Municipais.....	88	B.3.4 Parceria Esportiva e Transferência a Municípios e Entidades.....	106
II.B. PROJETOS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO HUMANO	91	B.3.5 Vila Olímpica	107
B.1 PARANÁ + CULTURA	93	B.4 CRIANÇA + FAMÍLIA	108
B.1.1 Caminhos do Paraná	93	B.4.1 Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência	110
B.1.2 Canal da Música	93	B.4.2 Assentamentos Rurais.....	111
B.1.3 Canal Paraná.....	94	B.4.3 Capacitação para Formação de Lideranças Comunitárias	111
B.1.4 Centro de Estudos de Música de Londrina	94	B.4.4 Casa-Lar	111
B.1.5 Centro de Restauro	94	B.4.5 Apoio à 3ª Idade.....	112
B.1.6 Cinema Paraná.....	95	B.4.6 Central de Produção de Alimentos.....	113
B.1.7 Correio da Memória.....	95	B.4.7 Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Trabalhador Rural.....	113
B.1.8 Etnias Paranaenses.....	95	B.4.8 Centro de Convivência de Idosos, da Família e Grupos de Convivência.....	114
B.1.9 Grandes Festivais.....	96	B.4.9 Creche	114
B.1.10 Literatura e Editoração.....	96	B.4.10 Da Rua para a Escola.....	115
B.1.11 Livros de Arte.....	97	B.4.11 Desenvolvimento Comunitário das Vilas Rurais.....	116
B.1.12 Memória e Patrimônio.....	97	B.4.12 Divulgação e Implementação das Leis da Área Social.....	116
B.1.13 Museu Paranaense.....	97	B.4.13 Estação de Produção	117
B.1.14 Produções em Artes Cênicas e Músicas.....	97	B.4.14 Formando Cidadão.....	117
B.1.15 Reequipamento dos Museus.....	98	B.4.15 Incentivo e Valorização do Artesanato Paranaense.....	117
B.1.16 Revitalização do Centro Histórico de Antonina.....	98	B.4.16 Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIAADI.....	118
B.1.17 Trilhas da Cultura	98	B.4.17 Linha/Estação do Ofício.....	118
B.2 EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO	100	B.4.18 Piá	119

B.4.19 Piá no Esporte.....	120	B.8.9 Patrulha de Fronteira.....	144
B.4.20 Piá no Ofício.....	120	B.8.10 Patrulha Rural.....	144
2.4.21 Reordenamento Institucional.....	121	B.8.11 Polícia Militar - Nova Realidade.....	144
B.4.22 Revitalização de Asilos.....	122	B.8.12 Posto de Auto-atendimento.....	145
B.4.23 Semiliberdade.....	122	B.8.13 Vistoria Eletrônica de Serviços.....	145
B.5 PARANÁ + HABITAÇÃO.....	123	II.C. PROJETOS E AÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA.....	147
B.5.1 Casas do Ofício.....	124	C.1 PARANÁ FISCAL.....	149
B.5.2 Habitação Rural.....	124	C.1.1 Aumento de Arrecadação.....	151
B.5.3 Habitação Urbana.....	124	C.2 PARANÁ + INFORMAÇÃO.....	154
B.6 PARANÁ + JUSTIÇA.....	126	C.2.1 Fortalecimento Institucional das Áreas de Pesquisa e Informação Pública.....	154
B.6.1 Direitos da Cidadania.....	128	C.2.2 Investimento em Tecnologia da Informação.....	155
B.6.2 Penitenciárias Industriais.....	129	C.2.3 Representação do Cidadão junto ao Governo.....	156
B.6.3 Presídios e Cadeias.....	130	C.2.4 Sistema Integrado de Acompanhamento de Ações do Governo.....	158
B.7 PARANÁ + SAÚDE.....	133	C.3 QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA.....	159
B.7.1 Assistência Ambulatorial Básica e Especializada.....	135	C.3.1 Eficiência do Modelo Estrutural.....	159
B.7.2 Assistência Farmacêutica.....	135	C.3.2 Profissionalização de Recursos Humanos.....	169
B.7.3 Assistência Hospitalar Local e Referenciada.....	136	C.4 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL.....	172
B.7.4 Centrais de Marcação de Consultas e de Leitos.....	137	C.4.1 Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG.....	172
B.7.5 Central Estadual de Transplantes.....	137	C.4.2 Centro de Gestão de Programas - Unidade de Acompanhamento Financeiro.....	173
B.7.6 Combate a Epidemias e Endemias.....	137	C.4.3 Escritório Brasil - China.....	173
B.7.7 Protegendo a Vida.....	140	C.4.4 Coordenadoria de Orçamento e Programação.....	174
B.8 PARANÁ + SEGURANÇA.....	141	C.4.5 Planejamento Institucional.....	175
B.8.1 Auto Escola.....	141	C.4.6 Coordenadoria de Estudos e Projetos.....	176
B.8.2 Central de Atendimento ao Usuário.....	142		
B.8.3 Circulação e Sinalização Viária Urbana.....	142		
B.8.4 DETRAN Móvel.....	142		
B.8.5 Integração DETRAN/Despachantes.....	142		
B.8.6 Investimento na Segurança Pública.....	142		
B.8.7 Investimentos para o Corpo de Bombeiros.....	143		
B.8.8 Multas Integradas.....	143		

CAPÍTULO I

ESTRATÉGIAS ESTADUAIS

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

A Estratégia Governamental para o Desenvolvimento Sustentado integra ações e programas nas áreas de Meio Ambiente, Saneamento, Energia, Transportes, Agricultura, Industrialização, Turismo, Desenvolvimento de Cidades, Ciência, Tecnologia e Informação.

A partir dessas tradicionais Políticas Setoriais, as atividades governamentais vêm se rearticulando, de forma integrada às novas estratégias de Gestão Pública e Desenvolvimento Humano, buscando parcerias fortes na iniciativa privada, enquanto principal agente de desenvolvimento.

Nesse sentido, no Setor Primário da Economia a prioridade é reforçar os ciclos produtivos, desde a pesquisa e a produção até a transformação, distribuição e comercialização, com destaque para o apoio e o incentivo à Agroindustrialização.

Já nos Setores Secundário e Terciário, estabelece-se um crescente estímulo às cadeias produtivas locais, potencializando-se a implantação de indústrias e serviços inseridos em uma visão estratégica de Eixos Regionais de Desenvolvimento, onde a prioridade são as regiões economicamente deprimidas.

A visão do Estado, em sua estratégia macrorregional de Desenvolvimento Sustentado, é de estabelecer parcerias crescentes com o Setor Produtivo Privado, de âmbito local, nacional e internacional, oferecendo-lhes ações públicas de grande credibilidade e viabilidade, no que concerne à qualidade de infra-estrutura, manejo ambiental e desenvolvimento social, este com tecnologias apropriadas e sustentáveis, no domínio da sua população economicamente ativa.

Mediante projetos que ofereçam maior dinâmica aos setores produtivos já instalados tradicionalmente no Estado e introduzam novos e modernos empreendimentos, o Governo do Paraná concretizará sua proposta de transformação regional pelas mudanças em suas sistemáticas de Gestão Pública e pela qualificação crescente de sua população para o enfrentamento dos desafios no terceiro milênio.

Para dar suporte a essa estratégia, os principais programas de ação governamental concentram-se nos corredores e entrepostos de produção, com ênfase ao complexo portuário e ferroviário, na estruturação das cidades e na dinâmica rural, por meio dos seguintes programas, os quais serão descritos no capítulo II deste documento:

1. PARANÁ 12 MESES
2. PARANÁ AMBIENTAL
3. PARANÁ+EMPREGO
4. PARANÁ+ENERGIA
5. IDÉIAS FORÇA EM CADA REGIÃO
6. PARANÁ MINERAL
7. PARANÁ+SANEAMENTO
8. PARANÁ+TECNOLOGIA
9. PARANÁ+TRANSPORTE
10. PARANÁ+TURISMO
11. PARANÁ URBANO

2. DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Estratégia Governamental para o Desenvolvimento Humano, integra ações e programas nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Abastecimento, Habitação, Esporte, Lazer, Cultura, Justiça/Cidadania e Criança/Família.

A rotina dessas Políticas Públicas vem se alterando, nos dois últimos anos, de modo a se agregar às áreas setoriais de investimentos em infra-estrutura e de fomento econômico, dentro do trinômio “Investimento/Geração de Empregos/Elevação de Renda”.

A manutenção e a ampliação das empresas produtivas instaladas no Estado, bem como a atração de novos empreendimentos privados, têm se articulado com a promoção das pessoas e a qualidade de vida, dentro de uma visão onde a comunidade com menor acesso a bens e serviços adquirirá sua emancipação pelo engajamento no processo produtivo, e onde esse, por sua vez, só crescerá na medida em que for efetiva a qualificação de segmentos massivos da sociedade, hoje ainda com pouco acesso a novas técnicas e processos de participação nos modernos setores produtivos.

Ao lado da infra-estrutura e do manejo ambiental, o Desenvolvimento Humano qualificado é o principal fator de dinamização para a Economia Estadual.

A Estratégia Estadual para o Desenvolvimento Humano, portanto, se integra às demais estratégias governamentais no Projeto de Transformação em curso, associando-se à Gestão Pública no tratamento do Serviço Público e ao Desenvolvimento Sustentado nos investimentos em infra-estrutura, em manejo ambiental e na atração para novos empregos e empreendimentos.

Os programas principais, que servem de suporte básico ao Desenvolvimento Humano e que serão descritos, em suas ações, no Capítulo II são:

1. PARANÁ+CULTURA
2. EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO
3. PARANÁ+ESPORTES
4. PARANÁ+FAMÍLIA
5. PARANÁ+HABITAÇÃO
6. PARANÁ+JUSTIÇA
7. PARANÁ+SAÚDE
8. PARANÁ+SEGURANÇA

A maioria desses programas, ações e projetos enfatiza a preparação e qualificação das pessoas para um novo cenário produtivo, como é o caso da Linha do Ofício, Centro de Restauero, Integração Esportiva de Deficientes, Capacitação Comunitária, Estação de Produção, Formação e Reabilitação Profissional, Piá no Ofício, Formando Cidadão, Auto-construção, Penitenciárias Industriais, entre outros.

3. GESTÃO PÚBLICA

Para concretizar a Transformação nas Políticas Públicas Estaduais e, de modo a equilibrar o atendimento às necessidades imediatas - de rotina - com as “Estratégias de Futuro”, fez-se necessário ajustar a Estrutura Organizacional do Estado, fundamentalmente naquilo que permitiria estabelecer parcerias entre o Poder Público e a Sociedade.

Nesse sentido foram criados mecanismos administrativos que facilitaram, estimularam e incentivaram essas parcerias, sejam sob as formas de terceirização, concessão de serviços ou contratos de gestão, entre outras modalidades cooperativas.

Sempre entendendo a Sociedade como o conjunto dos agentes produtivos - do setor privado, na economia formal - e mais agentes comunitários, organizados sob diferentes formas, mais ou menos institucionalizadas; o Governo buscou o reforço externo para essas parcerias, abrindo mecanismos de cooperação e investimentos para o Paraná que trouxeram, de outras regiões e partes do mundo, novas alternativas, as quais se somaram aos novos projetos de desenvolvimento.

Tal estratégia de Gestão Pública, que vem ao encontro às mudanças internacionais e que se compatibilizam com as reformas em curso no Congresso Nacional e na redefinição do Pacto Federativo, passa pelas tradicionais áreas da Administração, Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral, Obras Públicas, Procuradoria Geral do Estado, Casa Civil e Militar, Comunicação Social e Secretaria de Governo.

A mudança de postura e de encaminhamento para os assuntos governamentais, nessas “áreas-meio” do estado, tem requerido alteração de rotinas e procedimentos, em muitos casos exigindo adaptabilidade nas tradicionais relações entre órgãos do Governo. Esse desafio permanente, que afeta aos três poderes constituídos, tem sido vencido no dia-a-dia, com o apoio e a reciclagem permanente dos servidores públicos estaduais, em sua grande maioria engajados neste processo de mudanças e modernização administrativa.

Os principais programas, dentro desta estratégia estadual e que são descritos no capítulo II são os referentes ao:

1. PARANÁ FISCAL
2. PARANÁ+INFORMAÇÃO
3. QUALIDADE DE GESTÃO
4. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

4. INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

As alterações ocorridas e em curso no cenário mundial, nestes finais de século e de milênio, exigem de todas as estruturas estatais uma renovação de paradigmas, notadamente em direção às estratégias adotadas pelo Governo Paranaense: Desenvolvimento Humano, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentado.

Em nações como o Brasil, esse esforço se soma à busca pela modernidade e por um salto, tanto na apropriação de tecnologias como na questão de equidade e justiça social, mediante projetos amplos de capacitação humana e melhor distribuição de renda, fazendo com que todos, indistintamente, participem dos processos de produção e consumo de bens e serviços.

Sinalizando com esses novos caminhos, o Governo do Paraná, por intermédio de seu Poder Executivo, além de agregar tais objetivos em torno de três grandes Estratégias de Ação, enunciadas nos itens anteriores, busca uma definição clara e localizada no seu território quanto aos modos e maneiras de atingir, no mais curto espaço de tempo, essas metas de transformação - social, econômica e institucional.

Os Eixos Regionais, para a integração de tais estratégias, se articulam em torno de idéias básicas, como as do Anel de Integração e do Planejamento Macroeconômico.

Em ambos os casos, o objetivo é que as ações do Governo, em suas Estratégias fundamentais e em seus Projetos específicos, ocorram de forma simultânea, de modo a irradiar o desenvolvimento para todas as microrregiões do Estado, expandindo os benefícios de cada novo investimento, seja ele público ou privado.

A visão do Governo toma por base a concentração de investimentos no Anel de Integração, formado pelo polígono "Ponta Grossa - Londrina - Maringá - Cascavel - Guarapuava - Ponta Grossa", a partir do qual, eixos de irradiação, hierarquicamente concebidos, se expandem para Foz do Iguaçu, Curitiba/Paranaguá, Norte Velho, Sudoeste e assim por diante.

A prioridade é dotar o Anel de Integração com uma estrutura plena em transportes, energia, telecomunicações, entre outros, de maneira a induzir o desenvolvimento social e econômico no Estado de forma harmônica e equilibrada, seja nas suas áreas rurais ou urbanas. Ali, estão previstas iniciativas tais como a infraestrutura, dutos de gás natural, duplicação de rodovias, implantação de indústrias, silos e terminais multimodais de carga, portos secos, serviços públicos de apoio, entre outros, estando muitos destes projetos já concluídos e prevendo-se sua implantação a partir da segunda metade da gestão governamental.

Enquanto o Anel de Integração se constitui na principal alavancagem endógena para o desenvolvimento estadual, as ações de Planejamento Macroeconômico, envolvendo estratégias de mercado, configuram-se na alavanca exógena para inserção do Paraná nos processos de globalização e competitividade mundiais.

Nesse segundo item, o Governo tem executado esforços na busca de investimentos internacionais no Estado, mantendo câmaras de cooperação e comércio com várias nações e atraindo grandes empresas e eventos para nosso território. Mais do que os avanços e resultados obtidos até agora, uma forte articulação com o MERCOSUL, envolvendo os Estados do CODESUL e o eixo Rio-São Paulo, por meio da Universidade das Américas e dos projetos turísticos na Costa Oeste, deverá redesenhar o perfil econômico do Paraná até o final desta gestão de governo.

CAPÍTULO II

PROJETOS E AÇÕES

**II.A. PROJETOS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO**

A.1 PARANÁ 12 MESES

Com o objetivo de reverter a situação de pobreza no meio rural numa ação sustentável, foi negociado junto ao BIRD - Banco Mundial, o Programa PARANÁ 12 MESES - Alívio à Pobreza no Meio Rural e Controle dos Recursos Naturais, que prevê a aplicação, ao longo de seis anos, de recursos na ordem de US\$ 353 milhões - US\$ 175 milhões de empréstimo e US\$ 178 milhões do Tesouro Estadual - beneficiando aproximadamente 1.400.000 pessoas das regiões agrícolas.

Além desse Programa, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, atuou por meio de seus departamentos e vinculadas, além dos projetos de Governo, em vários outros como segue.

- O Programa de Áreas Demonstrativas objetivou a demonstração de tecnologias de produção e/ou comercialização, e/ou transformação que sugerem os pontos de estrangulamento, identificados pelos produtores rurais em uma comunidade ou microbacia selecionada, com enfoque prioritário em produto agropecuário de maior expressão na região;
 - Com relação a suinocultura, foram executadas ações de apoio à aquisição de equipamentos para o manejo adequado dos dejetos suínos, visando a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições físico-químicas do solo, atendendo a 13 Municípios e beneficiando 4.180 suinocultores;
 - Para a ovinocultura, apoiou a comercialização de 212,14 toneladas de lã, beneficiando 1.204 produtores;
 - Na Piscicultura, apoiou a importação de material genético de Tilápia, da Tailândia e o treinamento de 8.039 piscicultores;
- Para a apicultura, deu-se apoio a implantação da Unidade de Beneficiamento de Mel - UBM, nos Municípios de Curitiba e Guarapuava e, a 05 Associações de Apicultores para a realização de eventos técnicos;

- Na sericicultura, a SEAB participou da implantação da Câmara Setorial de Sericicultura, bem como nos estudos da Cadeia Produtiva, repassando recursos financeiros para a instalação de 15 barracões;
- Para o desenvolvimento da pesca e maricultura, participou na elaboração do PROPESCA - Programa de Apoio a Pesca Artesanal e Desenvolvimento da Aquicultura no Estado do Paraná;
- Para a bovinocultura de corte, instalou a Câmara Setorial em Bovinocultura de Corte, entre outras;
- Para a bovinocultura de leite, foram realizadas reuniões de apoio ao Programa à Inseminação Artificial para Bovinos Leiteiros - PIA; implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Leiteiro, onde foram atendidas 06 Cooperativas, beneficiando 750 pequenos produtores de leite e treinando 250 produtores de leite;

Na Defesa e Fiscalização Agropecuária, foi sancionada nova Lei do Sanitarismo Animal, que visa modernizar as ações do setor, dando-lhe mais agilidade e efetividade. Executou ações como a vacinação de 9 mil bovídeos contra febre aftosa; 19 mil contra brucelose; 90 mil contra raiva e fiscalizou 1.210 estabelecimentos revendedores de carne.

Com referência a Inspeção da Produção de Sementes e Mudas, foram instalados, pelos 195 produtores inscritos na SEAB, cerca de 650 mil hectares de campos de produção de semente de soja, trigo, milho, algodão, arroz, feijão, batata e outras culturas, sendo inspecionados 121 mil hectares, contribuindo para o controle e manutenção da qualidade de 420 mil toneladas de sementes das classes registrada, certificada e fiscalizada. Inspeccionadas também, 110 milhões de mudas em 1.200 viveiros de café, citrus, frutíferas e essências florestais, mantendo assim o controle de qualidade.

Para a Defesa Sanitária Vegetal, foi aprovada a Lei Estadual nº 11.200, de 13.11.95, que define normas para o Paraná; liberada a Base de Dados sobre Agrotóxicos para Instituições de Ensino e Pesquisa, Cooperativas e Instituições de

Crédito Agrícola; reconhecido o modelo da SEAB bem como proposta, para ser adotada pelo MERCOSUL e pelo Brasil, na área de agrotóxicos, e aprovada a Lei Estadual que define normas para a Fiscalização da Comercialização de Produtos de Origem Vegetal.

Por outro lado, o Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, realizou 107.382 exames laboratoriais em apoio ao Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal.

A Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA/Pr, atuou de duas formas distintas quais sejam:

- O apoio à comercialização dos hortigranjeiros que operam nas 05 Centrais de Abastecimento implantadas no Estado, onde destaca-se a comercialização de aproximadamente 932.580 toneladas nas Unidades da CEASA/PR, com o valor estimado de US\$ 572 milhões. Ressalta-se em 1.996, a prioridade conferida pela CEASA/Pr ao Mercado do Produtor, com a construção da Casa do Produtor na CEASA/Curitiba, pátio coberto e piso em "bloquet" na CEASA/Londrina e, cobertura e piso na CEASA/Maringá, o que exigiu um desembolso da ordem de R\$ 420 mil;

Aproximadamente 28 mil famílias de baixa renda tiveram acesso a 6.070 toneladas de produtos básicos ofertados, e além disso, a doação de hortigranjeiros que são descartados nas CEASA's, por não atingirem o padrão comercial desejável, totalizou 1.760 toneladas, que foram repassadas a 120 Entidades beneficentes, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 37.000 famílias. Por outro lado, a Cozinha Industrial instalada na CEASA/Curitiba no chamado Nutricentro, produziu em 1.996, 8.688 latas com 4,2 Kg de Sopa Concentrada que, diluída em água numa proporção de 40%, totaliza 7 Kg de sopa que, permite a obtenção de 35 porções de 200 gramas por lata. A distribuição dessa "Supersopa" beneficia creches e outras instituições que assistem crianças pelo PROVOPAR que coordena o Projeto.

A.1.1 Apoio à Pequena Propriedade Rural

A prioridade neste Projeto, foi dotar os pequenos e médios produtores rurais de condições essenciais para o aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos seus produtos e diversificação da produção.

A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER-Pr, realizou suas atividades extensionistas, por meio dos seus 370 Escritórios Municipais e 23 Escritórios Distritais, no ano de 1.996, junto a 176.220 famílias de agricultores, num atendimento direto, sendo que 82% corresponde ao público prioritário, o pequeno agricultor - 89 assentamentos rurais com 4.100 famílias.

Sendo a agropecuária no Paraná, o segmento estratégico de desenvolvimento, que envolve a produção e abastecimento de alimentos, a oferta de matéria-prima para a agroindústria, a geração de empregos e a competitividade do setor primário, e ainda considerando a participação do País no MERCOSUL, em 1996, foram implementados diversos programas do Governo do Estado, entre os quais, o Programa Participação da Sociedade. Neste foi dado andamento aos Planos de Desenvolvimento Rural - PDR iniciados em 1.995 em 62 municípios e implementados os Planos de Desenvolvimento Agrícola - PDA em 309 municípios. Realizada também, assessoria para dinamização de 4.050 grupos de agricultores e donas de casa, envolvendo 89.000 participantes; 366 comissões de manejo de solos, com 5.100 participantes; 356 cooperativas e associações, com 92.300 participantes; 560 associações comunitárias, com 33.126 participantes; articulação/parceria com 75 sindicatos rurais patronais e 131 sindicatos de trabalhadores rurais.

A.1.2 Comercialização de Produtos Agroindustriais

Em apoio ao desenvolvimento da agropecuária paranaense, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR atuou, em 1996, nas atividades de armazenagem de cerca de 2,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas e industrializados, tanto em ambiente natural como artificial - frigorificado, mecanização, produção de calcário e em fomento nas áreas de produção animal e

vegetal, contando para isso, com 28 unidades armazenadoras, 12 unidades de mecanização, 06 unidades de produção animal e vegetal, unidade de produção de calcário e Estação Aduaneira de Fronteira. Esta última, teve como principal atividade a responsabilidade de guarda-estocagem e pesagem de veículos com carga, que passam pela estação, com mercadorias destinadas à importação e/ou exportação, fiscalizadas pela Receita Federal, quando ocorreu aproximadamente 150.864 estadias de veículos no seu pátio.

Com relação a Produção Animal, proporcionou ao produtor rural do Estado a oportunidade de renovação do seu plantel com produtores de diversas raças.

Já na área de Produção Vegetal, a ênfase foi dada à produção e comercialização de mudas frutíferas produzidas pela CODAPAR, garantindo ao produtor rural um alto padrão e qualidade fitossanitária.

A Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, em 1996, desenvolveu suas atividades por meio de:

- Classificação de Produtos de Origem Vegetal, instrumento auxiliar à comercialização e imprescindível para a gestão da Política de Garantia de Preços mínimos do Governo Federal, classificou 8,2 milhões de toneladas de produtos agrícolas;
- Prévias de Classificação para Pequenos Produtores, ou seja, identificação da qualidade do produto antes do processo de comercialização, sendo analisadas 8 mil amostras;
- Controle de Qualidade para Formação de Lotes em "Pool" de Exportações em Paranaguá, serviço este responsável pela padronização dos produtos exportáveis via porto em 6,3 milhões de toneladas de produtos e realizadas análises laboratoriais em 4,8 mil amostras;
- Análises de sementes, com o controle da qualidade do material destinado ao plantio, a fiscalização do comércio em cumprimento as normas estabelecidas, sendo realizadas análises em 18 mil amostras;

- Supervisão dos Laboratórios Particulares de Análises de Sementes, que visa uniformizar os procedimentos, divulgar nova tecnologia, municiar o serviço de credenciamento com a verificação da capacidade técnica, sendo realizadas 43 visitas de supervisão;
- Prévias de Germinação, com a realização de 161 testes em amostras para informação direta ao produtor que utiliza material próprio para o plantio;
- Fiscalização Documental do Trânsito de Animais e Vegetais, que visando o controle sanitário na produção agropecuária paranaense, fiscalizou a documentação de cargas de 422 mil veículos;
- Fiscalização da Qualidade dos Produtos Agrícolas, que além de objetivar o cumprimento da legislação, serviu como apoio à Secretaria de Estado da Fazenda, no que se refere ao correto enquadramento do produto na pauta de ICMS. Foram fiscalizadas cargas de produtos agrícolas em 268 mil veículos em trânsito para outros Estados.

A.1.3 Desenvolvimento Agroindustrial

O novo perfil econômico do Estado passa pela perfeita integração entre a produção agrícola e a agroindústria, demandando do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, aperfeiçoamento dessa integração entre tecnologias de produção e de transformação.

O IAPAR gerou informações técnico-científicas; prestou serviços técnicos especializados, como análises laboratoriais de solos e de nutrição animal; avaliação de cultivares, pesquisa e experimentação em fitossanidade com utilização de agrotóxicos; produziu semente básica de elevada qualidade; celebrou Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e Parcerias; capacitou recursos humanos; cooperou com as Universidades em cursos de graduação e pós-graduação, além de consultorias e assessoramento.

Dentro da sua estrutura organizacional de Pesquisa, que baseia-se em 14 Programas, onde estão inseridos 189 Projetos e 393 Experimentos, está sendo

implantado em conjunto com a COPEL, o Projeto Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, que constitui um sistema avançado de base científica e tecnológica para prover dados e informações nas áreas de meteorologia, climatologia, hidrologia e outras áreas afins.

Em 1996, os principais resultados obtidos das atividades de pesquisa, em síntese, foram: o desenvolvimento da pecuária leiteira no Centro-Sul do Paraná; de sistemas que contribuem para a conservação dos recursos naturais: erva-mate na região Centro-Sul; sistemas agroflorestais; cordões de contorno vegetados; de pesquisas em maturação, conservação e controle de qualidade de sementes e avaliação quantitativa e qualitativa de cultivares do IAPAR no Sistema Estadual de Sementes e; plantios solteiros e de atividades de pesquisa em Manejo do Solo e Água; a transferência tecnológica em Plantio Direto; atualização do Banco de Dados Meteorológicos Primários; digitalização das Cartas Climáticas do Estado do Paraná; a realização do Zoneamento Agrícola das culturas de trigo, feijão das águas, algodão e milho para todo o Estado; e a condução de trabalhos sobre técnicas de preservação e de propagação de plantas medicinais nativas, destacando-se o estudo da espinheira-santa, com celebração de contrato com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz; e ainda a avaliação de raças e cruzamentos para produção de carne bovina no Noroeste e Centro-Sul do Estado do Paraná, entre diversos outros.

A EMATER assistiu, por sua vez, 12.000 famílias que agroindustrializaram a produção própria e utilizaram mão-de-obra familiar, de forma a agregar uma renda considerável.

Na área de mecanização, a CODAPAR realizou serviços de terraceamento, conservação de solos, construção de açudes, drenagem e sistematização de várzeas, adequação e readequação de estradas rurais, destoca, limpeza, retificação e desassoreamento de rios e córregos.

A.1.4 Educação Rural e Profissionalização

Nesse Projeto, a SEAB realizou, em 1996, com o objetivo de promover a educação e a profissionalização no meio rural, 1.474 cursos que contaram com a participação de mais de 25 mil pessoas.

A.1.5 Manejo Adequado dos Recursos Naturais

Objetivando controlar a erosão hídrica e reverter o processo de degradação dos recursos naturais, com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção vegetal, a produtividade agrícola e a renda líquida do produtor rural, o Programa Paraná Rural, no ano de 1996, cadastrou pela EMATER-Pr, 2.433 microbacias hidrográficas distribuídas em todo o território paranaense, atendendo 213.998 produtores e 7,0 milhões de hectares.

O desempenho satisfatório do Programa, que está em seu último ano de vigência, e teve um suporte financeiro de US\$ 149 milhões, sendo US\$ 63 milhões do BIRD e US\$ 86 milhões de contrapartida estadual, além de mudar o perfil do Estado do Paraná em termos de desenvolvimento sustentável, obteve total aprovação de organismos nacionais e internacionais, sendo referência para outros Estados e países da América Latina e Caribe.

Além dos números acima demonstrarem o bom desempenho do Programa, notou-se também o aumento de produtividade das principais culturas, objetivo principal do Programa, pois por meio dela, busca-se a melhoria da renda do produtor e consequentemente, das condições da família rural e ainda, preservando e recuperando os recursos naturais. Foram ainda executados 12.607,39 hectares de conservação de solo; 233 esterqueiras; 205 km de cercas de proteção de mananciais; 60 abastecedores comunitários; 27 elevadores d'água; e 784 empreendimentos comunitários.

Para obter esses resultados, foram importantes no processo, a participação da Pesquisa Oficial do IAPAR, EMATER-PR, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES; do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e da SEAB-DEFIS. Além destes, as

Prefeituras, Associações, representações dos produtores e toda a sociedade contribuíram, cada um dentro das suas características, para o sucesso obtido.

A SEAB implantou, em 1996, dentro do Programa de Desenvolvimento Rural Auto-Sustentado, uma Campanha de Correção de Solos, com o envolvimento de 48.000 produtores rurais, na qual subsidiou a aquisição de 700 mil toneladas de calcário, criando ainda condições para o aumento da produção agropecuária.

Na cultura cafeeira, tendo em vista um novo modelo tecnológico, a SEAB apoiou a produção de 33.308.300 mudas, para plantio no sistema de adensamento, difundindo e criando bases para a revitalização desta cultura de grande importância econômica e social para nosso Estado.

Atendeu ainda, 16 reservas indígenas, com a distribuição de 155 sacas de 50 Kg de sementes de feijão e 1.700 sacas de 20 Kg de sementes de milho.

Em apoio a reforma agrária forneceu 2.000 sacas de 20 Kg de sementes de milho. E por convênio com o INCRA/CODAPAR e Prefeituras construiu e readequou 97 Km de estradas rurais para acesso e retirada da produção em 10 assentamentos, entre outras.

A.1.6 Promoção e Preservação do Projeto "Padrão Qualidade Paraná"

Em 1996, foram implantados: o "Selo Qualidade Paraná em Mel", pela Resolução 210/96 de 18/10/96 e, em conjunto com a Associação dos Produtores de Sementes e Mudas - APASEM e Comissão Estadual de Sementes e Mudas - CESM, o "Selo de Qualidade Paraná em Sementes", na espécie soja.

A.1.7 Vilas Rurais

O Programa Vilas Rurais visa dar melhores condições de vida aos trabalhadores rurais e suas famílias em termos de moradia, alimentação, saúde, profissionalização bem como geração de renda, de modo a fixá-los no meio rural.

Em 1996, foram inauguradas um total de 09 Vilas nos municípios de Apucarana, Toledo, Manoel Ribas, Pitanga, Peabiru, Luiziana, Engenheiro Beltrão,

Barbosa Ferraz e Itaipulândia; 13 Vilas finalizadas nos municípios de Curitiba, Bituruna, Sapopema, Tapejara, Ivaté, Mandaguaçu, Paranacity, Califórnia, Tibagi, Guaíra, Turvo, Turvo-Ibema e Altamira do Paraná; e 02 em fase final de obras: Ivaí e Palmeira. Foram iniciadas ainda, as obras em mais 116 Vilas em todo o Estado, totalizando 140 Vilas em todo o Estado. A assistência técnica aos assentados vem sendo prestada pela EMATER, que participou das negociações inter-institucionais para a instalação das Vilas Rurais.

Com relação à eletrificação, os projetos da COPEL, vinculados ao Programa de Vilas Rurais, atenderam 803 famílias, distribuídas em 23 vilas, com investimentos na ordem de R\$ 804,0 mil.

A.2 PARANÁ AMBIENTAL

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, criada com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente, e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária e de saneamento ambiental, vem trabalhando neste Governo, no sentido de promover no Paraná um modelo de desenvolvimento sustentado na preservação do meio ambiente e na utilização racional dos recursos naturais.

Suas ações e de suas vinculadas Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, além das constantes abaixo, estão detalhadas neste documento de acordo com os projetos as quais pertencem:

- Programa de Qualidade Total dos Laboratórios Ambientais, cujo objetivo é transformá-los em centros de referência, ampliando a capacidade e a confiabilidade na geração de informações;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e do Ar na Região Metropolitana de Curitiba, gerando informações de fundamental importância para programas como Vila Olímpica e PROSAM;
- Padrões de Qualidade Ambiental, cujo objetivo é estabelecer padrões estaduais, indicadores, métodos e tecnologias adequadas às condições regionais;
- A regularização fundiária, expedindo, em 1996, 129 títulos para 5 mil hectares, 522 informações de processos administrativos, 1.100 informações de processos de usucapião e atendimento a 500 pessoas;
- Elaboração de 156 mapas temáticos por técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento e 1.182 plotagens;
- Concluídos memoriais descritivos e mapas preliminares em 371 municípios; identificados problemas de limites em 244 municípios; implantados 506 marcos de divisa;

- Executados: planta planialtimétrica num total de 75 mil hectares para avaliação e implantação de projetos de reforma agrária; planta planialtimétrica em 07 áreas para os projetos Vilas Rurais; levantamento cadastral fundiário para o projeto Costa Oeste num total de 362 lotes; levantamentos topográficos para fins de regularização fundiária em 14 imóveis num total de 400 lotes; e levantamento planialtimétrico para fins de elaboração de projetos para parques urbanos - Fundo de Vale - num total de 30 áreas.

A SUDERHSA, por sua vez, em 1996 firmou com os municípios 113 Convênios, que totalizaram o investimento de R\$ 11.354.448,87, desenvolvendo as seguintes ações:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Preservação Ambiental; Projeto de Controle de Cheias e Inundações, o qual executou a redragagem de córregos e canais em municípios litorâneos; e Projeto de Parques Lineares, com a contratação e acompanhamento de obras em 24 municípios;
- Projeto de Qualidade das Águas Interiores do Estado do Paraná: analisados os resultados de 15 parâmetros de qualidade de águas relativos a 61 estações de monitoramento localizadas nas bacias dos rios Paraná, Paranapanema, Cinzas, Itararé, Pirapó, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Ribeira e na bacia Atlântica;

O IAP executou os seguintes projetos:

- Qualidade Ambiental, executando e fazendo executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação dos Ecossistemas;
- Qualidade das Águas, elaborado relatório e mapas temáticos da qualidade das águas do Alto Iguaçu e Ribeira fundamentais ao Prosam e Vila Olímpica; projeto balneabilidade das praias e Ilha do Mel, nos últimos 10 anos;
- Qualidade do Ar, da Região Metropolitana de Curitiba;

- Iniciado o Programa Qualidade Total, ampliando a capacidade e confiabilidade da geração de informações sobre Qualidade Ambiental no Estado; Padrões de Qualidade, Controle da Poluição, Avaliação de Impactos Ambientais, Controle e Cadastro Ambiental de Agrotóxicos.

A.2.1 Caminhos do Mar

A concepção deste projeto é integrar uma rota natural, que se inicie na Região Metropolitana de Curitiba - Piraquara e se estenda até Guaraqueçaba, levando-se em conta a existência de um grande número de Unidades de Conservação ao longo da Serra do Mar e Floresta Atlântica Paranaense, incluindo-se a Ilha do Mel.

Para tanto, foram aplicados cerca de R\$ 3,8 milhões, em ações a seguir especificadas:

- Floresta Estadual do Palmito: localizada no Município de Paranaguá, com área construída num total de 773,85 m², com infra-estrutura para parque; Casa da Memória, Laboratório de Pesquisas, Indústria Modelo onde foram aplicados recursos num total aproximado de R\$ 720.000,00;
- Floresta Estadual da Região Metropolitana de Curitiba: objetiva consolidá-la como Unidade de Conservação, mediante a estruturação física necessária à implantação do Plano de Manejo. No exercício de 1996, foram construídos o Centro Administrativo/Educação Ambiental do camping, e reformas na Casa da Polícia Florestal do Parque Estadual do Marumbi;
- Objetivando minimizar os impactos sobre os ecossistemas da Ilha do Mel, foram construídos ancoradouros na Praia de Fortaleza e na Praia de Brasília e um Terminal Ecológico de Embaque em Pontal do Sul, entre outras.

O IAP implantou ainda, o Programa de Comunicação e Manejo Ecoturístico da Estrada da Graciosa, estando em fase de negociação com a Rede Ferroviária

Federal, a transferência via comodato, das Estações da Centenária estrada ferro Curitiba-Paranaguá e Casa do Ipiranga.

A.2.2 Centros de Educação Ambiental e PIÁ's Ambientais

Esse projeto visa proporcionar instrumentos para a sensibilização e conscientização da população sobre questões ambientais, com a criação e estruturação de espaços para o desenvolvimento de trabalhos educativos e informativos sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentado, dentro de um contexto local, regional e nacional, dirigido a jovens e adultos.

Foram aplicados no ano de 1996, recursos num total aproximado de R\$ 1,1 milhão na execução de obras das unidades de educação ambiental - PIÁ/Kaingangs e PIÁ/Guaranis na Reserva Indígena de Mangueirinha; na unidade de educação ambiental Tradição Gaúcha no Município de Toledo/Pr e; a construção do Portal Indígena no Trevo Chopinzinho para identificação de área e pontos de parada para que visitantes possam obter informações.

Além disso, houveram Eventos Culturais de Educação Ambiental, em conjunto com as Prefeituras Municipais e Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Educação, envolvendo em torno de 4,4 milhões de pessoas moradoras nas áreas urbanas das principais cidades-pólo do Paraná. Nos Fóruns Regionais, estudantes de 1º e 2º Grau apresentaram diagnósticos ambientais das suas cidades de origem, discutiram ações conjuntas para abordagem dos problemas ecológicos mais urgentes e, na forma de trabalhos orientados por professores, propostas aos principais problemas ambientais regionais.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Estado nesta questão, o PROSAM elaborou um plano detalhado para o Programa de Educação Ambiental, com o objetivo de ampliar a conscientização da população da Grande Curitiba para a preservação dos recursos ambientais e consolidação das ações, de forma que essas se tornem eficazes e duradouras.

A.2.3 Cidadania Rural

Sua atuação está inteiramente voltada para as importantes questões que envolvem a Reforma Agrária no Estado atuando, no sentido de procurar as soluções pacíficas, em 62 conflitos fundiários, envolvendo aproximadamente 7.800 famílias sendo que, destes 55 já devidamente encaminhados ao INCRA e os outros 07 em trâmite na esfera do poder judiciário.

Na área de assentamentos rurais, que envolve 128 projetos de assentamentos com aproximadamente 8.200 famílias, a SEMA vistoriou aproximadamente 80 mil hectares e assentou cerca de 800 famílias, operacionalizando recursos administrados pela Comissão Estadual do PROCERA - CEPRO, destinados às famílias assentadas e por último, a assistência técnica e organização da produção.

A.2.4 Conservação e Recomposição de Fundos de Vale/Matas Ciliares

Esse projeto visa promover a conservação e recomposição dos fundos de vales, mananciais de abastecimento público, faixa de preservação permanente dos rios e riachos, com matas ciliares e o estímulo à educação ambiental, integrando Prefeituras Municipais, órgãos do Governo Estadual, proprietários rurais e a sociedade. Para tanto, O IAP realizou vistorias em 1.441 propriedades rurais, implantou o Parque Linear Rio Toledo e construiu o Centro Educação Ambiental - Eco-Escola.

A.2.5 Desenvolvimento Florestal

O Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal - PRODEFLOL buscou implantar ações concretas e objetivas, para a recuperação de áreas degradadas de preservação permanente, previstas em Lei, bem como o desenvolvimento de uma nova mentalidade humana, baseando-se no exercício da Cidadania e da Ética Ambiental, com a Educação Ambiental, destacando-se em 1996: a produção constante em 25 Viveiros Florestais do IAP; coleta, beneficiamento e distribuição de 20 toneladas de sementes florestais; construção de uma estufa no Viveiro Florestal do Guatupê; produção e distribuição de 4 milhões de mudas essências florestais nativas, destinadas

aos reflorestamentos de Fundos de Vales/Matas Ciliares; produção e distribuição de 10 milhões de mudas essências florestais, como madeira, energia, erva-mate e palmito - Eucalyptus, Pinus, Bracatinga, entre outras.

O IAP conta ainda, com o Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória - SERFLOR, que elaborou normas específicas para implantação do Cadastro de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal do IAP, à todas pessoas físicas e jurídicas que extraíam, coletam, beneficiem, transformem, industrializem, comercializem, armazenem e consumam produtos, subprodutos ou matéria-prima originária de qualquer formação florestal.

Foi desenvolvido também, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, cujo objetivo é facilitar, implementar e melhorar as condições de gerenciamento das UC's, como áreas de interesse ecológico, e a implantação de Áreas de Preservação Ambiental - APA's em todas as regiões do Estado.

E por último, o Projeto Sítios Especiais, que visa proteger patrimônios de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua preservação e conservação.

A.2.6 Elaboração e Implantação de Planos de Manejo

Quanto a Planos de Manejo, a COMEC, em 1996, iniciou: a criação por decretos, de Áreas de Preservação Ambiental - APA's nas bacias hidrográficas das barragens dos rios Pequeno, Irai, e Piraquara.; a alteração da delimitação das áreas de mananciais na RMC; e a proposta de alteração da Legislação Municipal de Contenda, com vistas a implantação de conjunto habitacional de caráter social.

Definiu também, espaços livres na RMC, com vistas a recuperar o equilíbrio hidrológico, a melhoria da qualidade ambiental e a criação de alternativas de lazer para a população. Para tanto, foram realizados levantamentos de campo com o objetivo de

implantar Parques Regionais em Colombo, Campo Largo - Parque do Cambuí; Pinhais - Parque Linear do Palmital e, Campina Grande do Sul - Parque Moradias Timbú.

Está coordenando, por outro lado, o grupo de trabalho relativo ao convênio com a Universidade de Kraaz, para desenvolvimento de tecnologia de exploração dos aquíferos e montagem de equipe interinstitucional, visando a elaboração do Plano de Uso e Ocupação do Solo na Área de Abrangência do Aquífero Kárstico, cujos objetivos são a preservação das suas áreas de recarga, compatibilização dos usos já existentes e minimização dos impactos causados pela exploração do aquífero subterrâneo, para abastecimento da região. A SUDERHSA também participante, desenvolveu em conjunto com os técnicos austríacos a 1ª fase do projeto, que corresponde a aquisição do dado hidrogeológico básico em campo; definiu e implantou a rede hidrométrica e pizométrica básica; efetuou o detalhamento do mapeamento geológico, hidrogeológico e de uso do solo.

A COMEC realizou ainda, a 1ª etapa do trabalho Instrumento de Coleta de Dados Ambientais Urbanos, que trata do Projeto de Levantamento do Quadro Ambiental da RMC, contratado com o PNUD, e coordenado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA-, para a produção de relatório ambiental metropolitano que ofereça um perfil objetivo dos problemas ambientais identificando seus principais agentes causadores.

Por último, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, em convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - IBAMA, para elaboração e implantação de Planos de Manejo e do Projeto Flora e Fauna/Conservação da Biodiversidade, está finalizando o Zoneamento Ecológico-Econômico e Diretrizes para a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Está realizando também, a interpretação de imagens de satélite sobre a cobertura vegetal e uso do solo da APA, bem como trabalhos de campo e definição das áreas críticas.

A.2.7 Flora e Fauna/Conservação da Biodiversidade

Em relação a flora, o IAP concedeu, em 1996, 36 Licenças Prévias, autorizando Planos de Manejo Florestal, com rendimento sustentado; 1.005 autorizações para descapoeiramento; 117 Licenças para Vilas Rurais; 168 autorizações para readequação de Estradas Rurais; 3.100 Autos de Infração Florestal; autorização para corte raso de 2,5 mil hectares de capoeiras e 8,0 mil hectares de Araucárias; 12,0 mil árvores de essências nativas; 500,0 mil árvores de essências exóticas; realizou 4.010 vistorias diversas, para subsidiar processo de Licenciamento; aplicou 335 multas florestais; e atendeu 1.080 denúncias florestais.

Quanto a Fauna, realizou trabalhos de pesquisa na área de caça, período 79 a 96, com os seguintes resultados: apreendidos 1.015 exemplares de mamíferos; 11.248 exemplares de aves; 322 exemplares de répteis; emitidos 655 Autos de Infração de Pesca, no período de 1993 a 96; realizadas 4 grandes fiscalizações, por terra, rios e mar, sendo 2 no Litoral e 2 em Fóz do Iguaçu.

Ainda sobre a Biodiversidade, o IAP distribuiu aos Escritórios Regionais, kits contendo material sobre a campanha contra Tráfico de Animais Silvestres; está realizando pesquisa bibliográfica e mapeamento que fundamentará trabalhos pré-consolidados sobre aspectos zoogeográficos no Estado; levantamento preliminar da Mastofauna; e em negociação a implantação de Centros de Triagem da Fauna, para melhor controle sobre o destino dos animais, entre outras.

Conta-se também, com a atuação do Batalhão de Polícia Florestal, que executa o policiamento ostensivo nas regiões de Florestais Naturais, Parques e Mananciais, em todo o território paranaense, pelos Postos Policiais Florestais - PPFlos, e que realizou, no ano de 1996, 9.816 patrulhas de proteção ambiental.

A.2.8 Floresta Atlântica

Em consonância ao projeto de Governo Caminhos do Mar corre o Projeto Floresta Atlântica que visa promover o desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica e seus remanescentes. As ações realizadas no

ano de 1996, com recursos do Tesouro do Estado e de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente totalizaram cerca de R\$ 1,8 milhões.

Foram elaborados os relatórios respectivos do Monitoramento Fluvio-Sedimentométrico da Bacia Atlântica; da Avaliação da Descarga Sólida Total nos rios da Bacia Atlântica, e encontram-se em andamento, as conclusões sobre o Transporte de Sedimento na Bacia Atlântica.

Conta-se ainda, com o Projeto de Proteção da Floresta Atlântica - Pr, que realizado pelo Batalhão da Polícia Florestal e pelo IAP, por meio de convênio de cooperação internacional com o Banco Alemão - KFW, visa a fiscalização e controle das atividades potencialmente degradadoras, com ações de ordem informativa/conscientizadora e repressora na chamada Floresta Ambrófitas Densa e áreas de contato com outras florestas, abrangendo 15 municípios paranaenses. Para tanto, serão realizadas: a estruturação das instituições envolvidas com a contratação de pessoal; aquisição de equipamentos de informação, comunicações, transporte e apoio logístico, sendo US\$ 2,45 milhões relativos ao financiamento, em 05 anos, do KFW e US\$ 2,0 milhões de contrapartida do Estado.

A.2.9 Gestão de Resíduos Sólidos

O projeto tem como objetivos, minimizar a degradação causada pela alta quantidade de resíduos sólidos dispostos de forma incorreta no Meio Ambiente e propiciar a Educação Ambiental com o envolvimento da Comunidade, como co-responsável pela manutenção e preservação Ambiental.

No que se refere a questão do tratamento e destinação do lixo para a Grande Curitiba, a COMEC/PROSAM desenvolveu, durante o ano de 1996, o plano referente ao Sistema Regional Metropolitano de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos para Destinação Final, cujo projeto de implantação está sendo realizado pela Empresa contratada Camp Dresser & Mcker - CDM, a um valor total de R\$ 2,5 milhões.

Iniciada também, a fase de licitações das obras para instalação do Aterro Sanitário Norte, Estações de Transbordo e desenvolvimento de modelos de gestão e de

capacitação técnica e industrial, além de terem sido entregues 17 caminhões coletores/transportadores de lixo às Prefeituras da RMC.

Além disso, foi elaborado o Projeto de Tratamento e Disposição de Efluentes do Lixão da Lamenha Pequena pela contratação do Consórcio Multiservice/Saniplan, no valor de R\$ 209.739,00 estando concluídos os trabalhos de campo referentes a geologia, topografia, caracterização da área e o diagnóstico, assim como proposições para melhoria das atuais condições do Lixão.

Para o Paraná, a SUDERHSA liberou recursos para implantação de coleta seletiva de lixo em 80 municípios. Para os municípios que ainda não tinham nenhum trabalho na área de coleta e reciclagem, estes recursos foram utilizados para educação ambiental.

Ainda pela SUDERHSA, no Projeto de Destinação Final, estão sendo contratados projetos e obras de aterros sanitários para 13 municípios do Estado: Amaporã, Araruna, Boa Vista da Aparecida, Cruzeiro do Sul, Centenário do Sul, Loanda, Manoel Ribas, Nova Olímpia, Palmital, Paranacity, Roncador, Santa Inês e Terra Rica. Já o IAP, realizou trabalhos em 352 Municípios com estudos, avaliações e orientações quanto à destinação adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos.

O Projeto Especial de Agrotóxicos realizou, pelo Subprojeto de Reciclagem de Embalagem, o projeto piloto implantado na região de Palotina e Santa Terezinha do Itaipu, com a construção de dois barracões de triagem este ano, tendo sido recolhidas e triadas grandes quantidades de materiais, como plásticos, vidros, metais e papelão.

Encontra-se também em implantação e divulgação, a prática da tríplice lavagem das embalagens para que assim possam ser recolhidas nas centrais de triagem, bem como a educação ambiental para alunos da rede Municipal e Estadual de ensino no meio rural. Ainda neste ano, foram licitados mais 13 barracões para os Municípios de: Cascavel, Renascença, Maringá, Colombo, Londrina, Cornélio Procópio, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Morretes, Tuneiras do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Querência do Norte e Prudentópolis.

Para o Controle da Disposição Final do Lixo Industrial, o IAP licenciou o primeiro aterro de Resíduos Industriais - "Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Industriais da CIC", concedeu Licença Prévia para 2 cimenteiras de Co-processamento de Resíduos Industriais "Rio Branco e Itambé".

A.2.10 ICMS-Ecológico/Mananciais de Abastecimento Público

No Estado como um todo, a SUDERHSA, em 1996, analisou 5 milhões de informações de qualidade e quantidade de água relativo ao período 87/95, e o IAP atuou com o objetivo de aumentar o número, superfície e melhorar a qualidade das Unidades de Conservação, entornos e Mananciais de Abastecimento, pela habilitação dos Municípios nos recursos financeiros originários do ICMS-Ecológico, estabelecido na Lei Estadual Complementar nº 59/91.

No ano de 1996, ocorreram os maiores avanços no cumprimento da Lei, desde 1991, como: a formalização de Termos de Compromisso com 60 Municípios, objetivando melhorar a qualidade das mais representativas UC's e Mananciais, com repasses no valor aproximado de 2,5 milhões de reais, como também na melhoria do processo de avaliação das UC's e Mananciais, com planejamento, implementação e manutenção das mesmas.

Para a Região Metropolitana de Curitiba, a COMEC visando o Reordenamento Territorial em Áreas de Mananciais, desapropriou 167 mil m² realizando obras de arruamento, drenagem e infra-estrutura para quatro loteamentos - 1.352 lotes, construção de 1.072 módulos habitacionais e reassentamento de 64 famílias oriundas de áreas sujeitas a enchentes ou daquelas cuja ocupação compromete os mananciais de abastecimento público; obras de terraplanagem e drenagem dos loteamentos Bonilauri, Âncora, Timbú e Trevisan.

A.2.11 Parque Estadual das Araucárias

O projeto visa a criação de Unidades de Conservação, para preservação da Floresta Araucária Angustifolia, nicho Ecológico da Flora nativa, em extinção, típica do Paraná e a proteção do Bioma Araucária.

Em 1996, foi elaborada a proposta para criação do Parque Estadual das Araucárias, no Município de Irati, como também assinado o Decreto Estadual nº 2.139, que cria o Parque Estadual "Bosque das Araucárias" no Município de União da Vitória, com uma área de 236,30 hectares, declarada utilidade pública para fins de desapropriação.

A.2.12 Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

O Projeto objetiva organizar uma estrutura interinstitucional para prevenção e combate de incêndios, envolvendo órgãos públicos, iniciativa privada, mídia e segmentos organizados da sociedade. Além disso, visa manter um sistema permanente de monitoramento das ocorrências, delimitando as áreas de maior ocorrência de risco, determinando índices de perigo de incêndio por região, com características ambientais semelhantes e, manutenção de banco de dados com informações coletadas.

Foram realizadas pelo IAP, a concretização da parceria interinstitucional; a publicação da 2ª edição do Manual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; dezenas de palestras em todas as regiões do Estado e; aquisição de 50 "Kits-fogo", destinados às Unidades de Conservação e Viveiros Florestais, e de 30 "Kits-fogo", destinados ao Corpo de Bombeiros e Batalhão Polícia Florestal, entre outras.

A.2.13 Recursos Hídricos

Foi elaborado, neste ano de 1996, o Projeto Desenvolvimento do Plano Diretor de Recursos Hídricos, como também a proposta de Projeto de Lei de Recursos Hídricos, que desenvolvida em conjunto com a SANEPAR/PROSAM e COPEL, encontra-se em discussão com diversos setores envolvidos: Federação das Indústrias, de Agricultores, Consórcios de Bacias Hidrográficas e Municípios.

Ainda no que se refere aos recursos hídricos do Estado, foram contratadas em 1996 pela SEMA/PROSAM, as obras civis e instalações especiais para abrigar o Laboratório Analítico e os equipamentos, fornecidos mediante cooperação técnica com o governo alemão.

A SUDERHSA, por sua vez, atuou pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, na identificação e gerenciamento do potencial hídrico do Estado, visando a sua utilização como recurso estratégico para o desenvolvimento do Paraná. Produziu, pelo Projeto de Microfilmagem de Dados Hidrológicos, 110 mil documentos; 4.980 boletins fluviométricos e 105 mil boletins pluviométricos, totalizando 50 microfilmes. Pelo Projeto de Redimensionamento da Rede Pluviométrica Estadual, redimensionou a rede de monitoramento pluviométrico para as bacias hidrográficas dos rios: Ribeira do Iguape - 37 estações; das Cinzas/Paranapanema I - 34 estações; Paraná III - 44 estações; e Piquiri - 101 estações - em andamento - a um custo de R\$ 200 mil.

Pelo PROSAM, a SUDERHSA contratou os serviços de revisão da rede atual de monitoramento de recursos hídricos e implantação de modelos hidrodinâmicos de qualidade da água e de previsão de cheias em tempo real e pelo Projeto de Elaboração de Mapas Temáticos para o Atlas de Recursos, concluiu os mapas das Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná; das Estações Hidroclimatológicas, das Estações Fluviométricas do Estado e da Região Metropolitana de Curitiba; das Estações de Qualidade da Água e Sedimentométricas do Estado e da Região Metropolitana de Curitiba; Precipitação anual, dos Meses de Primavera, Verão, Outono e Inverno; Chuvas Intensas, Vazões Mínimas, Médias e Máximas em Pequenas e Grandes Bacias Hidrográficas, Qualidade das Águas Superficiais no Estado e na Região Metropolitana de Curitiba; Perdas de Solo; Unidades Aquíferas e Produção Hídrica Subterrânea; Qualidade das Águas Subterrâneas; Consumo de Água para Abastecimento Público por Tipo de Manancial; Atendimento com Rede de Esgotos para a População Urbana; Cargas Industriais Remanescentes; Pequenas Centrais Hidrelétricas; e Grandes Centrais Hidrelétricas, a um custo de R\$ 44,5 mil.

A.2.14 Saneamento Ambiental

Uma das ações pertinentes ao Saneamento Ambiental para a Grande Curitiba executada pelo PROSAM, foi o desenvolvimento do Sistema para Gestão da Bacia do Alto Iguaçu, que com a participação de representantes de entidades governamentais, classes produtoras e sociedade, visa a definição e implantação de mecanismos de ocupação e uso do solo e valoração dos recursos naturais, compatibilizando assim as atividades econômicas e sociais às condições ambientais necessárias para proteção dos recursos hídricos.

A execução do parque e canal na bacia do Alto Iguaçu visou o equacionamento de problemas relativos a enchentes, ocupação de áreas de inundação e degradação ambiental. Foram executados projetos de obras hidráulicas e o projeto do Parque do Alto Iguaçu, o qual integrado à Vila Olímpica, transformará a região em área de lazer e esporte e, ao mesmo tempo, preservará a várzea de inundação contra a ocupação irregular. O parque terá uma área de cerca de 9,5 milhões de m², sendo que em 1996, foram desapropriados 668,0 mil m² a um custo de R\$ 6,0 milhões. Concluiu-se também a construção de 10 km do Canal Extravasor - trecho Contorno Sul até BR 277 e de 10 km da via parque ao longo deste trecho; o projeto executivo do Parque Metropolitano do Iguaçu -1ª fase - entre a Av. da Torres e o Zoológico de Curitiba, e a coordenação do projeto executivo -2ª fase - entre a Av. da Torres e a PR 415, pela COMEC, SEMA, SUDERHSA e empresas contratadas; os trabalhos complementares de topografia e batimetria, e o relatório parcial dos levantamentos sedimentométricos e ainda, o reassentamento de 64 famílias para o loteamento Trevisan.

Outro estudo realizado no Alto Iguaçu pela COMEC foi o Macrozoneamento das Bacias Hidrográficas com a análise da legislação urbana de zoneamento e uso do solo nas áreas urbanas e rurais, dos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Colombo, Campina Grande do Sul e Quatro Barras bem como, o levantamento da densidade demográfica, características das áreas integrantes de cada bacia hidrográfica e as porções efetivamente definidas como Áreas de Proteção Ambiental - APA's.

Outra obra realizada pela COMEC, foi a construção, no valor de R\$ 879,0 mil, do Parque Ambiental do Passaúna que visa a recuperação e preservação de uma área de 140 mil m², com a participação do Município de Araucária.

Em conjunto com a EMATER, executou treinamento de produtores rurais para disseminação de práticas agrícolas não poluentes em áreas de mananciais, bem como a implementação em comunidades rurais de esterqueiras, abastecedores comunitários, lavadores de tubérculos e açudes, visando compatibilizar as atividades agropecuárias com a proteção dos recursos naturais, proporcionando ainda melhoria de renda e elevação do padrão de vida dos produtores.

A.2.15 Vila Velha-Guartelá

A SEMA e o IAP atuaram neste projeto, com vistas a prover melhores condições de infra-estrutura para os turistas, com a conservação e preservação dos Parques de Vila Velha, em Ponta Grossa, e do Guartelá, nos municípios de Tibagi e Castro. Considerando a potencialidade ecoturística do complexo Vila-Velha-Guartelá, as ações desenvolvidas em parceria com os municípios e a iniciativa privada, em 1996, totalizaram R\$ 545 mil na construção de um trevo de acesso; trilhas, sinalizações e pontilhões; edificação da administração do parque, do camping; drenagem de águas pluviais; rede de distribuição de água e de energia elétrica, entre outras..

A.3 PARANÁ + EMPREGO

A dinâmica do mercado que enfrenta hoje mudanças complexas oriundas da globalização da economia e da modernização tecnológica, entre outros fatores, não resolve mais o problema do desemprego: este passou da esfera conjuntural para a estrutural, aprofundando e agravando, progressivamente, o processo de exclusão social.

O quadro atual exige nova postura do poder público em relação às alterações que o delimitam e dessa forma, foi criada a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho -SERT.

Além desse órgão, a Secretaria de Estado da Indústria e Desenvolvimento - SEID tem por objetivo a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado. Em 1996, por meio do Projeto de Apoio Operacional e Institucional - Sistema de Informações da Indústria e do Comércio - SIC, atualizou os dados cadastrais de 179.682 estabelecimento distribuídos por gênero de atividade, microrregião e porte; efetuou o levantamento do número de estabelecimentos industriais criados em 1995 e 1º semestre de 1996; elaborou os perfis setoriais regionais para atender demandas específicas e do perfil da indústria paranaense e em Curitiba; divulgou nacional e internacionalmente documento contendo informações técnicas sobre o Paraná dirigidas à investidores; coordenou eventos, feiras, rodadas de negócios; e executou convênios com diversos órgãos.

Com a atuação desses órgãos, o Programa PARANÁ + EMPREGO busca elevar o nível de emprego e renda da população do Estado, atraindo empresas e incentivando as indústrias instaladas, por meio de incentivos fiscais, tendo sido enquadradas, pela comissão técnica formada pela SEID, SEFA e SEPL, diversas empresas neste Programa.

A.3.1 Apoio ao Investimento Produtivo

Em relação às Ações de Fomento na atração de investimentos, foram contatadas 220 empresas e concretizados 115 projetos que estão em fase de implantação com investimentos aproximados de R\$ 4 bilhões, e em negociação outros empreendimentos que totalizam R\$ 5 bilhões.

A montadora francesa Renault, com um investimento no valor de R\$ 1 bilhão, produzirá 120 mil veículos por ano e gerará 2 mil empregos. A COMEC que participou da assessoria técnica para implantação da indústria, cujas obras já estão em andamento no município de São José dos Pinhais, foi responsável pela coordenação de reuniões e atividades técnicas entre as entidades envolvidas - COPEL, IAP, Corpo de Bombeiros, DER, APPA, DNER, SANEPAR, TELEPAR, Prefeitura de São José dos Pinhais, RFFSA, e outras.

No setor de bebidas, estão sendo investidos pela Cervejaria Kaiser, R\$ 150 milhões em obras que estão em processo de conclusão, no município de Ponta Grossa, criando cerca de 300 novos empregos; R\$ 20 milhões pela Pepsi, no município de Londrina, devendo gerar 250 empregos diretos. A fábrica entrará em atividades no primeiro semestre de 1997, com capacidade para produzir 15 milhões de caixas de refrigerantes por ano; outros R\$ 15 milhões, o Spaipa, está aplicando na expansão de suas unidades, o que gerará algo em torno de 480 empregos nas cidades de Francisco Beltrão, Curitiba, Maringá e Cascavel.

A nova unidade da empresa DaGranja, cuja construção já teve início no município de União da Vitória, terá investimentos de R\$ 107,8 milhões e prevê a produção integrada de aves e suínos. Dimensionada para o abate de 320 mil aves/dia e 1 mil suínos/dia, permitirá a geração de 9 mil empregos, dos quais, 1.200 diretos, 6 mil indiretos para o setor da agroindústria e mais 1.800 para o setor rural. Com isso, alterará o perfil econômico da região sul do Paraná, cuja economia até então está concentrada em 80% no setor madeireiro, contribuindo para a formação de mais uma cadeia produtiva no Estado.

A indústria de caminhões Volvo investe R\$ 230 milhões em sua unidade instalada na Cidade Industrial de Curitiba, com a abertura de 200 novas vagas; assim como a Bosch, uma das maiores indústrias da CIC, está expandindo sua unidade e gerará 630 novos empregos.

O mais novo investimento anunciado para o Paraná é o da Eletrolux no valor de R\$ 300 milhões, para a construção de uma fábrica de refrigeradores no município de Fazenda Rio Grande, cuja produção de 1,5 milhão de refrigeradores/ano, gerará um faturamento anual previsto de R\$ 500 milhões, e gerará 2.400 empregos, dos quais 1.200 diretos.

A escolha da Chrysler pelo Paraná é mais uma prova da mudança do perfil econômico do nosso Estado. A fábrica será construída no município de Campo Largo e terá um investimento de R\$ 315 milhões, gerando 400 empregos diretos e mais de 1.500 indiretos.

O Grupo Tafisa, de Portugal, escolheu o Paraná para implantar a 1ª indústria no país para a fabricação de um novo tipo de painel de madeira aglomerada, o MDF. Fará investimentos de US\$ 130 milhões na sua instalação em Piên, gerando 680 empregos diretos e mais de 1000 indiretos.

Estão ampliando também suas unidades no Paraná: a Cimento Portland, Phillip Morris, Adram Alimentos, Furukawa, Klabin, Batavo e Peróxidos do Brasil.

Para a instalação dessas indústrias na RMC, a COMEC realizou levantamentos em áreas que apresentassem potencialidades para instalação industrial, tais como: topografia adequada, localização fora das áreas de preservação ambiental, proximidade aos eixos viários regionais, aos centros urbanos locais e compatibilidade com a estratégia de desenvolvimento regional. Participou também, da elaboração do documento "Empreendimentos Industriais - Alternativas de Localização - Região Metropolitana de Curitiba".

Ainda como Apoio ao Investimento Produtivo, foi elaborado, mediante convênio celebrado entre a SETI e BRDE, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Paraná - PADT que, com aporte de recursos

financeiros, visa apoiar projetos voltados ao desenvolvimento de novos produtos, processos e sistemas e/ou aperfeiçoamento dos existentes, nas micros e pequenas empresas. Em 1996, foi realizado Termo Aditivo ao Convênio, disponibilizando R\$ 119 mil para o atendimento a cinco empresas.

Também em 1996, a SEPL por intermédio do Escritório Brasil-China - EBC, atuou no sentido de colocar os empresários do Paraná em contato com empresários chineses, visando a realização de negócios, tanto de exportação de nossos produtos para a China - farelo e óleo de soja, farinha de osso, couro bovino, entre outros - quanto de importação - alho, cogumelo, artigos de vestuário, ferramentas, lâmpadas. Merece destaque, nesse tópico, a intenção da Shandong Machinery I&E Corp. de implantar uma filial em Curitiba, objetivando explorar as potencialidades do comércio bilateral.

A.3.2 Câmaras Setoriais

As Câmaras Setoriais agem como fóruns de debates entre governo, empresários e trabalhadores, após identificadas as dificuldades, são formados grupos de trabalho para estudo e propostas de solução. Sob a coordenação da SEID, encontram-se instaladas as Câmaras Setoriais, nos setores Metal-mecânica, Madeira, Têxtil, Turismo, Mineral e Agroindústria de Alimentos.

A.3.3 Desenvolvimento do Trabalho

Entre as ações desenvolvidas pela SERT para o Desenvolvimento do Trabalho, o Estado conta com o Programa da Intermediação de Mão-de-Obra, integrante do Sistema Nacional de Emprego-SINE, por meio do qual são aproximados os interesses dos trabalhadores e dos empresários, facilitando-se aos primeiros, a colocação no mercado de trabalho e, aos segundos, a captação de mão-de-obra disponível. Durante o ano de 1996, 109 agências em diferentes cidades do Estado, foram envolvidas, prestando serviços gratuitamente; com 250.256 inscrições de

trabalhadores, entre os quais encaminhados 91.730, captadas 40.079 vagas e realizadas 19.420 colocações.

A.3.4 Estímulo às Atividades Geradoras de Empregos

Foi realizado durante o ano de 1996, um conjunto de ações pela SERT visando o fomento, a implantação e o desenvolvimento do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, que, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e normatização do Conselho Estadual do Trabalho, repassa financiamentos à micro e pequenas empresas, ao setor informal da economia e às cooperativas/associações. O Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PROGER que está em andamento no IPARDES, deverá servir de referência aos demais estados da federação.

As metas atingidas com o PROGER URBANO foram de atendimento a 884 empreendimentos, criação de 2.504 empregos diretos e 194 municípios beneficiados, perfazendo um valor total de R\$ 14 milhões. O PROGER RURAL, atendeu 24.410 produtores, aplicando-se um total de R\$ 142,8 milhões.

Foram atendidos 67 municípios e a obtenção de trabalho direto a 1.876 trabalhadores, durante 30 dias, num total de R\$ 669,5 mil despendido, com o Projeto Formação de Frentes de Trabalho destinadas a preencher com oportunidade de trabalho, os períodos "vazios" de ocupação remunerada de trabalhadores rurais volantes e trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego crônico.

No Projeto Galpões de Produção, a SERT também aplicou R\$ 690,9 mil, beneficiando 12 municípios e 71 micro e pequenos empreendedores informais.

Outros projetos ainda foram elaborados como: Centrais de Apoio a Trabalhadores Rurais Volantes, atendendo uma média diária de 6.550 trabalhadores rurais volantes e seus familiares; o Programa Seguro-Desemprego, que atendeu 140 mil trabalhadores; o Programa de Geração de Informação sobre o Mercado de Trabalho que visa a geração, divulgação e preservação da memória sobre o mercado de trabalho, subsidiando desta forma, a política de emprego local, regional e nacional; a

Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMC - PED, que realizada em convênio com o IPARDES e com recursos parciais do FAT, pesquisou um total de 22.500 domicílios, divulgando informativos para os principais órgãos de Governo, iniciativa privada, institutos de pesquisa e imprensa em geral.

Foi desencadeado ainda pela SERT, em 1996, o processo de criação dos Conselhos Municipais do Trabalho, cujas competências são previstas em decreto específico, como descentralização do Conselho Estadual do Trabalho, em obediência ao previsto pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

A.3.5 Formação Profissional

Considerando-se que cerca de 40% das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não são preenchidas por falta de qualificação dos candidatos, o Programa de Qualificação Profissional, coordenado pela SERT, desenvolve ações para minimizar as dificuldades de acesso ao trabalho remunerado, propiciando ao trabalhador a empregabilidade, hoje demandada.

Por meio de 6.000 cursos, totalmente gratuitos, que abrangem atividades dos três setores da economia, foram beneficiados 53 mil trabalhadores.

Desenvolveu-se ainda, projetos especiais como a elaboração e divulgação de materiais para qualificação de trabalhadores da construção civil, em saúde e segurança no trabalho; promoção do programa de regularização dos profissionais de saúde junto a SESA, Associação Brasileira de Enfermagem e o Conselho Regional de Enfermagem, que iniciou em 11 municípios, abrangendo 500 trabalhadores da área, e se estenderá a outras cidades, obedecendo às necessidades e condições técnicas demandadas, entre outros.

A.3.6 Relações e Pesquisas na Área do Trabalho

Para esta questão, a Universidade Livre do Trabalho, vem atuando por meio de projetos como Construindo Trabalho, que objetiva contribuir para a implantação e

4.
consolidação da Política Pública do Trabalho no Estado. Além de realizar 9 eventos, envolvendo 450 pessoas e o II Encontro de Conselhos Municipais do Trabalho, cede seus espaços físicos para 96 eventos com a participação de mais de 6.000 trabalhadores e empregadores.

A SERT realizou ainda, em parceria com órgãos federais, estaduais e Conselhos Titulares, Escolares, do Trabalho e de Direito da Criança, a assinatura de Termo de Cooperação Técnica e 03 Seminários, em Curitiba, Maringá e Londrina, do Projeto Eliminação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho Juvenil, que envolveu 550 pessoas; pelo projeto Cidadania e o Trabalho da Mulher, elaborou o texto da cartilha da empregada doméstica; o convênio com a Rede Mulher objetivando aprofundar a integração e desenvolvimento da mulher trabalhadora, realizando cursos de formação para agentes multiplicadores, material educativo, entre outras ações.

E por último, o projeto Tele-Consulta Trabalhista, que atendendo uma média de 35 ligações ao dia, em todo o Estado, subsidia a geração de propostas de curso dentro do projeto Formação dos Trabalhadores no Exercício da Política do Trabalho.

A.4 PARANÁ + ENERGIA

O consumo de energia elétrica no Estado do Paraná aumentou 7,1% em 1996, comparado com o mesmo período de 1995. Nesses doze meses o consumo acumulado passou de 14,0 milhões para 15,0 milhões de megawatts-hora, significando o mesmo que agregar ao mercado consumidor uma vez e meia um município do porte de Londrina.

A classe que apresentou maior aumento de consumo foi a residencial - 11,8%, seguida pela comercial - 9,2% e rural - 5,8%.

O consumo industrial, que representou cerca de 44% do mercado estadual de eletricidade, cresceu apenas 3,0%, como reflexo das medidas restritivas implementadas pelo Governo Federal.

Em todo o Paraná, o número de consumidores aumentou em 94.000, atingindo quase 2.600.000 consumidores faturados.

Os altos níveis de afluência aos reservatórios da Região Sul possibilitaram à COPEL transferência de excedentes de energia à Região Sudeste, o que produziu uma receita adicional de R\$ 29 milhões - além dos R\$ 50 milhões auferidos com a venda de energia contratual - caracterizando o ano de 1996, pelo atingimento de recordes do ponto de vista de produção de energia, com destaque para o desempenho das duas maiores usinas hidrelétricas da COPEL: a Usina Segredo gerando 7.376.360 Mwh e a Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que gerou 8.032.134 MWh.

Os fatores que mais contribuíram para esses excelentes resultados foram: hidrologia favorável, metas claras a serem atingidas pelo corpo funcional, comprometimento das equipes com os resultados a serem atingidos e a mudança de metodologia de trabalho, com otimização de recursos e racionalização de tarefas.

A COPEL encerrou o 3º trimestre do exercício de 1996 com um crescimento na receita da ordem de 28,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram recolhidos ao Estado do Paraná, de janeiro a setembro de 1996, R\$ 239,8 milhões de ICMS.

A margem operacional de 24% apresentada no exercício, possibilita à Empresa recorrer ao mercado financeiro nacional e internacional para viabilização dos recursos necessários à expansão e melhoria do sistema eletroenergético do Paraná.

Dado o seu desempenho nos últimos anos, a COPEL vem despertando o interesse de investidores internacionais, que têm visitado a Empresa continuamente, tendo como depositário o Bank of New York no programa de American Depositary Receipts - ADR, de nível 1, para o qual acionistas estrangeiros já transferiram 252 milhões em ações ordinárias.

No mercado de capitais, as ações 'ON' da COPEL foram negociadas em 97% dos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo, enquanto as ações 'PNA' foram negociadas em 51% dos pregões.

Foram emitidos também US\$ 150 milhões de eurobônus no mercado internacional, que asseguram um quarto dos recursos necessários ao cumprimento do programa de investimentos da Companhia para 1997; lançamento de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 150 milhões, em quatro séries, sob a coordenação do BNDES e do BANESTADO, cujos recursos serão aplicados integralmente na continuidade da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias; e captação de US\$ 166,5 milhões mediante emissão de "commercial papers".

Quanto a investimentos, R\$ 376 milhões foram aplicados até setembro de 1996, destes R\$ 220 milhões em obras de geração, R\$ 31 milhões em obras de transmissão, R\$ 98 milhões em obras de distribuição e R\$ 27 milhões em melhoria das atividades operacionais.

Além dos Programas adiante relacionados, a COPEL desenvolveu as seguintes ações durante o ano de 1996:

- Iniciadas ou em continuidade 34 obras de subestações e linhas de transmissão, e outras 65 concluídas;
- Investimento na ordem de R\$ 9 milhões em tecnologia da informação, para melhoria no atendimento ao consumidor, aumento de produtividade e racionalização de processos. Um dos projetos mais importantes é a

instalação da rede denominada COPELnet, que atingiu, em 1996, 24 cidades do Estado do Paraná, interligando 35 redes locais com velocidades até 2Mb/s, com o computador central e demais sistemas computacionais;

Com o intuito de preservar a memória do desenvolvimento energético do Paraná, foi reinstalada e transformada em Museu, a Usina de Caratua, construída em 1929 no município de Irati, em estilo europeu, bem como a Usina de São Joaquim, construída em 1928, com capacidade de geração de 90 kW, ora transportada para junto da barragem da Usina Governador Bento Munhoz/Foz do Areia - em Pinhão;

- Transferência da operação e manutenção da Usina Termoelétrica de Figueira para a Companhia Carbonífera do Cambuí, mediante licitação, uma vez que a mesma estava obsoleta;
- Em conjunto com a implantação das subestações Batel, em Curitiba e Palermo, em Londrina, foram instalados sistemas de telecomunicações digitais com transmissão óptica; cujos principais serviços oferecidos são teleproteção para linhas de alta tensão, automação e telecomando de subestações, comunicação de dados em alta velocidade e comunicação de voz;
- Assinado compromisso de constituição de consórcio entre a COPEL, a INEPAR e a EQUITEL, com a possibilidade de participação também da Furukawa, que objetiva fornecer serviços de telecomunicações através de meios ópticos de transmissão, utilizando a infra-estrutura de linhas de alta e baixa tensão da COPEL como meio de passagem dos cabos ópticos. O projeto prevê que os serviços terão abrangência na quase totalidade dos municípios do Paraná;
- Luz em Dia é um programa lançado no final do primeiro semestre de 1996, que propicia ao consumidor residencial de até 100 kWh por mês a possibilidade de escolher o dia de vencimento da sua conta de luz. Os

aposentados ou pensionistas, independentemente do consumo de energia, também podem se valer do programa, que já está beneficiando 12.492 famílias.

A.4.1 Derivação do Rio Jordão

Em 1996, foram concluídas as obras da Derivação do Rio Jordão, que propiciaram incremento de 10% na geração da Usina Hidrelétrica de Segredo, obtendo significativo avanço nas obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Esse empreendimento, iniciado em maio de 1994, destacou-se pela rapidez com que foram escavados os 4,7 km de túnel e executada a barragem com altura máxima de 95m no rio Jordão, utilizando moderna tecnologia do concreto compactado a rolo.

A.4.2 Energia Alternativa

Com relação a Energia Alternativa Solar; após levantamentos sócio-econômicos realizados nas comunidades pesqueiras situadas na região do litoral norte do Estado, visando o equacionamento de alternativas para eletrificação daqueles locais, foi implantado em 1996, um sistema fotovoltaico comunitário, na Comunidade de Barra do Ararapira, suficiente para atender às necessidades de iluminação das residências, posto de saúde e escola. Está em fase final de implantação, uma central comunitária para produção de gelo, que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Na Ilha do Mel, foram instalados 200 aquecedores solares de água, em substituição aos chuveiros, com a finalidade de reduzir a carga do sistema dieselétrico local.

No âmbito do Projeto Ventar, prosseguiram, durante 1996, os trabalhos de pesquisa e instalação de novas estações anemográficas - medição de velocidade e direção de vento, com vistas ao levantamento do potencial eólico do Estado. Atualmente, existem 20 estações anemográficas instaladas em diversas regiões do Estado e, tendo em vista os bons resultados das medições obtidas na região de Palmas,

a COPEL formalizou protocolo com a empresa americana ZOND, com vistas ao desenvolvimento de estudo de viabilidade para implantação de uma usina eólica, com potência nominal de geração estimada em 200 MW.

A.4.3 Lig Luz Rural

Em 1996 foi dada continuidade ao Programa Lig-Luz Rural, que prevê o atendimento a 50.000 novas ligações para o período 1995/98, sendo que deste total já foram comercializadas 21.838 ligações. No âmbito desse programa, foram construídas obras com um investimento total de R\$ 57,5 milhões, atendendo 18.900 consumidores.

Iniciativa pioneira para auxiliar o homem do campo foi a criação do Programa Vale-Semente, que fornece ao consumidor inscrito no Lig-Luz Rural 3 sacas - 60 kg - de sementes de milho produzidas pelo IAPAR, beneficiadas pela CODAPAR e fornecidas pela SEAB, gratuitamente. Com a produção de um ano, o pequeno agricultor tem condições de pagar a ligação de energia feita em sua propriedade. Foram entregues no 1º ano, 14.227 sacas de sementes de milho - 20 kg cada uma - beneficiando 5.029 agricultores.

A.4.4 Lig Luz Urbano

Este programa visa facilitar o acesso de famílias de baixa renda - até 3 salários mínimos - aos benefícios da energia elétrica, prevendo 97.600 ligações para o período 95/98. Desse total, foram comercializadas 49.319 ligações, tendo sido ligadas, até setembro/96, 41.637 residências, com investimento de R\$ 7,1 milhões.

A.4.5 Projeto Salto Caxias

As obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias progrediram normalmente em consonância com o cronograma. Em novembro de 1996, foi cumprido um dos mais importantes eventos da construção, representado pelo desvio do rio pelas adufas de concreto. Isso possibilitará o início da construção da barragem no leito do rio e na ombreira esquerda, assegurando a continuidade dos trabalhos nessa área

crítica, sujeita a riscos de inundações freqüentes devido às características de instabilidade das vazões do rio Iguaçu.

Entre outras ações, estão sendo implementados ainda, os 26 programas concebidos no Projeto Básico Ambiental para minimizar os impactos negativos e potencializar os benefícios advindos da implantação do empreendimento. Os programas de caráter sócio-econômico, que demandam maiores somas de recursos, encontram-se em franco desenvolvimento, como por exemplo, a aquisição das terras necessárias aos cerca de 15 projetos de reassentamento, 4 dos quais já se encontram em implantação.

Computadas todas as atividades desenvolvidas desde o início da obra, já foram realizados cerca de 35% do empreendimento como um todo, além de importantes ações nas áreas da saúde, educação e desenvolvimento regional em toda a área afetada pela construção da usina.

A.4.6 Rio Tibagi

A fim de subsidiar o plano de expansão de geração para o atendimento do mercado de energia elétrica do Estado, a COPEL, com autorização do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, concluiu o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental das usinas hidrelétricas de Jataizinho e Cebolão, no rio Tibagi.

Nesse estudo foi determinado, de acordo com a legislação de concessão de serviços públicos, o projeto de "aproveitamento ótimo" daquelas usinas, considerando-se os aspectos técnicos e ambientais envolvidos. Para a hidrelétrica de Jataizinho, a potência instalada resultante será de 155 MW, com um investimento total estimado em R\$ 247,0 milhões e para a usina de Cebolão, a potência será de 168 MW, com um investimento total previsto de R\$ 221,0 milhões.

Esses estudos estão sendo encaminhados ao DNAEE para serem analisados e aprovados, condição para que os aproveitamentos tenham suas concessões licitadas, prevendo a entrada em operação dessas usinas para o ano 2003.

Foi firmado também, um convênio com a Universidade Estadual de Londrina - UEL - Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Econômico e Social - ITEDES, para o acompanhamento dos levantamentos ambientais, cujo objetivo principal é fomentar a discussão, pela comunidade científica, de assuntos relacionados com a implantação de barragens. Tal acompanhamento permitirá que a sociedade civil afetada pelos aproveitamentos hidrelétricos, receba subsídios quanto aos aspectos técnicos por parte dos pesquisadores e especialistas da UEL por ocasião das audiências públicas para aprovação do EIA/RIMA.

A.5 IDÉIAS - FORÇA EM CADA REGIÃO

A.5.1 Costa Oeste

Objetivando a viabilização em curto espaço de tempo, do Projeto Costa Oeste, foram realizadas ações por diversos órgãos do Estado.

Visando desenvolver a 1ª etapa do Projeto de Planejamento Geral dos Jogos Mundiais da Natureza, que acontecerão em setembro de 1997, onde se prevê o detalhamento do programa, a planificação urbanística, as alternativas de comercialização e de financiamento do plano geral de operação, foi investido R\$ 1,9 milhões, num convênio firmado entre a Secretaria de Esporte e Turismo - SEET e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR.

Outro convênio também firmado, no valor de R\$ 950 mil, com o Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD, visa o desenvolvimento da 1ª parte do Projeto de um grande Parque Aquático na área da represa de Itaipu, que tem como objetivo maior, ativar o Plano Estratégico de Turismo para a região geoeconômica da Costa Oeste, situada entre as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu.

A Paraná Turismo, por sua vez, está implantando a 1ª etapa do Projeto de Sinalização Turística Rodoviária do Paraná para esta região, propiciando melhorias na sinalização turística das estradas com a colocação de placas rodoviárias padrão DNER. O projeto foi implantado em convênio com o DETRAN/PR, no valor de R\$ 300 mil para o ano de 1996.

Pela SEMA desenvolveu-se o Monitoramento da Qualidade da água do reservatório de Itaipú e dos seus afluentes da margem brasileira, bem como o controle da balneabilidade das 7 praias artificiais, executado mediante contrato com a Itaipú Binacional, cujas informações são indispensáveis ao projeto "Costa Oeste".

Por meio do estudo de imagens de satélite e cartas planialtimétricas, o IPARDES/SEPL realizou a digitalização de mapas que possibilitam análises georeferenciais sobre o Estado, subsidiando a implantação do Projeto Costa-Oeste.

A.5.2 Universidade das Américas

Concebida a partir da visão futurística de integração de pessoas, estados e países da América Latina para discussão dos temas comuns, o Governo desenvolveu diversas ações entre as quais, a construção pela SEMA, em Foz do Iguaçu, de um Fórum em 1.990,00 m², sendo 1.000 m², de auditório, ao custo aproximado de R\$ 2,3 milhões.

O Grupo Executivo para sua instalação, criado mediante Decreto Estadual nº 2.216, teve sua coordenação pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e, no mês de outubro de 1996, já se realizou um encontro, do qual participaram personalidades de diversas áreas da cultura, educação e tecnologia do Brasil, que resultou nas primeiras parcerias, grupos pioneiros, esboço funcional, agenda temática e cronograma.

A.5.3 Litoral

A SEMA, com a participação do IAP, em continuidade as obras de um amplo projeto para desenvolvimento do litoral do Paraná, que objetiva estimular o turismo ecológico, com obras de preservação do meio ambiente e também, promover a transformação do perfil econômico da região, realizou no ano de 1996 os seguintes empreendimentos, com um custo aproximado de R\$ 558,0 mil, destacando-se: as obras de recuperação do calçamento do trecho Praia de Leste/Balneário Costa Azul, numa extensão de 7.591,00 m²; as obras do Portal do Paraná, implantado próximo à divisa com o Estado de Santa Catarina, direcionado a viajantes que adentrem ao Estado do Paraná, como um espaço destinado ao descanso e obtenção de informações diversas; e o paisagismo e colocação de estrutura para proteção das árvores no calçadão entre Matinhos e Caiobá.

O IAP ainda atuou no município de Guaraqueçaba, na implementação do Plano de Manejo da APA; no levantamento para elaborar proposta do Projeto Agricultura Ecológica, no entorno da APA; no Convênio UNILIVRE, visando obter recursos para execução de Projetos e no Convênio Colônia de Pescadores

Guaraqueçaba, para coleta e retirada do Lixo da Baía, dentro Projeto Baía Limpa. Em Guaratuba, na execução do levantamento da flora, fauna e solos da APA e no Projeto Baía Limpa - Guaratuba, com o recolhimento de 96 toneladas de lixo, pelas 102 de famílias pescadores artesanais.

Consta esse Projeto, assim como o da Costa-Oeste, com o estudo de imagens de satélite, cartas planialtimétricas e a digitalização de mapas para análises georeferenciais realizados pelo IPARDES/SEPL.

A.5.4 Portal de Foz do Iguaçu

A implantação do complexo turístico e paisagístico de Foz do Iguaçu - Portal Aduaneiro, visou a estruturação e equipamentação das atividades relativas à alfândega, inspeções sanitárias, controle e educação ambiental, Polícia Federal e Polícia de Fronteira.

Além disto, foi construído um local de estacionamento de ônibus de turismo e caminhões, com serviços de apoio e sistema integrado de transporte urbano, contemplados em uma área de 6.751,00 m², com um custo aproximado de R\$ 3,3 milhões.

A.5.5 Região Metropolitana de Curitiba

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada mediante a Lei Estadual nº 6.517/74 e transformada em entidade autárquica pela Lei nº 11.027/95, tem por atribuições a formulação de diretrizes do desenvolvimento da RMC, coordenação das funções públicas de interesse comum e a articulação com os demais níveis de governo, visando minimizar os desequilíbrios intra-regionais.

A Estruturação Física da Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, contou com ações de caráter estruturador do sistema viário metropolitano e as devidas intervenções físicas da COMEC no espaço regional, como a implantação do Sistema Integrado de Transportes Públicos de Passageiros para a RMC, cujo relatório técnico, contendo proposta de investimento no setor de transporte público e sistema viário, virá

norte de Curitiba, aproveitando as instalações físicas do Terminal Maracanã e outra edificação inicialmente proposta para tal finalidade, em conjunto com a EMATER.

Além das ações executadas, durante o ano de 1996, pela COMEC na Região Metropolitana de Curitiba, encontra-se o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM, que estão citados nos respectivos Programas deste documento.

a subsidiar as negociações de empréstimo internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Encontram-se em estudo, projetos de estruturação física para dar suporte a integração do transporte coletivo metropolitano com o transporte coletivo de Curitiba, como também a estruturação viária de municípios da Região totalizando investimentos no valor de R\$ 220,0 mil.

Para o Transporte Público de Passageiros e o Sistema Viário na Região Metropolitana de Curitiba, foram executados Terminais Metropolitanos, instalação de estações tubo, diversas obras de melhoria nas proximidades do Aeroporto Afonso Pena e Trevo do Atuba, contornos e acessos, totalizando R\$ 8,7 milhões.

A Proposta Alternativa de Traçado do Anel Viário do Contorno Leste oferece para este, um traçado compatível com as diretrizes de ocupação espacial da RMC, com a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o trecho entre a BR-277 e BR-116, assim como seus Projetos Finais de Engenharia.

Realizado também, estudos, projeto executivo e especificações técnicas de paisagismo, calçamento, pavimentação, iluminação, passagens de nível, praça e ruas transversais, do acesso ao Autódromo Internacional de Pinhais.

Quanto a Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC, a COMEC desenvolveu ações de Controle da Ocupação Territorial, emitindo pareceres técnicos de consulta e anuência prévia para projetos de loteamentos e desmembramentos dos municípios da RMC; análise e avaliação dos Planos de Uso e Ocupação do Solo Urbano, contratados pelo PEDU para os municípios de Balsa Nova, Quitandinha, Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Almirante Tamandaré e Mandirituba; elaboração do Zoneamento da APA Municipal de Pinhais, em conjunto com a equipe municipal; e conclusão do Projeto Comportamento das Finanças Municipais na RMC - 1992/1995, que com a obtenção do diagnóstico financeiro das administrações municipais, servirá como subsídio ao processo de planejamento local e regional.

Ainda para o município de Colombo, foi realizado o estudo para implantação de um Mercado do Produtor e Shopping Popular, com uma central de abastecimento ao

A.6 PARANÁ MINERAL

O Programa Paraná Mineral, desenvolvido pela Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, visa a utilização dos recursos minerais e das técnicas de geologia no desenvolvimento econômico regional. Abrange duas grandes áreas de ação: a de Fomento, implementado pelos subprogramas de Valorização da Produção Mineral e Necessidades e Oportunidades Regionais; e a de Geologia, que abrange o Subprograma de Geologia de Planejamento.

Além das ações pertinentes aos Projetos de Governo, a MINEROPAR, assessorou a COPEL nas negociações com a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - CPRM, sobre a exploração do carvão no município de Sapopema, na ordem de 40 milhões de toneladas; apoiou a Procuradoria Geral do Estado - PGE, na realização de trabalhos técnicos sobre a questão do petróleo no litoral paranaense e negociou com a Companhia Brasileira de Alumínio, a indenização pelo alagamento do depósito de fluorita ocorrido no Paraná.

A.6.1 Geologia de Planejamento

O objetivo deste Projeto é dar suporte geotécnico ao plano de uso e ocupação do solo de municípios e regiões metropolitanas, propiciando elementos de gerenciamento do meio físico, bem como operacionalizar o Sistema de Informações Geoquímicas do Estado do Paraná.

Segundo essa ótica, realizou-se em 1996, o Mapeamento Geológico Geotécnico de 500 km² nos municípios de São José dos Pinhais, Araucária, Fazenda Rio Grande; o Sistema de Informações Geoquímicas do Estado do Paraná - SIGEP, que objetiva estabelecer uma base de dados aplicável ao planejamento agrícola, monitoramento ambiental e da saúde pública, saneamento básico e prospecção mineral. No exercício, foi concluído o primeiro levantamento geoquímico de todo o território do Paraná, cujos resultados preliminares revelaram a presença em concentrações anômalas de metais nocivos à saúde humana e animal, no Norte do Estado; e por último, o Sistema de Informações Geográficas - SIG, o qual visa informatizar a

Empresa, capacitando-a para prestar informações rápidas e seguras das questões relativas à geologia, economia mineral e do setor mineral para a iniciativa privada e órgãos públicos.

Nesta área ainda, o Escritório Brasil-China - EBC, além de apoiar a participação de técnicos do Paraná no Congresso Internacional de Geologia, realizado em Beijing, obteve do lado chinês, oferta de curso de curta duração aos nossos técnicos, promovido pelo Instituto de Exploração Geofísica e Geoquímica de Langfang, Província de Hebei. Esse Instituto é a contrapartida da MINEROPAR no projeto de cooperação relativo ao sistema de informações geoquímicas do Estado, incluído no Acordo Federal, e destinado a permitir a obtenção de dados geoquímicos do meio físico do território paranaense.

A.6.2 Necessidades e Oportunidades Regionais

Prevê o desenvolvimento e a consolidação de pólos industriais, com base em recursos minerais localmente abundantes e a pesquisa de novas jazidas de insumos minerais com demanda existente no mercado regional e nacional.

A MINEROPAR desenvolveu em 1996 vários projetos, com destaque para o Projeto Areia para Construção Civil que, em convênio com a SEJU, objetiva viabilizar o aproveitamento econômico de ocorrências de areia, em áreas da Colônia Penal Agrícola, município de Piraquara, a serem inundadas quando da conclusão da barragem no rio Irai e em conjunto com a CODAPAR, a otimização da Calcário Agrícola de Guapirama, produtora de calcário, para fins de corretivo agrícola, visando o barateamento deste insumo na região do Norte Pioneiro.

Por outro lado, o EBC, identificou na Província de Heilongjiang, uma empresa que produz tijolos estruturais de xisto, usando-os como fonte de combustível da planta industrial. O EBC viabilizou a visita ao Paraná de uma delegação dessa Província, a qual mostrou tal tecnologia aos nossos empresários em seminário realizado na FIEP, onde análises preliminares realizadas pela PETROBRÁS/SIX indicaram a possibilidade de utilização da mesma para o xisto de São Mateus do Sul.

Além disso, o EBC gestionou em favor da Associação de Sericultores da região de Nova Esperança, auxiliando-a em seus contatos com empresa da Província de Zhejiang, que participaria da implantação, em uma 1ª etapa, de uma unidade de fiação e tecelagem de seda naquele município, com capacidade para produzir 160 t/ano de fios de seda. A cooperação chinesa abrangeria não só o fornecimento de máquinas e equipamentos, mas também a elaboração do projeto, seleção, instalação e operação experimental dos equipamentos, treinamento de pessoal e, orientação à gerência técnica e administrativa.

A.6.3 Valorização da Produção Mineral

Este Projeto visa promover a agregação de valor aos produtos da indústria mineral paranaense; a modernização dos processos produtivos; a integração crescente da indústria mineral na cadeia produtiva regional; o atendimento aos setores com maior potencial de valorização e desenvolvimento; a extensão mineral; e por último, o funcionamento efetivo da Câmara Setorial da Mineração.

Dentro deste intuito, o Projeto denominado Cerâmica Vermelha executado pela SERT, tem por objetivo aumentar a competitividade, garantindo e/ou ampliando a atual capacidade de oferta de emprego do setor. A MINEROPAR, com a participação do IPARDES, realizou também trabalhos que consistiram na elaboração de um diagnóstico do setor de cerâmica vermelha em regiões específicas do Estado, tais como a Microrregião do Norte Pioneiro - 28 municípios, Eixo Prudentópolis-Imbituva, - 7 municípios, Costa Oeste - 25 municípios e. Médio-Baixo rio Ivaí - 10 municípios.

A.7 PARANÁ + SANEAMENTO

No que tange ao saneamento no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em cumprimento de sua tarefa institucional, garantiu no exercício de 1996, a continuidade da implementação de programas de investimento de importância vital para a preservação da saúde pública e melhoria da qualidade de vida do cidadão paranaense.

Suas ações estenderam-se praticamente em toda a área do Estado, pois é de sua responsabilidade a exploração e manutenção da grande maioria dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários existentes no Paraná.

O crescimento acelerado da demanda, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba, mas também em diversas regiões do interior, elevou a necessidade de investimentos em volume desproporcional à capacidade de inversão de capital, agravando as dificuldades em se conseguir o pleno atendimento do usuário radicado nas maiores concentrações urbanas. Foi possível dar andamento ao plano de obras e manter o atendimento em nível satisfatório com a qualidade da água, cumprindo as exigências dos parâmetros internacionais.

O plano contingencial, implantado já no exercício anterior, teve sua aplicação continuada com o mesmo rigor, buscando o equilíbrio financeiro e a garantia da sobrevivência da empresa, enquanto se ultimam as providências práticas para a reformulação de seu modelo institucional. Tal modelo, visa na descentralização, assegurar sobretudo a efetividade das ações de gestão, o ganho em produtividade e o avanço em modernidade e atualização.

Em 1996, para um investimento total de R\$ 203,5 milhões, em obras concluídas foram investidos R\$ 88,5 milhões e, encontram-se em processo de execução obras no valor de R\$ 115,0 milhões. Tais investimentos estão sendo aplicados de acordo com o Quadro Demonstrativo dos Projetos por Programa de Governo, conforme abaixo:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ESTADO - 1996			
PROGRAMAS/PROJETOS E SUB-PROJETOS	REALIZADO EM 1996	EM PROCESSO DE EXECUÇÃO	TOTAL
PROSAM	13.497	71.803	85.300
OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
OBRAS CEF	11.536	7.313	17.849
OBRAS PROSEGE SANEPAR	0	0	0
MELHORIAS	5.606	1.821	7.427
OUTRAS OBRAS E PROJETOS	9.046	5.766	14.812
S A R	7.707	9.156	15.863
PASS	12	3.705	3.717
Total de Obras de Abastecimento de Água	33.907	27.761	61.668
SISTEMAS DE COLETA E TRAT. ESGOTO			
OBRAS CEF	0	1.886	1.886
OBRAS PROSEGE MUNICÍPIOS	5.624	2.330	7.954
OBRAS PROSEGE SANEPAR	24.023	0	24.023
MELHORIAS	502	540	1.042
OUTRAS OBRAS E PROJETOS	5.139	3.121	8.260
S A R E LIGAÇÕES	1.976	2.814	4.790
Total Sist. de Coleta e Tratamento de Esgoto	37.264	10.691	47.955
SANEAMENTO RURAL	792	205	997
INFRA ESTRUTURA (SIST.EMPRES.)	2.119	2.930	5.049
Total	87.579	113.390	200.969
PARANÁ URBANO			
OBRAS ABASTECIMENTO DE ÁGUA	449	110	559
SIST. DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTOS	186	259	445
Total Paraná Urbano	635	369	1.004
PARANÁ DOZE MESES			
VILAS RURAIS	300	1.224	1.524
Total Paraná Doze Meses	300	1.224	1.524
TOTAL GERAL	88.514	114.983	203.497

A.7.1 Pesquisa e Desenvolvimento Operacional do Sistema

Na aplicação de sua política de tecnologia, a SANEPAR promoveu a pesquisa e desenvolvimento, cujas ações mais significativas estiveram voltadas basicamente ao controle operacional e a redução das perdas de água, com o objetivo de atingir o estado de controle nos sistemas, como também a melhoria da qualidade do produto e dos processos.

Em 1996, foram celebrados convênios de cooperação técnica, parcerias, consultorias e intercâmbios com outras entidades no âmbito nacional e internacional, tais como: convênio de cooperação técnica com o governo francês para reciclagem

agrícola de lodo; convênio com FINEP dentro do Programa BID, para uso e manejo do lodo de esgoto na agricultura, com base em parâmetros edafológicos e ambientais, parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para desenvolvimento de metodologia de tarifação; transferência de tecnologias de leitura/emissão de contas sob a forma de consultoria para as companhias estaduais de saneamento de São Paulo - SABESP e do Espírito Santo - CESAN.

A.7.2 Implantação e Ampliação de Sistemas - Água e Esgoto Sanitário

Em 1.996, a SANEPAR implantou pelo Programa Estadual de Saneamento Rural, sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais, beneficiando com distribuição de água potável, 193.200 habitantes, com 95 mananciais definidos, 72 projetos de engenharia, 139 obras concluídas, 298 obras em andamento, além de uma atuação social que envolve treinamento de operadores e realização de eventos educativos, entre outros.

Quanto ao abastecimento de água e coleta de esgoto, executou-se a implantação e ampliação de sistemas, com 77.471 ligações de água, 28.361 ligações de esgoto, 1.095 km de ampliação de rede de água e 156 km de ampliação de rede de esgoto.

Assim, em termos de obras concluídas e em execução, em 1996, na área urbana e rural foram concluídas, em todo o Estado 208 obras, destas 179 de abastecimento de água e 29 de esgoto sanitário, beneficiando 490.000 mil habitantes com abastecimento de água, em 46 municípios e 59 localidades. Ainda mais, encontram-se em execução outras 380 obras, das quais 311 são de abastecimento de água e 69 de esgoto sanitário que, beneficiarão cerca de 2,9 milhões de habitantes - dos quais 860 mil com abastecimento de água e 2 milhões com esgoto sanitário - em 58 municípios e 78 localidades.

A situação atual do sistema de saneamento no Paraná, caracteriza-se pelo atendimento a: 7 milhões de pessoas com água tratada, no total dos habitantes urbanos das 319 sedes municipais e 313 distritos sob a responsabilidade da SANEPAR; 2

milhões de pessoas com serviços de coleta de esgoto, em 104 centros urbanos do Paraná; 193 mil pessoas com água tratada, nos aglomerados rurais do estado e 1.590 habitantes da zona rural contando com módulos sanitários.

Foi negociado ainda, junto ao Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, um financiamento de US\$ 221 milhões - ParanáSAN - que somado à contrapartida estadual, totalizou o montante de US\$ 392 milhões. Esses recursos estão sendo empregados na melhoria e ampliação dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, bem como a disposição final adequada de embalagens e resíduos de agrotóxicos nas regiões agrícolas. Este programa, num prazo de sete anos, beneficiará cerca de 2,4 milhões de paranaenses.

Por parte do PROSAM, foi executado pela SANEPAR, o projeto da barragem do rio Irai, que visa aumentar a disponibilidade de água potável para abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba em 1,53 m³/s. A licitação foi lançada em outubro, de forma que as obras possam ser iniciadas em 1997.

Foram implantados também, no município de São José dos Pinhais - Borda do Campo, 55 km de redes de água, 5,5 km de redes de esgoto e uma estação de tratamento de esgoto, objetivando dotar as ocupações/moradias nas áreas de mananciais de sistemas de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Também, foram implantados sistemas de abastecimento de água nos municípios de São José dos Pinhais - Trevisan, Pinhais - Bonilauri e Campina Grande do Sul - Timbu.

A.7.3 Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgoto Sanitário

Além das ações acima descritas, a SANEPAR/PROSAM, contratou, no ano de 1996, 4 estações de tratamento e cerca de 500 km de redes coletoras de esgoto, dentre as quais, 20 % já foram executadas.

A.7.4 Melhorias Operacionais no Sistema

Em 1996, a título de subsídio ao usuário, foram mantidos os mecanismos que permitem beneficiar as categorias de consumidores das faixas de menor poder aquisitivo, garantindo seus direitos e as condições básicas de bem estar e saúde.

Tais mecanismos, foram acionados na medida que: persistiu a prática da tarifa uniforme em todo o Estado; consumidores da categoria residencial, das faixas de menor consumo, continuaram sendo beneficiados com tarifas subsidiadas; foi mantida a tarifa social para a população de baixa renda, onde consumidores inscritos no cadastro social são beneficiados com tarifas equivalentes a 60% da tarifa normal; e permaneceu o benefício do desconto de 50 % sobre a tarifa normal das Entidades Filantrópicas.

A.7.5 Micropoços

Por meio do Projeto Perfuração de Poços, a SUDERHSA executou, em conjunto com prefeituras municipais, 12 poços em núcleos rurais, com utilização de equipamento próprio e 15 poços mediante licitação e execução pela iniciativa privada.

A.8 PARANÁ + TECNÓLOGIA

O Governo do Estado do Paraná atento às transformações ocorridas no paradigma microeletrônico, encetou um conjunto de ações de modo a acompanhar a dinâmica das mutações que vem se processando na sociedade humana.

A.8.1 Animação do Desenvolvimento Tecnológico

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -SETI, durante o ano de 1996, realizou mediante Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Integração Tecnológica - CITPAR, a implementação da Rede Paranaense de Telemática, do Programa de Biotecnologia, da Proposta de Fomento à Indústria Gráfica no Paraná, da Universidade das Américas - UNIAMÉRICA e do Banco de Dados sobre o Ensino Superior no Paraná. É signatária também, do Convênio de Cooperação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBCT, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, para o desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia-SEINTEC. Foram produzidos e distribuídos às instituições de C&T do Paraná e outros Estados, 1.000 exemplares do documento Principais Instituições Relacionadas com Ciência e Tecnologia no Paraná, os quais contêm dados sobre localização, áreas de pesquisa, tipos de pesquisas desenvolvidas, recursos humanos, endereço, telefone, fax e outras informações adicionais, com o intuito de fomentar ações relacionadas à Ciência e Tecnologia.

Também no âmbito do Desenvolvimento Tecnológico, destacou-se neste período, a reunião da Comissão Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, com representantes da Comissão Estatal de C&T da China, na qual o Escritório Brasil-China, apresentou 13 propostas de cooperação, posteriormente aprovadas pelo governo daquele país. Essas propostas integram o programa de cooperação em C&T, para o período 1996-1998 entre os dois países, e abrangem projetos na área de aquicultura, estudos de hidráulica, sistema de

informações geoquímicas, produção de tijolos a partir de resíduos do xisto, sericicultura, plantas medicinais, cogumelos comestíveis, entre outros.

Propiciou também, a visita da Delegação Tecnológica da Província de Zhejiang que, em Rodada de Negócios Especial, realizada nas instalações físicas do Centro Internacional de Negócios do BANESTADO, ofereceu aos nossos empresários sua tecnologia e produtos inovadores, ao mesmo tempo em que estes apresentaram aos empresários chineses, suas propostas de negócios. Dentre os produtos/tecnologias ofertados pelos chineses, apresentam-se: equipamento anti-poluição de automóveis, softwares, purificador de água, bombas submersíveis, cultivo de pérolas de água doce, produtos à base de pérola - alimentos e cosméticos, dentre outros. Possibilitou-se ainda, que os empresários brasileiros ofertassem aos chineses tecnologia ou produtos, especialmente na área de software, com o comparecimento de aproximadamente 30 empresas ao evento.

Outra delegação que visitou o Paraná, foi a da Província de Shaanxi, que assinou, na ocasião, um "memorando de entendimento" com o Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS e com a POLO de Software de Curitiba S.A. Essas entidades e a parte chinesa, se comprometeram a cooperar entre si, objetivando a exploração de oportunidades de negócios no campo do software.

A.8.2 Centro de Biotecnologia

A SETI visou consolidar as ações em Biotecnologia no Estado, objetivando competitividade tecnológica e prestação de serviços altamente especializados, por meio da criação no Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, de um Núcleo de Gestão de Biotecnologia - GBIO e de um Centro de Biologia Molecular. Entre suas atividades, destacou-se na produção de 21 milhões de doses de vacina anti-rábica canina; 2 milhões de doses de vacina anti-rábica humana; 1,4 milhões de doses de antígeno para diagnóstico de brucelose prova rápida; 1,5 milhões de doses de Tuberculina P.P.D. Bovina e produção de 6,0 milhões de camundongos.

A.8.3 Fomento para Desenvolvimento da Tecnologia (Artigo 205)

O Artigo 205 da Constituição Estadual do Paraná dispõe sobre a alocação de 2% da receita tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, objetivando garantir ao Poder Executivo os instrumentos necessários e imprescindíveis à condução da estratégia voltada à mudança do perfil produtivo do Estado.

A partir da proposta da SETI, o Governo do Estado encaminhou Projeto de Lei nº 212/96 à Assembléia Legislativa, aprovado em primeira votação no exercício legislativo de 1996 e ainda pendente das demais tramitações naquela Casa de Leis.

A.8.4 Gestão Documental

As principais ações desenvolvidas em 1996, pela SETI com relação à Gestão Documental, foram o desenvolvimento de sistema de arquivo e busca de documentos, protocolados por meio do Sistema de Protocolo Integrado-SPI/SEAD e arquivados de acordo com a tabela de temporalidade de documentos, elaborado com o apoio do Departamento Estadual de Arquivo Público-DEAP/SEAD; contratação dos serviços da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos-EBCT para maior segurança e agilização dos processos de coleta, transporte e entrega de correspondências agrupadas para as instituições estaduais de ensino superior; e por último a elaboração de Projeto para implantação do Sistema de Garantia de Qualidade em Serviços-SGQ para a SETI, segundo requisitos estabelecidos na Norma ISO 9002 - modelo para qualidade em produção e instalação -, e recomendações contidas na Norma ISO 9004-2 - modelo para gestão da qualidade em serviços -, sob a responsabilidade técnica do Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR.

A.8.5 Incubadora de Alta Tecnologia

A Incubadora Tecnológica de Curitiba - INTEC, atuou, em 1996, de forma que as empresas KOCK, PRODUCTIQUE, EBMC, SISCONSUL, THINK, RELACUS, TEMATEL, AGRISOFT, DAIKEN E SILVER COOKIES, fossem incubadas; as empresas KOCK, PRODUCTIQUE e EBMC, graduadas e fossem lançados pelas empresas incubadas,

novos produtos como: Relógio Acústico - RELACUS, ADM Rebanho e ADM Agrícola - AGRISOFT, Optimun e Inspetor de Qualidade - PRODUCTIQUE, Fênix THINK e Prax - SISCONSUL, além de realizar 15 palestras.

A Incubadora Tecnológica do TECPAR foi visitada por uma delegação procedente da Província de Shandong, da Zona de Desenvolvimento Industrial de Alta e Nova Tecnologia de Jinan, cujo interesse da missão consistiu no intercâmbio de experiências.

A.8.6 Inspeção e Segurança Veicular

A inspeção que tem por finalidade verificar as atuais condições de segurança dos veículos em trânsito, conforme Resolução nº 809 do CONTRAN, conta com o suporte tecnológico do TECPAR, que forneceu ao DETRAN, atividades de normatização para operacionalização do sistema. Para 1997, será iniciada a assessoria do DETRAN na qualificação das empresas que operarão tal sistema, a auditoria técnica do Sistema de Inspeção, com aferição de equipamentos e atualização de normas de inspeção.

A.8.7 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia

Abrangendo a categoria profissional nas áreas de Ciências Exatas e Agrárias e Ciências Humanas e Sociais, em agosto de 1996, foi concedido o 10º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, quando foram premiados os Professores Carlos Ricardo Soccol e Geraldo Mattos Gomes dos Santos. Além de diploma, esses profissionais realizaram, com o apoio do "The British Council", uma visita técnica aos institutos de ensino e pesquisa da Inglaterra. Na categoria estudante foi concedido pelo Estado, diploma e prêmio de R\$ 2,5 mil para Rafael Rosa Hagemeyer.

A.8.8 Pró-Ciências

O Programa de Aperfeiçoamento de Professores de Ensino de 2º Grau de Matemática e Ciências foi desenvolvido mediante convênio firmado entre a SETI, a

Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEL, o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação - SEED

Em 1996, pelo Edital nº 001/96-SETI, foram convidadas todas as instituições de ensino superior do Paraná a apresentarem projetos inovadores, visando a reciclagem e atualização dos professores. Neste ano, também foram repassados à SETI recursos na ordem de R\$ 1,5 milhões para financiamento dos projetos recomendados.

A.8.9 Produção da Vacina Tríplice

A implantação do Laboratório de Vacina Tríplice no TECPAR - SETI objetiva tornar o país auto-suficiente com a produção de 10 milhões de doses por ano de Vacinas Bactericidas - Tríplice - Difteria, Tétano e Pertussis - DTP e 5 milhões de doses por ano de DT adulto, que corresponde a 30% da demanda nacional.

A planta de produção encontra-se em fase de finalização e os equipamentos industriais, entre eles fermentadores, sistema de filtração e envase foram entregues, cujo teste está previsto para 1997 com o início das atividades de produção industrial.

O projeto prevê inicialmente um custo de US\$ 15 milhões, sendo que já foram repassados US\$ 10 milhões pelo Ministério da Saúde.

A.8.10 Qualificação no Ensino Superior

O Projeto de Qualificação do Ensino Superior, visa adequar a estrutura de ensino superior paranaense às exigências de uma sociedade moderna e competitiva, tornando-a apta para melhor contribuir com o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do Paraná e do Brasil.

Em 1996, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Manutenção do Sistema composto por 16 instituições de ensino superior, que ofertam 167 cursos de graduação e 147 de pós-graduação, sendo 120 de especialização, 24 de mestrado e 03 de doutorado;

- Promulgação da Lei nº 11.500/96, que autoriza as instituições estaduais de ensino superior a prestarem serviços a terceiros e o repasse de parte da receita auferida aos servidores participantes do projeto;
 - Montagem de um banco de dados contendo as principais informações institucionais das universidades e faculdades do Paraná e do Brasil, visando uma análise comparativa;
 - Investimento em infra-estrutura de informática, que possibilitará a interligação e conexão com as redes locais das faculdades e universidades estaduais e viabilizará a expansão regional da Intranet Paraná, posicionando as instituições como pioneiras na difusão desenvolvimento de informações do ensino, pesquisa e da ciência e tecnologia;
- Conclusão das obras do Restaurante Universitário de Londrina, que terá capacidade para fornecer até 3.000 refeições diárias aos estudantes, professores e funcionários;
- Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Município de Francisco Beltrão, no valor de R\$ 400 mil anuais, visando apoiar a qualidade de ensino e manter alunos dos cursos de 3º grau da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão- FACIBEL;
 - Incentivo à qualificação docente, arcando o Estado com o ônus do afastamento, para curso de pós-graduação a 370 professores, bem como a atribuição de incentivo à titularidade a 30 docentes contemplados com a devida promoção/elevação de classe/nível, entre outras;

A.8.11 Intranet Paraná

A SETI implantou, no exercício de 1996, a Rede Paranaense de Telemática- RPT - Intranet Paraná, a qual envolve 18 instituições na área de ciência, tecnologia, pesquisa e ensino superior, bem como municípios e setor privado. Tem a finalidade de ampliar a capacidade de acesso e intercâmbio nas áreas tecnológicas, proporcionando a

disseminação da Internet e a interoperabilidade entre as demais redes de informações, computadores e banco de dados.

Em 1996, foi implantada a infra-estrutura em fibra ótica interligando todos os prédios do TECPAR, configurando-o como provedor de acesso à Internet e base de operação para a RPT; instalado o site Internet, interligando-se com a Universidade Federal do Paraná, através de canais de alta velocidade.

A.9 PARANÁ + TRANSPORTE

As ações da Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, no exercício de 1996, foram dirigidas para atender ao programa de governo Paraná+Transportes, que visa tornar mais ágeis as condições de acessibilidade à todas as regiões do Paraná, de forma segura. Para tanto, foram promovidas manutenção, readequação, melhoria e ampliação da infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos do Estado.

A.9.1 Sistema Rodoviário

No transporte rodoviário, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, visando a complementação do Sistema Rodoviário do Estado, executou serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes especiais, proteção ambiental e restauração em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais. No sentido de promover a melhoria e ampliação da infra-estrutura de rodovias, o Governo atuou em uma malha de 12,4 mil km de estradas estaduais, das quais 74,4 % pavimentadas e 25,6 % não pavimentadas.

Dos 3,3 mil km de estradas federais no território paranaense, 1.8 mil km passaram, neste ano de 1996, à responsabilidade do Governo do Estado, pelo termo de delegação, com o objetivo de viabilizar a Concessão dos Serviços Rodoviários à iniciativa privada.

Incorporado ao Sistema Rodoviário Paranaense, tem-se 245,6 mil km de estradas municipais, nos quais o DER atuou por programas específicos.

Buscando atingir os objetivos do Plano de Governo, foram investidos na atividade rodoviária, R\$ 175 milhões, distribuídos da seguinte forma: 43% na construção de rodovias; 23% na conservação; 14% no Apoio Rodoviário aos Municípios e 19% na Administração Geral.

A.9.2 Estradas Rurais/Caminhos da Educação

Em continuidade ao Programa de Estradas Rurais - Caminhos para a Educação e o Desenvolvimento, que visa o atendimento às regiões do Estado com

maior densidade da atividade agrícola e demanda por atendimento escolar, concluiu-se a etapa do projeto piloto e efetivou-se a licitação da 1ª etapa de obras que irão compor cerca de 2 mil km de estradas dessa natureza, previstas para serem executadas no próximo ano.

As obras concluídas do projeto piloto são: Araçatuba-Timbu Velho, em Campina Grande do Sul; BR-277 - Vila Matinhos, em Guarapuava; São Luiz - Ouro Fino, em Londrina; PR-583 - Linha União, em Pérola do Oeste; e PR-182 - Boa Vista, em Toledo.

A.9.3 Manutenção e Conservação do Sistema Rodoviário

Fundamentando sua própria existência na manutenção e conservação das estradas paranaenses, patrimônio esse que exige dos cofres públicos vultuosos recursos nos casos de ampliações ou restaurações rodoviárias, o DER, pelo programa de Manutenção e Conservação de Rodovias, buscou atender o volume crescente de necessidades cadastradas.

Por outro lado, a COMEC visando reduzir os acidentes de tráfego envolvendo cargas perigosas, em áreas de mananciais, encaminhou ao BIRD os editais nacional e internacional com especificações para licitação dos equipamentos necessários ao Sistema de Atendimento Emergencial, dentro do PROSAM.

A.9.4 Construção de Rodovias

Entre obras concluídas e em andamento, o DER/PR atingiu a marca de 1,9 mil km, por intermédio do Programa de Terraplanagem e Pavimentação, concluindo a pavimentação em 321,0 km, permanecendo ainda 1,6 mil km em andamento.

Executou também, 907,00 m de obras de arte especiais, estando em andamento 6,5 mil m, entre as concluídas a duplicação da BR-376 - Curitiba - Divisa PR/SC - Lote 02; Cascavel - Jotaesse; restauração da PR-408 - Entroncamento BR-277 - Morretes - Antonina; e da PR-419 - Agudos do Sul - BR-116. Em andamento o complexo da ponte sobre o Rio Paraná - Guaira e Porto Camargo; o acesso: Av. das

Torres - Aeroporto - S. José dos Pinhais; PR-585: Capanema - Marmelândia - Capanema/Realeza; e ligação: Coronel Vivida - Abundância - Honório Serpa.

A.9.5 Apoio Rodoviário aos Municípios

Na forma de apoio rodoviário aos municípios, foram prestados auxílio técnico e financeiro na construção, conservação e melhoramento de rodovia municipais, executando serviços como: calçamento poliédrico, adequação de estradas, serviços de patrulha mecanizada e construção de pontes em parceria com a Prefeituras.

Neste programa foram executados 186,0 km de melhoramentos em estradas municipais, utilizando-se de patrulhas mecanizadas para a execução de terraplanagem, construídos 851,0 m de pontes com o fornecimento de vigas pré-moldadas, concluídos 155 km de pavimentação poliédrica, permanecendo em andamento 1.410 km.

Nos serviços de adequação de estradas foram executados 930,39 km de revestimento primário.

Também na atividade de apoio rodoviário, para melhorar as condições dos usuários de transporte coletivo, foram colocados 80 novos abrigos de passageiros em rodovias estaduais.

Com o propósito de dar suporte às Prefeituras, em programas de investimento e conservação de rodovias, a SETR efetivou repasses de R\$ 1,7 milhão aos seguintes municípios: Ampére, Apucarana, Arapongas, Barracão, Campo Mourão, Capitão Leônidas Marques, Colombo, Contenda, Corbélia, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Manoel Ribas, Nova Laranjeiras, Nova Santa Rosa, Pato Branco, Porto Rico, Rosário do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Santo Antonio do Sudoeste, Toledo e Ubitatã.

Havendo no Estado do Paraná 53 travessias por balsas cadastradas, que são utilizadas, na grande maioria, pelas comunidades instaladas nos locais mais longínquos dos Municípios, as quais servem principalmente para encurtar distâncias, barateando

assim o custo do transporte agrícola, foram realizados repasses de recursos na ordem de R\$ 195.000,00 para os seguintes municípios: Formosa do Oeste, Cândido de Abreu, Palmital, Lapa e São João do Triunfo.

A.9.6 Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV

Serviços de recuperação e rejuvenescimento de uma considerável extensão de pavimento da malha estadual, são executados por este programa.

Em 1996, concluiu-se 98,0 km de restauração, 585,0 km em andamento, 620,0 km de selagem com lama asfáltica e 54,0 km de recapeamento de estradas estaduais. Esses serviços somados a outros itens, dentre os quais destacam-se a realização de 511,0 km de sinalização horizontal, 2,4 mil m² de sinalização vertical e 56,9 mil m³ de terraplanagem em vários trechos, expressam a dimensão da atuação nessa atividade.

A.9.7 Estadualização de Rodovias Federais+Anel de Integração

Destaca-se a ação da SETR, que no intuito de consolidar o Anel de Integração, concretizou em 1996, por intermédio do Grupo de Concessões - GAPIT, as negociações para a transferência de titularidade da esfera federal para estadual das rodovias que compõem o Anel, imprescindíveis ao Programa de Concessão e Pedagiamento de Rodovias no Estado.

A.9.8 Concessões de Infra-Estrutura de Transportes

Objetivando a reformulação do Sistema Rodoviário, foi procedida ampla revisão em seu conteúdo, com a necessária adequação às rodovias federais delegadas que participam do Anel de Integração.

Nesse sentido, o GAPIT, coordenou os assuntos referentes à Concessão da Infra-estrutura para o setor sob a responsabilidade da SETR, bem como de suas entidades vinculadas: DER, FERROESTE e APPA.

No Programa de Concessões de Rodovias no Estado do Paraná, abrangendo o Anel de Integração do Estado, a atividade principal desenvolvida foi o lançamento de concorrências públicas internacionais, além de audiências públicas nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Curitiba, Guarapuava e Ponta Grossa, e continuidade aos serviços de consultoria. Gerenciou e monitorou ainda, o contrato de serviços especializados de consultoria técnica, com um dispêndio de R\$ 497,2 mil; o contrato de serviços especializados de consultoria técnica-jurídica e assessoria, com dispêndio de R\$ 90,0 mil, ambos para a efetivação das concorrências internacionais e por último o contrato da execução de ortofotocartas digitais e ampliações retificadas digitais, para a elaboração dos planos funcionais e projetos básicos dos lotes de rodovias, com um dispêndio de R\$ 4,9 milhões.

No setor hidroviário, foram totalmente concluídas as atividades relativas a “concessão do sistema de ferry-boats” que executa a travessia da Baía de Guaratuba, estando já em operação sob esse novo regime, com redução substancial das tarifas até então praticadas pelo DER.

No setor portuário, foram desenvolvidas a contratação de serviços de consultoria técnica e jurídica para assessoramento nas licitações e elaboração do edital de concorrência para privatização do Terminal de Containers-TECON.

O Departamento Hidro-Aero-Ferrovário-DHAF está implantando também a regulamentação dos serviços de navegação interior de travessia, para que, de acordo com a legislação vigente, o Estado possa licitar linhas de navegação no litoral e interior, com a finalidade de melhorar a qualidade e a segurança destes serviços.

A.9.9 FERROESTE

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, após concluir as obras de superestrutura e civis e dar andamento a complementação da infra-estrutura, recebeu autorização do Ministério dos Transportes para a abertura da ferrovia ao tráfego público em caráter experimental. Em decorrência, a RFFSA iniciou o carregamento e o transporte do soja em grão e farelos de Cascavel a Paranaguá, retornando com cimento

e fertilizantes. No decorrer de 1996, escoaram pelos trilhos da FERROESTE, no sentido Cascavel-Paranaguá, 202.023 toneladas de soja em grão e farelo de soja; e no sentido contrário, 24.113 toneladas de fertilizantes e cimento.

Deu continuidade ainda, aos serviços de execução do trecho Guarapuava-Cascavel e do terminal de Cascavel, tendo despendido R\$ 38,0 milhões, o que totaliza investimento de R\$ 369,8 milhões desde o início da obra em 1991 até o presente ano.

Consolidando a operação dessa ferrovia em definitivo, no dia 4 de novembro de 1996, foi publicado o Edital de Leilão nº 01/96, para desestatização do serviço público de transporte ferroviário de cargas.

A.9.10 Infra-Estrutura Aeroportuária

Na infra-estrutura aeroportuária a SETR, por meio do DHAF, atuou orientada pelo Plano Aeroviário do Estado, direcionando suas ações para o interior do Estado, de modo a atender a demanda da aviação civil e adequá-la ao desenvolvimento sócio-econômico. O Estado do Paraná, conta com uma das melhores infra-estruturas aeroportuárias do país com 46 aeródromos públicos, dos quais 37 com pavimento asfáltico.

Com o crescimento da aviação doméstica, regional e geral, foram desenvolvidas ações visando um sistema integrado de Aeródromos compatível com as diferentes funções e necessidades dos diversos setores da aviação, investindo cerca de R\$ 1,7 milhão nos aeródromos de Pinhão, Guarapuava, Cascavel, Paranaguá, Guaratuba, Arapotí, Siqueira Campos, Ibatí, Arapongas, Cianorte, Paranavai, Medianeira, Palotina, São Miguel do Iguçu, Toledo, Francisco Beltrão e Maringá; terraplanagem, pavimentação e drenagem da pista de pouso e decolagem, pista de táxi de ligação e pátios de estacionamentos de aeronaves do novo Aeroporto de Maringá; sendo investidos recursos no valor de R\$ 8,3 milhões, participando o Ministério da Aeronáutica com 70% e o Estado com 30%. O valor total da obra está previsto em R\$ 12,9 milhões; elaboração de Projeto do Heliponto “COPEL” da Av. Padre Agostinho e da Sinalização Luminosa do Heliponto “Parque Barigüi”.

Além disso, atuou em ação conjunta com a SETI na Internacionalização do Aeroporto Afonso Pena. Esta última, coordenou o Grupo Executivo para Infra-estrutura Aeroportuária - GEIAR, instituído mediante o Decreto nº 1.141, de 22.09.95 responsável pelas ações pertinentes à participação do setor público paranaense nas questões relacionadas a obras e melhoria de responsabilidade da INFRAERO envolvendo recursos do Governo Federal no valor de R\$ 32,0 milhões. O DHAF desapropriou 56.000 m² de área próxima ao Aeroporto Afonso Pena, para fins de implantação de auxílio visual tipo "ALS"; investindo recursos no valor de R\$ 1,2 milhões.

A.9.11 Porto de Paranaguá

Sabidamente, o Porto de Paranaguá desempenha um papel importante para a viabilização do sistema logístico de integração do MERCOSUL. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, encerrou o ano apresentando resultados positivos na movimentação de cargas, entre importação e exportação, ao tempo em que venceu os desafios de manter, recuperar e modernizar as instalações portuárias.

Os Portos de Paranaguá e Antonina movimentaram, no ano de 1996, aproximadamente 18,0 milhões de toneladas de mercadorias, sendo que os produtos que mais contribuíram para esse bom desempenho da APPA foram os sólidos a granel, onde a soja em grão teve um crescimento na ordem de 62% e o açúcar a granel, um aumento de 161% em relação ao ano anterior. Só não foi melhor esse desempenho em virtude de uma pequena queda de 10% no óleo a granel.

A carga geral industrializada ou semi-industrializada atingiu o patamar de 2,6 milhões de toneladas, registrando uma sensível redução de aproximadamente 8% com relação a 1995. Os produtos exportados que mais contribuíram para essa redução foram a madeira com menos 10%, o algodão com menos 96%, a celulose com menos 60% e a cerâmica com menos 29%. Os graneis líquidos deverão atingir aproximadamente 3,09 milhões de toneladas entre importação e exportação, longo

curso e cabotagem, com destaque para os derivados de petróleo, exportação e cabotagem, com um crescimento na ordem de 14%.

Destacamos ainda a grande performance de movimentação do Porto de Antonina com um crescimento na ordem de 1.500% que, comparado com igual período de 1995, cujo movimento de carga aproximou-se de 42,5 mil toneladas, atingiu em 1996, 720 mil toneladas movimentando basicamente, fertilizante, açúcar, celulose, sal, trigo, com destaque para a importação de fertilizantes. Esse bom desempenho do Porto de Antonina, deve-se ao arrendamento celebrado entre a APPA e a Terminais Marítimos S/A - FLUTRANS, que opera com barcaças na movimentação de cargas.

A participação dos Portos de Paranaguá e Antonina na balança comercial de 1996 ultrapassou US\$ 4 bilhões de receita cambial, aumentando essa receita em relação ao ano de 1995, em torno de 13%.

Com o advento da Lei nº 8.630 de "Modernização dos Portos", a APPA não vem medindo esforços para torná-lo um dos mais privatizados ou terceirizados portos do Brasil e, em conjunto com a iniciativa privada, concentra esforços para melhoria, modernização e automação das operações portuárias, para que torne-se compatível com as características da frota de navios e com as novas tendências da logística do transporte marítimo.

Seu plano de expansão foi elaborado pela COMEC, que compatibilizou os estudos que estão sendo desenvolvidos neste porto, relacionados com a ampliação do porto e sua adequação aos acessos necessários à instalação de novas indústrias na RMC. Dentro do projeto global, concluiu-se o paisagismo da via de acesso ao cais do porto de Paranaguá.

A.10 PARANÁ + TURISMO

As ações de turismo e captação de eventos no Estado, são da competência da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET e de suas vinculadas Paraná Turismo e Centro de Convenções de Curitiba S/A e se encontram descritas nos projetos de Governo a seguir.

A.10.1 Clube da Maior Idade

A Paraná Turismo promoveu neste ano de 1996, o II Congresso Brasileiro de Clubes da Maior Idade, sendo a capital do Estado a sede de tal evento.

A.10.2 Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo

Para a Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo, a SEET realizou em 1996, o Projeto Turismo na Escola, em Foz do Iguaçu.

A.10.3 Eventos Realizados

Com o objetivo de promover e divulgar o turismo paranaense, atraindo maior fluxo turístico para o Estado, a Paraná Turismo realizou os seguintes eventos nacionais e internacionais, com investimentos na ordem de R\$ 180,0 mil: Workshop Aviestur - Campinas, Ribeirão Preto e Lindóia/SP; Workshop Região Sudeste do Brasil em SP/MG/RJ; Workshop Espanha/Madri; Workshop Leste Europeu em Budapeste, Praga e Varsóvia e; Workshop Cone Sul - Buenos Aires/Argentina.

Houve também, a participação em outros eventos nacionais e internacionais, a fim de divulgar o produto turístico paranaense, ao custo de R\$ 235,0 mil, entre eles, FIPTUR-Festival Internacional de Publicidade de Turismo e Ecologia - Salvador-BA; Feira Uruguaia - Brasileira - Curitiba-PR; XXVI Prova Aberta de Pesca do Dourado - Foz do Iguaçu-PR; VIII Festival de Gramado - Gramado-RS; I Fórum Anual de Oportunidade em Investimentos Hoteleiros - São Paulo-SP; Bolza Internazionale Del Turismo - Milão-Itália; Internacional Tourismus Borse - Berlim-Alemanha; XV Reunião Especializada em Turismo do MERCOSUL - Mar Del Plata-Argentina; The

World Theme Park e Resort Fair 96 - Tóquio - Japão; Expoaventura - Buenos Aires/Argentina; Leisure'96 - Moscou/Rússia.

Entre as demais atividades, realizou pesquisas para a verificação da demanda e fluxo turístico nos principais pólos receptivos do Estado, como Foz do Iguaçu, Curitiba e Litoral; executou a editoração de 5.000 exemplares do Calendário Oficial de Eventos Turísticos para o ano de 1997; integralizou o Capital do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, com ações no valor de R\$ 70,0 mil; procedeu 682 vistorias de controle de qualidade em hotéis, transportadoras turísticas, agências de viagem e organizadoras de eventos e prestou 7.650 informações por telefone.

Outra atividade de fundamental importância para a divulgação do turismo paranaense, foi a produção de material técnico-promocional, cujo investimento realizado pela Paraná Turismo, no decorrer do ano, foi de R\$ 2,3 milhões, produzindo 558.000 unidades entre folhetos, cartazes, "folder's", manuais turísticos simplificados e outros. Foram apoiados ainda 8 eventos tidos como captadores de fluxo turístico, com o pagamento de despesas de divulgação e material promocional no valor de R\$ 32,0 mil.

O Centro de Convenções de Curitiba, atraiu, em 1996, a realização de 125 eventos de diversas entidades promotoras, sendo que 15 de caráter regional, 104 nacionais e 6 internacionais, nos quais participaram cerca de 155 mil pessoas.

A.10.4 Ecoturismo

Além de oferecer, no ano de 1996, um Curso de Visitante Ecoturístico, realizado em Curitiba, a SEET confeccionou material técnico promocional específico para atendimento de projetos voltados ao ecoturismo.

A.10.5 Municipalização do Turismo

Objetivando apoiar eventos turísticos realizados pelos municípios paranaenses, a Paraná Turismo forneceu material técnico promocional, para 16 municípios e 25 entidades, no valor de R\$ 163,5 mil. Repassou também, como

incentivo ao turismo de lazer, recursos financeiros à folia do Carnaval/96, em Antonina e Paranaguá, no valor de R\$ 90,0 mil.

Ainda dentro do Projeto Turismo como Atividade Econômica, a COMEC realizou a identificação dos pontos de potencial turístico nos municípios de Campo Largo, Contenda, Quitandinha, Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Tijucas do Sul, Piraquara, Pinhais e Quatro Barras, com o objetivo de transformar a RMC em pólo turístico conhecido, explorando seus pontos naturais existentes.

A.10.6 Turismo Ecológico, Histórico e Rústico

A Paraná Turismo efetuou, durante o ano de 1996, estudos e inventários, além de assessoria aos empresários sobre o potencial ecológico, cultural e de aventura existente no Estado, buscando com isto o aproveitamento e desenvolvimento de novos produtos no segmento turístico.

A.11 PARANÁ URBANO

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, com o propósito de melhor se estruturar, para a formulação e o desenvolvimento de políticas urbanas para o Estado, passou por um ajuste institucional bastante significativo.

O objetivo prioritário foi a execução de um novo programa de desenvolvimento, a ser negociado com organismos internacionais - o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-estrutura Municipal - PARANÁ URBANO, cujas medidas necessárias a nível estadual, para o aporte de financiamento externo, já foram equacionadas.

O Programa visa melhorar as condições de vida nas áreas urbanas, especialmente das populações pobres, mediante a mobilização de recursos internos e externos para financiar de forma não deficitária e não inflacionária, investimentos em infra-estrutura urbana e social. Também objetiva, fortalecer a capacidade institucional e administrativa dos Municípios, bem como, contribuir para a estratégia urbana do Governo, ou seja, o apoio efetivo às cidades que são os suportes de geração de empregos e serviços.

Abrangendo componentes como: Apoio Institucional - Gerenciamento, como assistência técnica e treinamento; Apoio ao Setor Produtivo, com equipamentos de produção; Apoio a Infra-Estrutura Urbana, com equipamentos urbanos comunitários, saneamento e meio ambiente; e Apoio a Aquisição de Equipamentos e Veículos, com equipamentos e veículos - a SEDU desenvolveu e elaborou em 1996 - as seguintes atividades: Metodologia de avaliação Econômica-Financeira; Informe ambiental do Sistema de Gestão Ambiental e Critérios de Elegibilidade Ambiental; Estudos do Esforço Fiscal atual e potencial dos municípios; do impacto das transferências intergovernamentais sobre as finanças municipais; do impacto do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU e do Desenvolvimento Microrregional, além da elaboração dos manuais operacionais

Ainda pelo PEDU, foi oficializada a cooperação internacional entre o Estado do Paraná e o Programa das Nações para o Desenvolvimento - PNUD, que tem como

finalidade, implantar o projeto "Ações Estratégicas para o Apoio ao Desenvolvimento Urbano" e como objetivo principal, contribuir com a melhoria das condições de vida do cidadão nas áreas urbanas do Estado, dando ênfase ao meio ambiente. Esse apoio ao aperfeiçoamento da capacidade administrativa e de implementação das instituições promotoras do desenvolvimento urbano, visa assegurar a auto-suficiência das administrações municipais.

O Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, encontra-se, desde o dia 30 de julho de 1996 em fase de extinção. As atividades desenvolvidas em 1996, além das rotineiras, foi de um trabalho exaustivo, típico de extinção de empresas, com a elaboração de relatórios, levantamento de acervos e inventários, visando o repasse das mesmas ao PARANÁCIDADE, órgão que herdará seus ônus e responsabilidades.

Em relação ao PEDU, a FAMEPAR concluiu todos os subprojetos do Institucional; os de infra-estrutura ou foram concluídos, ou foram repassados ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, ou estão em fase de conclusão - caso dos projetos de assistência social. Concluídos 122 Planos de Uso e Ocupação do Solo, 09 Bases Cartográficas e caracterizados fisicamente 40 municípios; analisados 29 projetos, 30 modificações de projetos, 24 licitações e emitidas 22 AP's; concluídas 10 obras do PEDU e 50 do FDU; realizados 271 pareceres de capacidade de endividamento de municípios, entre outras que foram desenvolvidas pelos escritórios regionais localizados nas cidades de Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba.

A.11.1 Barracões Industriais

Cabe à SEID a coordenação do Programa de Barracões Industriais, que em conjunto com a SEDU e SEBRAE, visa a implantação de empresas industriais, promovendo a geração de empregos e o aumento na geração de rendas dos municípios beneficiários.

Destinado aos municípios com real capacidade de endividamento, a administração do empreendimento cabe à Prefeitura Municipal e à um conselho

constituído por representantes dos empresários e da comunidade, envolvendo 75% dos recursos orçamentários do FDU, à título de empréstimo, e os outros 25%, recursos próprios dos Municípios à título de contrapartida, o programa prevê a construção de edificações industriais de pequeno e médio porte - unidades de 500 m² - voltadas ao atendimento de uma demanda regional reprimida, face ao alto custo dos investimentos em obras civis, dos terrenos e da necessidade de implantação de infra-estrutura adequada ao funcionamento de pequenas empresas.

À SEDU, que já elaborou o manual de procedimentos para a implantação do projeto, cabe orientar tecnicamente os municípios com relação à programação estabelecida, aprovar a contratação de operação de crédito junto ao agente financeiro, bem como autorizar as respectivas liberações de recursos. À SEID, cabe o recebimento dos pedidos enviados das Prefeituras Municipais, assim como a realização da análise técnica-econômica para o posterior encaminhamento a outros órgãos, sendo que já foram assinados contratos com 61 municípios.

Os benefícios para os empreendedores serão: reduções do volume de capital inicial, do risco de insucesso e dos custos operacionais; ganhos de sinergia; e divulgação da empresa. Para a comunidade, a criação de empresas modelos, repercutindo, a longo prazo, em uma melhoria generalizada no sistema produtivo local; geração de novos empregos a partir de pequenos negócios e maior retorno social sobre os recursos públicos aplicados; e a possível congregação de esforços de outras entidades de apoio empresarial para melhoria das empresas instaladas nestes barracões, entre outros.

A.11.2 Controle de Erosão no Paraná

Dentro do Plano Estadual de Saneamento Ambiental, encontram-se o Projeto de Drenagem Pluvial e Controle da Erosão e o Projeto de Gerenciamento Costeiro e Contenção à Erosão Marinha, que em convênio com a UFPR, objetiva implementar uma estratégia geral de proteção costeira no Estado do Paraná.

A.11.3 Desenvolvimento Urbano e Regional

Administrado e coordenado pela SEDU por meio do Conselho de Administração, com a participação de outras Secretarias e entidades, e operacionalizado pelo Serviço Social Autônomo - PARANÁCIDADE, com o agenciamento financeiro do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, pelo FDU, que tem como objetivo disponibilizar, de maneira perene para os municípios paranaenses e agentes da administração direta e indireta do Governo, recursos para promover o desenvolvimento urbano, financiando programas, planos e projetos, empenhou, durante o exercício de 1996, o montante de R\$ 25,0 milhões para atendimento aos municípios paranaenses.

Os ingressos específicos do Fundo atingiram o total de R\$ 83,2 milhões, sendo R\$ 19,3 milhões referentes a Recursos Externos e R\$ 63,9 milhões de retornos dos programas PRAM, PEDU e PARANÁ URBANO.

Ainda dentro do objetivo de atender as comunidades nas áreas urbanas, a SEDU vem priorizando a transferência de recursos aos Municípios e suas Associações para a melhoria da infra-estrutura, pelo Programa de Desenvolvimento Municipal. Foi dada continuidade e/ou realizado novos convênios para a realização de 27 obras entre elas, construções, reformas e ampliações, que vão desde reurbanização de praças, barracões, galerias pluviais, quadras de esporte, creches, postos de saúde, enfermarias, hospitais e infra-estrutura de mananciais, totalizando investimentos na ordem de R\$ 2,6 milhões.

A.11.4 Sistema de Informações Municipais

Ainda realizado pela FAMEPAR, o Programa de Informatização dos Municípios - PIMUN - FASE 1, com recursos do PEDU, entregou 252 equipamentos de informática e 353 aparelhos de fax, visando implantar uma rede estadual de informática. O objetivo básico desta rede é a modernização administrativa dos municípios, o acesso aos bancos de dados de organismos estaduais, bem como, auxílio

no gerenciamento do PARANÁ URBANO. Foi lançada, ainda em 1996, a 2ª fase do programa, priorizando 90 municípios e mais os 28 novos que se instalarão em 1997.

O IPARDES por sua vez, desenvolveu o estudo sobre indicadores analíticos referentes a demografia, finanças, economia, educação e saúde para os municípios do Paraná, compondo Cadernos Regionais que foram disponibilizados pelo Sistema Base Pública - Bpub, apresentando o conjunto de informações das áreas física, administrativa, social, econômica e financeira a nível de município; apresentou, no X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, entre outros, o trabalho Leitura do Padrão de Urbanização do Paraná nas Últimas Duas Décadas, discutindo com o Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP, uma Carta de Intenção de Projeto de Cooperação Técnica na área de estudos populacionais; o Projeto Perfil dos Municípios do Paraná está concluindo o estudo sobre a evolução histórica do processo de ocupação do território estadual e da urbanização, no período 1940/96, e ainda com o objetivo de subsidiar projeto de âmbito nacional, está em andamento o Estudo da Dinâmica Demográfica Regional: Tendências da Urbanização, Evolução da Rede Urbana e Concentração da População em Cidades de Diferentes Tamanhos na Região Sul, além da continuidade de projetos permanentes, como Estudo do Comportamento Demográfico, intensificado no último semestre, com dados adquiridos do IBGE.

**II.B. PROJETOS E AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

B.1 PARANÁ + CULTURA

A Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, realizou, em 1996, várias ações atendendo à execução do Programa PARANÁ+CULTURA.

B.1.1 Caminhos do Paraná

O objetivo deste projeto é resgatar a memória dos caminhos históricos do Paraná, promovendo levantamentos físicos e históricos, com destaque para a Trilha Histórica do Arraial: Morretes - São José dos Pinhais, Estrada dos Ambrósios: Tijucas do Sul e, Trilha da Graciosa: Antonina - Paranaguá, bem como dar continuidade às ações relacionadas ao Caminho das Tropas.

Em 1996, foi realizado no Caminho das Tropas - segundo planalto, a reconstituição física e geográfica, com o mapeamento de cerca de 60 km do antigo caminho; no Caminho do Itupava, situado entre o planalto de Curitiba e o litoral, foi desenvolvido o projeto de recuperação e adaptação de 22 km, para turismo ecológico e uso cultural.

B.1.2 Canal da Música

Visa este projeto, a instalação, nos estúdios da antiga Rede Tupi, do centro de promoção e difusão musical de abrangência estadual, permitindo pela reciclagem de espaços e edificações em processo de arruinamento, o surgimento de um centro de uso múltiplo - para espetáculos, ensaio, formação e divulgação - na área da música, formando assim, um espaço definitivo para acolher e desenvolver orquestras e outros conjuntos. Em 1996, concluiu-se os projetos e a preparação dos documentos de licitação, realizou-se os estudos para sua institucionalização, com tratativas junto ao Ministério da Cultura - MINC para a obtenção de recursos em 1997; e contratados os serviços de segurança 24 horas.

B.1.3 Canal Paraná

O projeto Canal Paraná, desenvolvido pela SEEC, pretende além de permitir a recepção do sinal da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE por todos os municípios através de antenas parabólicas, mediante colocação de seu sinal no BRASILSAT, equipar a TVE para geração de programas próprios, difundindo, além dos programas das redes Brasil e Cultura, uma programação estadual de jornalismo, documentários, dramaturgia, e programas de educação à distância.

No ano de 1996, foi desenvolvida e veiculada a programação paranaense, com duração de seis horas semanais destacando-se os programas: Enfoque Cultural, Folclore e Etnias do Paraná, Dança, Canal Paraná Debates, Vida no Campo, Salto para o Futuro e Vestibular da Universidade Federal do Paraná; e as transmissões ao vivo: da Orquestra Sinfônica Nacional, Orquestra Sinfônica do Paraná, Festival de Música de Londrina e Comemorações do Sete de Setembro. Realizada também, a equipamentação da TVE, com a criação de unidade externa, montagem de parte do 2º estúdio de gravação, montagem de mais duas ilhas de edição e ampliação da Central Técnica e dos equipamentos de monitoração.

B.1.4 Centro de Estudos de Música de Londrina

O Projeto, cujos estudos de viabilidade e pré-projeto foram desenvolvidos em 1996, prevê a reforma e ocupação da antiga cadeia pública de Londrina, cujas características são compatíveis com a instalação de salas de ensaio, de um auditório amplo para ensaio e audições constantes da orquestra sinfônica e de música de câmara e, uma biblioteca musical, que informatizada, permitirá ao músico consulta aos textos de músicas antiga ou contemporânea existentes.

B.1.5 Centro de Restauo

Para a implantação e equipamentação do Centro de Conservação e Restauo, que permite a recuperação do acervo museográfico do Estado e a prestação de serviços de conservação e restauo para as demais entidades interessadas, a SEEC adquiriu, em

1996, equipamentos de laboratório e técnicos e concluiu 280 m² de obras de restauração e adequação, no valor de R\$ 70,0 mil.

B.1.6 Cinema Paraná

Visando apoiar a produção e difusão da arte cinematográfica, com o incentivo ao desenvolvimento de iniciativas integradas ao movimento cultural paranaense, neste ano de 1996, foi fornecido apoio financeiro aos cineastas Silvio Back, Berenice Mendes e Sérgio Bianchi, no valor total de R\$ 210,0 mil. Alocados também no Paraná, o filme A Ostra e o Vento.

B.1.7 Correio da Memória

O objetivo é implantar o Centro de Referência Cultural do Paraná, o qual, apoiado em um amplo processo de informatização das organizações culturais do Estado e municípios, pesquisará e sistematizará a informação disponível sobre a memória paranaense, de natureza documental, iconográfica ou outra, digitalizando os acervos e desenvolvendo sistemas de informação que permitam a integração entre os entes envolvidos, com redes internacionais e generalizado acesso ao público e a pesquisadores.

Em 1996, foram realizadas negociações com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, para utilização pelo Estado da antiga agência central de Curitiba, cujo convênio encontra-se em tramitação na EBCT.

B.1.8 Etnias Paranaenses

Em 1996, a SEEC desenvolveu uma série de ações com vistas a comemorar os 125 anos da emigração polonesa para o Brasil, incluindo realização de exposição documental e comemorativa, de outros eventos relativos às artes plásticas, cênicas, música, dança, literatura e de intercâmbio cultural.

O Projeto Polônia 96, realizou exposições de Cartazes Contemporâneos Poloneses, Panorama Musical da Polônia, Brasil-Polônia - 2ª Guerra Mundial, Paraná-

Polônia - Arte Contemporânea e, Manifestações Culturais Polonesas; e projeções cinematográficas do Mês do Cinema Polonês, Concerto da Orquestra Sinfônica e de 18 Recitais de Música de Câmara.

B.1.9 Grandes Festivais

A SEEC apoiou no ano de 1996, a realização de festivais e manifestações culturais de grande expressão nas áreas da música, teatro e dança, destacando-se: Festival de Teatro Internacional, Encontro Nacional de Escolas de Dança, Encontro de Compositores Brasileiros, Festivais de Música de Cascavel, Londrina e Curitiba e o Festival Folclórico e de Etnias.

Possibilitou ainda, o patrocínio de eventos de maior qualidade e abrangência, em pólos regionais, assim como consolidou iniciativas já consagradas, entre as quais: I Studio Ópera e Festival de Música de Câmara de Maringá, I Festival de Música Antiga e Tradição Oral, em Curitiba e Paranaguá, VIII Festival de Música de Cascavel, XVI Festival de Música de Londrina, Festival Internacional de Teatro de Londrina - Edição 96 e Festival de Etnias.

B.1.10 Literatura e Editoração

Objetivando a promoção, em parceria com a iniciativa privada, de concursos literários para os diversos gêneros e editoração de autores e obras de interesse da cultura paranaense, a SEEC apoiou a publicação dos livros: Caixinha de Música de Helena Kolody, Tiedro de Atala M. Porto, História da Inteligência Brasileira, em 7 volumes, de Wilson Martins; promoveu o Concurso de Poesia Helena Kolody e publicação do livro com os poemas premiados; auxiliou na publicação do Jornal Nicolau, em 03 edições e na publicação comemorativa Jornal de Cultura, encarte do Diário Oficial do Estado do Paraná; e por último, na organização com a Câmara Brasileira do Livro para realização, em março de 1997, da I Feira Interamericana do Livro em Curitiba.

B.1.11 Livros de Arte

Foi realizada em 1996, a edição de livros focalizando os principais movimentos artísticos paranaenses e seus mais destacados integrantes.

B.1.12 Memória e Patrimônio

Com o intuito de promover e incentivar a restauração de bens de interesse cultural, especialmente os tombados, mediante sistemática de trabalho que incluía a participação da iniciativa privada e das comunidades locais, a SEEC realizou a restauração do antigo prédio da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva; prestou assessoria técnica na restauração da Vila Hilda, no município de Ponta Grossa; e no Projeto Saberes Indígenas em Pato Branco, Mangueirinha, Chopinzinho, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Faxinal, Inácio Martins e Ivaí.

B.1.13 Museu Paranaense

Visando a conservação de prédio de relevante interesse histórico e adequação de seu espaço às necessidades decorrentes de sua função e às imposições de conservação da coleção, a SEEC realizou o aperfeiçoamento das instalações do Museu Paranaense, implantando a 1ª etapa do novo Plano Diretor e levantamento técnico das necessidades de restauração das fachadas, para recuperação em 1997.

B.1.14 Produções em Artes Cênicas e Músicas

Realizou-se em 1996, a ação de montagens do Teatro de Comédia do Paraná, de Lulu de Frank Wedekind, A Flauta Mágica e Que História é Essa do Balé Teatro Guaira; os concertos da Orquestra Sinfônica do Paraná com apresentações nos Festivais de Música de Londrina, Cascavel e Maringá e nas cataratas de Foz do Iguaçu, gravação do Primeiro CD, com músicas de Villa Lobos; apresentações do Coral Teatro Guaira, óperas e excursões dos mesmos pelo interior e em outros estados e; pelo Ballet Teatro Guaira: Coppélius o mago, criação de Márcia Haidée; Exultate Jubilate de Vasco Wellenkamp; Viva Rossini, de Tindaro Silvano; Trindade de Luiz Arrieta,

Rhapsody in Blue de Ana Mondini, e Série Jovens Coreógrafos com alunos da Escola de Danças Clássicas.

B.1.15 Reequipamento dos Museus

Visando a ampliação da utilização da rede de museus do Estado pela comunidade, a SEEC executou, em 1996, serviços de conservação e manutenção, aquisição de equipamentos básicos para os Museus Paranaense, da Imagem e do Som, do Expedicionário, de Arte do Paraná, de Arte Contemporânea, Casa de Alfredo Andersen e Parque Histórico do Mate.

B.1.16 Revitalização do Centro Histórico de Antonina

Mediante ações de desenvolvimento urbano, institucional e de restauração de bens de interesse cultural, garantindo a autossustentabilidade do processo de revitalização, pela criação de fundo rotativo e comercialização de imóveis restaurados, pretende-se promover, em parceria com o Município e outros agentes públicos e privados, a revitalização do centro histórico de Antonina.

Em 1996, foram elaborados pela SEEC, os projetos executivos para restauração de edificações de interesse histórico e artístico como a Câmara Municipal, a Estação Rodoferroviária, a Prefeitura Municipal e Anexo, a Universidade Federal e a Casa da Cultura. Encontram-se em negociação com o MINC, o desenvolvimento de projeto para integrar o Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural - Projeto BR-0261 - com previsão de repasse de recursos no valor de R\$ 8,0 milhões.

B.1.17 Trilhas da Cultura

Visa este projeto, difundir as atividades culturais por todo o território estadual, promovendo o aperfeiçoamento técnico e artístico da clientela interessada em artes plásticas, música, dança, cinema e teatro, por meio de cursos, oficinas, palestras e espetáculos e ampliando com isso, o campo de trabalho de artistas e técnicos e a formação de novos talentos.

Executou-se em 1996, em 28 municípios do Estado, Oficinas de Arte e Cultura com 3.330 alunos e Espetáculos Musicais com um público de 20.000 pessoas; 95 espetáculos do Teatro Vai a Escola, em 35 municípios; e a apresentação da peça o Vampiro e a Polaquinha, de Dalton Trevisan, totalizando 35 espetáculos.

B.2 EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Dentro de um programa de atividades permanentes, a Secretaria de Estado da Educação - SEED e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional do Paraná/Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, visam o incentivo, expansão e aperfeiçoamento das atividades educacionais no Estado do Paraná.

A SEED atuou em 1996, além dos projetos adiante detalhados, para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Pré-Escolar, no gerenciamento do CAIC - Sítio Cercado - em Curitiba, na manutenção de profissionais de 1º grau em 2.000 escolas do Estado e no atendimento a 876.000 alunos do ensino fundamental e pré-escolar, entre outras, totalizando R\$ 303,0 milhões; para o Desenvolvimento do Ensino Médio, na manutenção de pessoal, reparos em 1.000 m² e manutenção de equipamentos para 738 Colégios de 2º grau da Rede Estadual, na aquisição de material de consumo para 335,7 mil alunos e na manutenção de 13 Colégios Agrícolas. No Ensino Médio, foi ainda realizada a capacitação de pessoal docente/administrativo em 800 horas/aula; aquisição de 400 equipamentos e materiais permanentes; aquisição de 220 títulos para acervo bibliográfico, somando um valor aplicado de cerca de R\$ 191,0 milhões; para o Ensino Supletivo, no Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, na manutenção de pessoal em 270 Estabelecimentos de Ensino, na aquisição de material de consumo e didático pedagógico e manutenção de máquinas e equipamentos para 69 unidades escolares e na reparação e adaptação de 500 m² em CES e NAES, totalizando R\$ 18,9 milhões; para o Desenvolvimento da Educação Especial, em Curitiba, na manutenção de pessoal nas APAES e classes especiais, aquisição de material didático pedagógico especial e manutenção da oferta de ensino especial para 2.170 instituições e repassou recursos para recuperação, adequação e reformas de 1.600 m² em escolas especiais; e capacitação de 762 docentes, entre outras; despendendo R\$ 24,1 milhões.

As atividades da FUNDEPAR caracterizam-se, interna e externamente, pelo estímulo à produtividade, à qualidade e à busca de soluções inovadoras. Estes

princípios fundamentais tem garantido a maior eficácia e eficiência do sistema educacional. Suas ações referentes ao ano de 1996, além de obras novas, ampliações, melhorias, e reparos na Rede Escolar, consistiu no Programa Estadual de Alimentação Escolar, que considerando a merenda escolar um importante fator de apoio para manter o aluno na escola, complementou as necessidades nutricionais básicas dos estudantes, oferecendo 7.000 toneladas de alimentos nutritivos, no valor de R\$ 10,7 milhões; no fornecimento de equipamentos, mobiliário escolar, materiais escolares e de expediente. às unidades escolares, que devido ao aumento de matrículas nas escolas estaduais, distribuiu 126.660 conjuntos escolares, no valor de R\$ 3,9 milhões; 57.019 unidades de geladeiras, fogões, TV, vídeo cassete, mobiliário, no valor de R\$ 3,5 milhões e 426.549 unidades de material de consumo, no valor de R\$ 438,7 mil. A recuperação de bens móveis, mediante convênio com o Sistema Penitenciário de Curitiba - DEPEN, garantiu a recuperação de 35,0 mil carteiras e cadeiras, representando uma economia de 40% do total que seria investido na compra de novos móveis, sendo investido um total de R\$ 394,6 mil.

Mediante convênio assinado com o Banco Mundial, está investindo no Programa Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQE, que envolve recursos na ordem de US\$ 200 milhões financiados, cuja finalidade é garantir a informatização de 2.100 escolas públicas estaduais, mapeando informações que vão da matrícula ao histórico escolar de cada aluno. Este sistema permite a identificação de demandas e a definição de prioridades, como a construção de novas escolas baseadas num moderno projeto arquitetônico, com passarelas e áreas de circulação cobertas, pórtico de entrada e quadra de esportes, bem como o envio da merenda escolar.

Durante o ano de 1996, foram construídas 27 novas unidades escolares, num total de 33,6 mil m², com um investimento de R\$ 11,6 milhões; adquiridos 876,0 mil livros didáticos; realizada a capacitação de 23.547 profissionais da educação, planejamento; estudos e avaliações do rendimento escolar de 236.000 alunos e, aperfeiçoamento do sistema de gestão de 2.000 escolas, despendendo R\$ 10,0 milhões.

Outro programa em andamento na atual gestão é o Programa de Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio - PROEM, que objetiva a reorganização da oferta de vagas, aperfeiçoamento do pessoal docente, reformulação curricular da educação geral e reorientação pedagógica do ensino técnico, bem como aquisição de equipamentos, material pedagógico e acervo bibliográfico. Num prazo de cinco anos, deverá movimentar investimentos da ordem de US\$ 222,0 milhões - US\$ 100,0 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US\$ 122,0 milhões do Tesouro Estadual, envolvendo 400.000 estudantes e 25.000 professores de 2º Grau.

B.2.1 Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Sistema Educacional

A FUNDEPAR procede constantemente, a crítica, consistência e apresentação de dados em relatórios, contando com os Bancos de Dados: Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE, que informatiza todos os dados relativos à vida escolar dos alunos matriculados no Ensino Especial, Pré-Escolar, Fundamental, Médio Regular e Supletivo; o Sistema Escola - desenvolvido para ser operacionalizado por escola e contém, além das informações estatísticas, rotinas operacionais específicas das secretarias das escolas; o Censo Educacional - realizado dentro dos padrões exigidos pelo MEC, obtém dados estatísticos, concernentes ao número de escolas e alunos matriculados, segundo diversos níveis de competência; o Sistema de Cadastro de Prédios Escolares - PRD; o Sistema de Controle de Material Permanente, de Consumo e de Recursos Financeiros - MPC e o Ensino Supletivo- FSU.

Para este programa, o IPARDES desenvolveu indicadores para todos os municípios do Paraná, referentes à qualidade do ensino, qualificação dos professores e comprometimento das receitas municipais em gastos com educação, compondo desta forma, o Projeto Avaliação do Empeño dos Municípios no Cumprimento de suas Competências no Ensino de 1º Grau, o qual foi apresentado em uma versão multimídia. Elaborou também, o estudo sobre a Avaliação do Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Paraná, visando subsidiar

projeto sobre os impactos da criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério sobre o financiamento da educação pública.

Estão ainda em desenvolvimento no IPARDES, para a área de educação, mais estas pesquisas: Avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização; Gestão Escolar do Ensino Médio; Levantamento e Análise de Dados sobre o Ensino Médio; Diagnóstico da Articulação do Ensino Médio com o Setor Produtivo Paranaense e Levantamento e Análise do Setor Produtivo, enquanto absorvedor de mão-de-obra formada pelo Ensino Médio.

B.2.2 Agilização de Mecanismos Operacionais

Com este objetivo a FUNDEPAR, desenvolveu o Projeto Rádio - Aluno, o qual foi citado como exemplo pela UNICEF, têm seus programas veiculados pela Rádio Educativa do Paraná, transmitido para mais de 2 milhões de estudantes das escolas de 1º e 2º graus do Paraná e Santa Catarina, com planos de expansão para todo o território nacional e MERCOSUL; o Projeto Usina de Conhecimentos, que objetiva dotar os municípios paranaenses de infra-estrutura adequada, dando condições à comunidade para seu desenvolvimento cultural, científico e tecnológico; o Projeto de Intercâmbio Internacional, o qual visa a valorização do estudante da rede pública de ensino; o Projeto Ensino de Xadrez, do qual o Paraná é pioneiro, está sendo implantado gradativamente em todos os Núcleos Regionais de Ensino e o Projeto de Estágio - Bolsa Iniciação ao Trabalho BIT/COPEL/FUNDEPAR, que fornece bolsas de auxílio a iniciação ao trabalho, a jovens de 14 a 18 anos, com bom rendimento escolar e de famílias de baixa renda.

B.2.3 Descentralização do Sistema Educacional

A FUNDEPAR, realizou este ano, o Censo 1996, para atualizar com confiabilidade o banco de dados que permite planejar as ações de distribuição de merenda escolar, equipamentos, repasse de recursos do Fundo Rotativo Pró - Escola, o planejamento de unidades novas, ampliação e reparos escolares.

O Fundo Rotativo Pró-Escola repassado mensalmente às escolas, tem como objetivo fortalecer os mecanismos de gestão participativa da comunidade escolar, possibilitando a solução de problemas relativos à despesas emergenciais, necessárias ao funcionamento das escolas, o qual totalizou, este ano, R\$11,9 milhões.

Pela SEED foi realizada a ampliação do regime de Cooperação Estado/Município - 371 municípios; a dinamização de 30 Conselhos Regionais de Desenvolvimento Educacional; e ainda está prevista a implantação de Conselhos Municipais de Educação, com um dispêndio de R\$ 28,5 milhões.

B.2.4 Expansão e Diversificação de Oportunidades Educacionais

Dentro deste Projeto, além da manutenção do Programa Escolas do Campo em 6 escolas de Curitiba e a estadualização de 18 Caics, foram realizadas a Consolidação do Ciclo Básico de Alfabetização para 40.000 alunos e a execução do Programa Vale Ensinar para 1.000 professores, despendendo R\$ 490,3 milhões.

B.2.5 Valorização do Profissional de Educação

Na Valorização do Profissional de Educação, foram investidos cerca de R\$ 4,8 milhões na implementação da Universidade do Professor para 40.500 cursistas e de uma Rede Educativa/Interativa-Mercosul; a capacitação de 105.774 docentes através de satélite; a consolidação de 17.094 bolsas do Vale Saber e ainda adequação física e administração de 2 centros de treinamento.

B.3 PARANÁ + ESPORTES

A Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET, por intermédio da sua vinculada Paraná Esporte, atuou nas áreas de esporte e lazer, como relacionado nos projetos abaixo.

B.3.1 Lazer em Ação

Com a finalidade de levar esporte e lazer às comunidades do Estado, a Paraná Esporte forneceu aos municípios material esportivo para a Mini Maratona em 115 municípios e realizou o Festival do Trabalhador em 178 municípios; Maior Idade em Ação em 111 municípios; Festival de Truco em 149 municípios; Passeio Ciclístico em 147 municípios e Jogos da Criança em 170 municípios.

B.3.2 Eco-Verão

Realizou também, o Projeto Eco-Verão - Litoral, que em parceria com empresas privadas, desenvolveu, para cerca de 488,0 mil veranistas, atividades de esporte e lazer.

Pela SUDERHSA foram contratados serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Recicláveis; Limpeza de Praias e Varrição de Vias Públicas; Operação de Aterros Sanitários; Coleta e Transporte de Resíduos Vegetais e Entulhos; Limpeza de Córregos e Canais; e Limpeza Mecanizada de Praias, para a temporada 96/97.

O Projeto Eco-Verão-Costa-Oeste, contou com a transferência de recursos ao Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, para o I Circuito Costa-Oeste de Vôlei de Duplas Masculino e Feminino e o Circuito de Futebol de Areia. Além disso, a Paraná Esporte repassou materiais esportivos, troféus e medalhas para premiações, beneficiando cerca de 120.000 participantes com um custo de R\$ 77,0 mil.

B.3.3 Apoio e Desenvolvimento do Esporte Participação

Visando o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas e a projeção do esporte paranaense em busca de um lugar de destaque a nível nacional, foram realizados os XXXIX Jogos Abertos, com a participação de 11.680 atletas, em 240 municípios, totalizando uma despesa de R\$ 375,8 mil.

Os Jogos da Juventude do Paraná, que tiveram início no ano de 1987, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens atletas paranaenses, contaram neste ano, com a participação de 11.860 atletas, em 282 municípios, despendendo o valor de R\$ 367,9 mil.

A Delegação do Paraná participou também com 131 atletas, a um custo total de R\$ 94,2 mil, dos Jogos do Conesul, realizado em Lima/Peru; dos Jogos Abertos Brasileiros que foram realizados em Campo Mourão, com a participação de 7 Estados e 1.267 atletas, no valor total de R\$ 66.362,85; dos II Jogos da Juventude do Brasil, com a participação de 27 estados e 2.700 pessoas entre atletas, técnicos e árbitros, onde o Paraná se destacou com a brilhante posição de 3º. lugar na classificação geral, com um total de 38 medalhas, tendo investido apenas neste último, um montante de R\$ 1,5 milhão.

A capacitação de Recursos Humanos, também foi uma preocupação constante, quando foram ministrados cursos de Arbitragem nas modalidades de basquetebol, futsal, futebol, handebol e Justiça Desportiva, assim como promoção de cursos de Informática para preparação e realização de eventos esportivos.

B.3.4 Parceria Esportiva e Transferência a Municípios e Entidades

Dentro desta idéia de parceria esportiva entre o Estado e os municípios, a Paraná Esporte repassou, para 54 municípios durante o ano de 1996, recursos no valor de R\$ 3,1 milhões, utilizado em reparos, construções adaptações e atividades esportivas. Ainda em 1996, repassou R\$ 202,0 mil à Entidades e Federações, como a Confederação Brasileira de Ginástica, Liga Desportiva de Maringá, Rallye Clube de Curitiba, Liga Desportiva de Ponta Grossa, e Federação Paranaense de Volley Ball.

Apoiou também, 48 eventos esportivos, realizados pelas prefeituras e outras entidades, com o pagamento de arbitragem, alimentação, hospedagem, confecção de cartazes e outros, a um custo total de R\$ 122,4 mil.

Com relação a material esportivo, atendeu 143 municípios em diversos eventos esportivos realizados por entidades e prefeituras a um custo total de R\$ 109,2 mil.

B.3.5 Vila Olímpica

Ainda com a finalidade de proporcionar um maior desenvolvimento do esporte no Estado, a Paraná Esporte, em conjunto com outros órgãos do Governo do Estado, como a FUNDEPAR, compõe a Comissão de Estudos e Implantação da Vila Olímpica, cujo projeto aproveitará as condições preexistentes na região do Tarumã, onde estão localizados diversos centros esportivos. Propiciará condições para a prática de 33 modalidades esportivas, além da implantação da Universidade do Esporte, onde dirigentes, atletas, técnicos e professores de educação física poderão participar de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação, oficinas, clínicas e outros eventos que contribuirão para o crescimento profissional dos atletas.

A Paraná Esportes já realizou melhorias na infra-estrutura das instalações esportivas, com a reforma da cobertura do Ginásio "Professor Almir Nelson de Almeida", no Tarumã, a um custo total de R\$ 1,4 milhão e a construção de uma pista olímpica nos padrões internacionais no Estádio do Pinheirão, em parceria de utilização com a Federação Paranaense de Futebol, a um custo de R\$ 924,0 mil.

B.4 CRIANÇA + FAMÍLIA

A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR, tem por finalidade a organização, o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a articulação da política estadual da assistência social e elaborou, em 1996, o Plano Estadual de Assistência Social do Paraná, com base na Política Nacional de Assistência Social e na I Conferência Estadual de Assistência Social, cuja coordenação é de responsabilidade da SECR, com assessoramento técnico do IPARDES, na sistematização das informações dos Planos Municipais de Assistência Social e sua inserção em diagnóstico social do Estado.

Ainda em 1996, em decorrência dos convênios firmados com o Governo Federal, outras ações significativas foram desenvolvidas pela SECR, como por exemplo, aquelas atribuídas a extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA que foram repassadas ao Estado. Foram também assumidas as competências do Conselho Estadual de Assistência Social, do Fundo Estadual de Assistência Social, quais sejam de elaboração, conforme orientação do Ministério da Previdência e Assistência Social - Secretaria de Assistência Social - MPAS/SAS, do Plano Estadual de Assistência Social; definição de mecanismos de integração nas esferas estadual e municipal, para a implementação e execução das ações de assistência social; integração das políticas setoriais do Estado, visando o enfrentamento à pobreza, à garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos sociais, sendo repassados recursos a municípios e entidades sociais particulares por meio de 1.039 convênios, correspondendo a um total de 12.468 repasses para os 12 meses no valor de R\$ 27,5 milhões, recursos estes do Governo Federal.

As atribuições do extinto Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA foram também repassadas ao Estado, com o objetivo de fomentar programas e serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes carentes, visando seu desenvolvimento integral, inclusão, permanência e sucesso escolar e integração na família e na comunidade, observando-se as diretrizes contidas no Programa Brasil Criança-Cidadã. Esta ação equivaleu a formalização, por parte da SECR, de 272

convênios, correspondendo a um total de 1.632 repasses para os 6 meses, com recursos do Governo Federal, no valor de R\$ 4,2 milhões.

Além dos dois convênios acima citados, foi firmado, também com o MPAS, outro convênio no valor de R\$ 5,9 milhões, com o objetivo de desenvolver ações de enfrentamento à pobreza, complementares e de caráter social que melhor atendam às necessidades emergenciais dos segmentos mais carentes da população, notadamente aquelas voltadas às crianças, com idade acima de 06 anos, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência, implementadas em esforços conjugados com outros níveis de governo, equivalendo a formalização, por parte da SECR, de 288 convênios, correspondendo a um total de 1.728 repasses para os 6 meses.

Considerando esses três convênios formalizados, foram assinados pela SECR 1.599 convênios com entidades e prefeituras municipais, perfazendo cerca de 16.000 repasses durante o exercício.

Ainda com o MPAS, foi celebrado convênio, no valor de R\$ 150,8 mil, para a execução do Programa de Apoio a Agricultura Indígena Paranaense; com o Ministério da Justiça, dois termos de cooperação técnica e financeira: o 1º no valor de R\$ 151,0 mil, objetivando a aquisição de equipamentos para unidades de atendimento ao infrator e introdução à ação educativa, pelo Instituto de Ação Social do Paraná - IASP; a implantação do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência - Projeto SIPIA, em convênio com o IPARDES e a capacitação de recursos humanos na área da criança e do adolescente; o 2º no valor de R\$ 50,0 mil a realização do Seminário de Atualização Continuada - SAC, visando a capacitação de técnicos dos Escritórios Regionais, a instrumentalização dos municípios, das entidades e da comunidade em geral, abordando a temática referente às questões da pessoa portadora de deficiência.

E também, no âmbito da SECR, o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDCA, órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e adolescência, atuou de forma decisiva com relação a políticas básicas, garantias de direito, Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA,

assessoramento aos Conselhos Municipais e Tutelares de Comunicação, por intermédio das Câmaras Permanentes de Gerenciamento, repassando recursos do FIA, no valor de R\$ 1,3 milhão a entidades governamentais e não governamentais, com o fim específico de apoio às políticas de proteção especial desenvolvidas nos respectivos municípios, devidamente instrumentalizados pelos Conselhos Municipais de Direitos e Conselhos Tutelares.

B.4.1 Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência

O Projeto Entidades Eficientes é um conjunto de ações que visa aprimorar a eficiência e a eficácia das organizações não governamentais, no que diz respeito principalmente a sua forma de gestão, aos seus procedimentos administrativos e à qualidade dos serviços prestados. Com recursos provenientes do convênio com o Ministério da Justiça no valor de R\$ 50,0 mil e da contrapartida estadual no valor de R\$ 10,0 mil, foram elaborados cursos de capacitação a distância que gravados e editados em fitas de videocassete, serão distribuídos aos Escritórios Regionais, visando a instrumentalização dos municípios, das entidades, de profissionais que atuam com a pessoa portadora de deficiência e da comunidade em geral, com o objetivo de levar informações precisas e atualizadas à todos os municípios do Paraná.

Destacam-se também, os cursos de capacitação para gerentes, tendo sido ministrado um curso de formação de dirigentes de organizações de cegos, com 96 horas/aula, capacitando 25 líderes cegos de diversos municípios do Paraná.

Foram atendidos 48 projetos que objetivam a geração de renda e a autonomia das instituições, beneficiando 42.353 pessoas portadoras de deficiência, em 31 municípios, sendo utilizados para tanto, recursos do SERLOPAR no valor de R\$ 228,8 mil e do MPAS, no valor de R\$ 410,8 mil.

Apoiadas ainda, entidades que atuam com pessoa portadora de deficiência pelo atendimento a 23 projetos em 14 municípios, beneficiando 1.500 pessoas, sendo os recursos provenientes do SERLOPAR R\$ 158,7 mil e do Tesouro do Estado R\$

797,7 mil. Pelo convênio com o MPAS, foram repassados recursos para 220 entidades e prefeituras municipais, beneficiando 14.471 pessoas, num total de R\$ 6,4 milhões.

A Estação do Ofício Adaptada às Pessoas Portadoras de Deficiência, tem como objetivo proporcionar qualificação profissional, sendo que, em 1996, foi assinado um convênio com a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa, no valor de R\$ 189,2 mil, com recursos oriundos do MPAS para implantação de uma destas Estações, que beneficiará em princípio 150 pessoas.

B.4.2 Assentamentos Rurais

O Projeto Assentamentos Rurais, ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais, visa colaborar no processo de auto-sustentação das áreas de assentamentos rurais regulamentadas e nas reservas indígenas do Paraná. No corrente ano, a SECR implantou 5 unidades de produção rural, beneficiando 3.600 pessoas, no valor de R\$ 94,4 mil provenientes do MPAS/SAS.

B.4.3 Capacitação para Formação de Lideranças Comunitárias

O projeto visa fortalecer as organizações existentes e fomentar a criação de novas organizações, por meio da realização de cursos de capacitação para formação de lideranças comunitárias. Os cursos, operacionalizados em 2 módulos: "Noções de Legislação e Organização das Entidades Comunitárias" e "Mobilização Comunitária", são instrumentos precursores para a emancipação do usuário, pois é pela organização comunitária que poder-se-á buscar o enfrentamento e solução dos problemas da comunidade, bem como ter acesso às políticas públicas. Em 1996, foram realizados 101 cursos de capacitação de lideranças com a participação de 4.767 pessoas, com um custo total de R\$ 64,1 mil.

B.4.4 Casa-Lar

A Casa-Lar atende as necessidades das criança e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, órfãos, abandonados e/ou egressos de unidades de internamento, assim

como os idosos carentes e dependentes e os portadores de deficiência, mandatários das políticas de proteção, de acordo com legislação vigente, visando a permanência e a aquisição de habilidades para a convivência na família, na escola e no trabalho.

Em 1996, foi articulado junto aos Municípios de Francisco Beltrão, Planalto, Palmeira e Mallet, a implantação de abrigos e casas-lares em sistema de consórcio entre os Municípios ainda, repassado à COHAPAR a importância de R\$ 17,0 mil para a construção de uma Casa-Lar de portadores de deficiência no município de Ortigueira.

B.4.5 Apoio à 3ª Idade

O Projeto Auto-Sustentação para Idosos, visa ceder às instituições equipamentos para produção, sendo que, em 1996, foram atendidos projetos de 25 entidades com 1.505 idosos, em 24 municípios no valor de R\$ 256,3 mil, recursos estes do PROVOPAR.

Com recursos do convênio com o MPAS/SAS, a SECR repassou R\$ 2,8 milhões para atendimento a 35.469 idosos de 272 prefeituras e organizações não governamentais. Atendidos, também, 1.407 idosos com um salário mínimo mensal advindo do Benefício de Prestação Continuada do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Outra ação desenvolvida, foi a criação do Condomínio Urbano e Rural da Terceira Idade, que vem ao encontro a necessidade da criação de um local de moradia, onde o idoso carente independente e sem família ou moradia, possa participar efetivamente na comunidade onde vive, promovendo a sua autonomia, auto-estima e valorização. Em parceria com a COHAPAR, está sendo construído o 1º Condomínio no município de Ortigueira.

B.4.6 Central de Produção de Alimentos

A Central de Produção de Alimentos procura reunir, preferencialmente, num mesmo espaço físico, a produção de hidrossolúveis - vaca mecânica, multimistura - farinha múltipla, panifício e pastifício.

O programa que conta com a parceria da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, Prefeituras Municipais e PROVOPAR Estadual oferece uma alternativa para solução mais imediata e viável da reversão do quadro de fome e desnutrição no Estado, como também o acesso da população de baixa renda a uma alimentação de baixo custo, rica em proteínas, vitaminas e calorias.

Neste ano foram repassados recursos do PROVOPAR, SERLOPAR, Tesouro do Estado e do MPAS/SAS, no valor total de R\$ 595,9 mil para aquisição de vacas mecânicas, panifícios, pastifícios, fábricas de farinha e construção e reforma de unidades físicas da Central de Produção de Alimentos, beneficiando 22.798 pessoas.

Além disso, foi realizado um treinamento em Curitiba, com a parceria da Prefeitura Municipal de Curitiba e uma empresa privada, com o objetivo de capacitar os operadores dos equipamentos que fazem parte da Central de Produção de Alimentos, com a participação de 41 pessoas de 25 municípios do Paraná, sem ônus para o Estado.

B.4.7 Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Trabalhador Rural

Visa este projeto, a construção, reforma e/ou ampliação de instalações físicas localizadas em áreas de maior concentração desta população residente em regiões urbanas. Nesta estrutura, o trabalhador rural volante e sua família tem à sua disposição local adequado para embarque e desembarque do transporte para os locais de trabalho, serviço de creche e outras atividades múltiplas, as quais deverão corresponder às suas necessidades. No âmbito maior, objetiva-se que estes centros se constituam em um ponto de referência da categoria. Para tanto, no ano de 1996, houve um investimento

por parte da SECR na ordem de R\$ 182,1 mil beneficiando 3.500 pessoas, recursos estes advindos do Tesouro Estadual, SERLOPAR e MPAS/SAS.

B.4.8 Centro de Convivência de Idosos, da Família e Grupos de Convivência

Objetivando dotar a comunidade de infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de programas e ações que venham ao encontro às suas necessidades e que elevem o nível de qualidade de vida na família, esses centros são espaços localizados em áreas urbanas e rurais, onde predomina maior concentração de população de baixa renda. Já, o Centro de Convivência do Idoso e da Família é um local de múltiplo uso, espaço de vivência para participar de atividades enfocadas em três níveis de atuação: educação, saúde e lazer.

No decorrer deste ano, foram atendidos 17 municípios com construção, reforma e/ou ampliação de Centros, os quais beneficiaram diretamente a 11.375 pessoas perfazendo um total de R\$ 280,2 mil provenientes do MPAS/SAS, SERLOPAR e Tesouro do Estado.

Repasados também, R\$ 82,8 mil de verba do MPAS a 15 entidades assistenciais municipais beneficiando 1.070 pessoas e R\$ 40,0 mil do Tesouro, para construção do Centro de Convivência de Idosos em Santa Mariana.

A SECR executa ainda com a Secretaria Especial da Política Habitacional, a instalação de equipamentos destinados à atividades comunitárias das Vilas Rurais ou moradias urbanas do Programa Casa Feliz. A responsabilidade pela sua manutenção e funcionamento é da SECR, e foram investidos aproximadamente de R\$ 76,0 mil, com a conclusão de 3 unidades.

B.4.9 Creche

O projeto atende crianças de 0 à 6 anos, em suas necessidades básicas de alimentação, saúde e lazer, visando o seu desenvolvimento integral. Neste contexto, a creche deve ter a característica de espaço educativo, superando a perspectiva de guarda e dos cuidados físicos e ampliando a função sócio educativa junto às famílias e à

comunidade. Os resultados efetivos do projeto estão vinculados à valorização da participação ativa das famílias no processo, em sua totalidade.

Mediante convênio com o MPAS/SAS, foram repassados recursos no valor de R\$ 19,2 milhões, sendo R\$ 18,5 milhões para manutenção de creches em 547 prefeituras municipais e organizações não governamentais, beneficiando 106,6 mil crianças, e a um custo de R\$ 700,0 mil beneficiando 2.832 crianças com ampliação, reforma e equipamento de creches. O Tesouro do Estado repassou também, R\$ 823,8 mil beneficiando 2.730 crianças; o SERLOPAR R\$ 704,0 mil, para 1.745 crianças; o PROVOPAR, R\$ 51,2 mil para uma população de 1.155 e o Paraná Urbano, R\$ 299,1 mil para 1.050 crianças.

O investimento total para construção, reforma, ampliação, equipamento e manutenção de creches foi da ordem de R\$ 21,0 milhões, beneficiando 116.161 crianças ao todo.

B.4.10 Da Rua para a Escola

O projeto é uma ação articulada com a Secretaria de Estado da Educação junto aos municípios do Estado do Paraná, que atende à família, à criança e ao adolescente de 7 a 17 anos em situação de rua, visando o retorno escolar e a convivência familiar, mediante suplementação alimentar, que ocorre pelo fornecimento mensal de uma cesta básica para as famílias.

Prevê, também, a promoção social das famílias, viabilizando o acesso aos recursos municipais existentes e propiciando condição para o sustento familiar e da responsabilidade do pátrio-poder.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 1996, a SECR investiu R\$ 393,8 mil com recursos do Tesouro Estadual para a composição e distribuição de 3.509 cestas/mês, em 57 municípios, beneficiando em torno de 8.000 crianças. Nos demais meses o atendimento foi feito pela FUNDEPAR, que em convênio realizado com a SEED, aplicou R\$ 250,0 mil na aquisição de cestas básicas para as famílias dos alunos inscritos no Projeto.

B.4.11 Desenvolvimento Comunitário das Vilas Rurais

O projeto objetiva proporcionar às famílias de trabalhadores rurais volantes, a melhoria da qualidade de vida, oferecendo infra-estrutura social e, principalmente, estimulando a organização comunitária.

É da competência da SECR, em parceria com órgãos do Estado e prefeituras municipais no Programa Vila Rural, o cadastramento e seleção dessas famílias na fase de implantação, bem como, o assessoramento técnico ao longo do desenvolvimento das vilas.

Em março deste ano, foi firmado convênio entre a SECR e COHAPAR para repasse de recursos no valor de R\$ 100,0 mil para a construção de 10 Centros de Convivência da Família que beneficiarão diretamente 474 famílias nas Vilas Rurais de Engenheiro Beltrão, Guaira, Ivaté, Tapejara, Mandaguaçu, Paranacity, Califórnia, Tibagi, Pitanga e Turvo.

B.4.12 Divulgação e Implementação das Leis da Área Social

O Programa de Organização Municipal objetiva consolidar a política pública de assistência social, com a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, pela mobilização, discussão de criação e funcionamento dos Conselhos e Fundos Municipais de Assistência Social. Visa, também o assessoramento aos municípios quanto ao reordenamento institucional, a execução de programas e projetos relativos a área e a capacitação dos segmentos envolvidos na política de assistência social no Estado.

Foram realizadas em 1996 três Assembléias Gerais do Fórum Estadual de Assistência Social, com a participação média de 450 representantes dos municípios em cada assembléia, além de vários eventos para capacitação e assessoria aos Escritórios Regionais, com a participação de 120 técnicos, quanto a organização da Política Municipal de Assistência Social, organização municipal, reordenamento político-jurídico da Assistência Social nos municípios do Estado; encontros regionais para avaliação do Benefício de Prestação Continuada, envolvendo em média 300

participantes por evento e implantação do Conselho Estadual e do Fundo Estadual de Assistência Social.

B.4.13 Estação de Produção

Propõe o desenvolvimento de uma atividade produtiva que oportunize a profissionalização e geração de renda a pessoas desempregadas, com idade superior a 18 anos, junto à entidades assistenciais e/ou organizações comunitárias que recebem assessoramento e recursos financeiros da SECR. As atividades são diversificadas e aprovadas mediante projetos compatíveis com a realidade sócio-econômica de cada região, tais como, alimentação, costura, panificação e pastificação, jardinagem, horticultura, marcenaria e produtos artesanais.

Foram repassados, em 1996, recursos no valor total de R\$ 990,6 mil beneficiando 785 pessoas, provenientes do Tesouro Estadual, SERLOPAR e do MPAS/SAS.

B.4.14 Formando Cidadão

Desenvolvido nas estruturas dos quartéis da Polícia Militar como Corpo de Bombeiros, Cavalaria e outros, é destinado a meninos em situação de rua, de 7 a 17 anos, com atividades de convivência, lazer, esporte, cultura, saúde e oficinas de iniciação ao trabalho, estimulando o resgate da auto-estima e o desenvolvimento psico-afetivo. A família será atendida no sentido de resgate do vínculo afetivo com o educando e sua promoção social.

Em 1996, foi realizado o encontro de capacitação para educadores sociais e militares, com a participação dos 7 municípios onde o projeto já havia sido implantado: Curitiba, Cascavel, Maringá, Paranaguá, Campo Largo, Toledo e Paranaíba.

B.4.15 Incentivo e Valorização do Artesanato Paranaense

O objetivo deste projeto é prestar serviços de apoio às iniciativas que visam a promoção do artesanato, quanto à organização, produção e comercialização do artesanato paranaense, bem como contribuir para a melhoria da qualidade dos produtos confeccionados para que o artesão sobreviva do seu trabalho, competindo no mercado com eficácia.

Em 1996, foram repassados recursos a 90 municípios, beneficiando 8.000 pessoas, totalizando R\$ 1,0 milhão do Tesouro Estadual, SERLOPAR e do MPAS/SAS.

Outras atividades desenvolvidas compreendem a participação em feiras, exposições e colocação dos produtos nas Lojas "Feito Aqui" - Artesanato do Paraná, em parceria com a Federação dos Artesãos, incluindo a inauguração de nova loja no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, além de 90 cursos de aprimoramento do artesanato produzido, o Concurso de Presépio Natalino e a confecção de material informativo.

B.4.16 Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIAADI

Caracterizando-se pelo serviço de recepção, triagem, internamento provisório e encaminhamento para cumprimento das medidas sócio-educativas determinadas pelo Poder Judiciário, foi dada continuidade em 1996, à implantação do CIAADI de Londrina, Pato Branco e Foz do Iguaçu, com liberação de recursos do Tesouro do Estado no valor de R\$ 1,04 milhão, para a construção do prédio em Londrina e R\$ 82,8 mil para o Município de Pato Branco, sendo este último pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência-FIA.

B.4.17 Linha/Estação do Ofício

O projeto Linha do Ofício, oferece iniciação profissional à população de baixa renda a partir de 14 anos, com a implantação de cursos de média duração, em

unidades Móveis - ônibus, que permanecem por um período de 3 a 4 meses em cada município, atendendo desta forma, grande parte dos municípios do Estado do Paraná.

Atualmente, conta-se com 35 unidades, oferecendo os cursos de auxiliar de cabeleireiro, datilografia, eletricitista reparador, corte e costura e culinária, beneficiando 2.640 pessoas de 44 municípios, num total de R\$ 481,2 mil, do Tesouro do Estado e do PROVOPAR.

As Estações do Ofício, por sua vez, oferecem iniciação profissional à população de baixa renda a partir de 14 anos, pela implantação de cursos de curta e média duração em unidades fixas. Os cursos são implantados conforme o interesse e características econômicas de cada município, abrangendo as áreas de informática, culinária, higiene e beleza, artesanato, administrativa e outras.

No decorrer de 1996 foram repassados recursos da ordem de R\$ 1,22 milhão a 45 municípios, beneficiando 30.940 pessoas, recursos estes do Tesouro do Estado, do SERLOPAR, PROVOPAR e do convênio com o MPAS/SAS.

B.4.18 Piá

O Projeto de Integração à Infância e Adolescência - Projeto Piá é a congregação do atendimento sócio-educativo em meio aberto, e atende crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, que freqüentam ou não a escola, pertencentes a famílias desprovidas de recursos, por meio de ações desenvolvidas em oficinas de aprendizagem, tais como: esporte/recreação, expressão artística/cultural, apoio a escolaridade e iniciação profissional.

O Governo Federal, repassou ao Estado recursos no valor de R\$ 4,2 milhões para a execução do Programa Brasil Criança-Cidadã, beneficiando 27.526 crianças e adolescentes de 656 prefeituras municipais e organizações não governamentais. Para Ações de Enfrentamento a Pobreza, outros R\$ 160,1 mil, atendendo 2.074 crianças e adolescentes com ampliação, reforma e equipamentos. O Tesouro do Estado por sua vez, repassou R\$ 402,5 mil para beneficiar uma população de 4.075, o SERLOPAR R\$ 778,4 mil para 3.202 crianças e adolescentes e o PROVOPAR R\$ 44,9 mil para

atendimento a uma população de 1.405, totalizando para construção, reforma e ampliação, equipamento, capacitação e manutenção, R\$ 5,6 milhões ao todo beneficiando 35.080 crianças e adolescentes.

Seguindo a mesma proposta do Piá, desenvolveu-se o Projeto Piá Indígena - PIAÍ, acrescido apenas da especificidade que caracteriza a realidade indígena. Suas ações ocorrem no contra-turno ao período escolar e propõe o desenvolvimento de atividades complementares, na linha de atenção aos aspectos de saúde, reforço alimentar, higiene, recreação, lazer e esportes, dentro do enfoque da identidade histórico cultural da população indígena.

Em 1996, o projeto foi implantado nas comunidades indígenas de Guarani e Kaingang, na reserva de Mangueirinha.

B.4.19 Piá no Esporte

É um projeto que oportuniza às crianças e adolescentes desprovidos do básico necessário para o seu desenvolvimento físico e mental, o acesso ao esporte, lazer e saúde, objetivando estimulá-los de forma integral, mediante uma ação sócio-educativa. Sua efetivação estabeleceu relações de cooperação entre as instituições envolvidas com o esporte e lazer, considerando as necessidades e interesses coletivos como também, o aproveitamento dos espaços físicos existentes.

Em 1996, foram realizadas palestras e um encontro de capacitação para os municípios, com vistas a implantação do projeto no Estado e elaborado também o projeto "Piá no Esporte Solidário", a ser desenvolvido em 1997 pelas SECR e SEET, para inicialmente 25 municípios, com o apoio técnico e financeiro do Ministério Extraordinário dos Esportes - Instituto Nacional do Desporto - INDESP. O valor do convênio a ser celebrado é de R\$ 1,95 milhão, sendo R\$ 1,50 milhão do Governo Federal e R\$ 450,00 mil de contrapartida estadual.

B.4.20 Piá no Ofício

O Projeto Piá no Ofício visa oportunizar aos adolescentes de 14 a 18 anos incompletos a iniciação do processo de formação profissional, considerando o seu desenvolvimento, enquanto pessoa e cidadão e contribuindo também para suprimento de suas necessidades básicas e aumento da renda familiar, pela sua inserção no mercado formal de trabalho, sem abdicar do seu direito a escolaridade.

Para implantação do projeto foram realizadas em 1996, parcerias com BANESTADO, TELEPAR, EBCT, Tribunal de Contas e SANEPAR, em 137 municípios, beneficiando 980 adolescentes.

B.4.21 Reordenamento Institucional

As Unidades Sociais Oficiais gerenciadas pelo IASP, incluem abrigos, unidades de meio aberto e de internação para adolescentes infratores, triagem e internamento provisório.

No decorrer do ano de 1996, o IASP, atendeu 4.960 crianças e adolescentes por intermédio de suas 19 Unidades Sociais Oficiais e 663 pessoas carentes da comunidade, com aparelhos ortopédicos, aparelhos auditivos, óculos, exames laboratoriais, cirurgias, medicamentos, cadeiras de roda, prótese ocular e passagens. Em escolas especiais, a 73 crianças e 25 adolescentes portadores de deficiência, mediante convênio específico com a APAE. Remuneradas ainda, 427 crianças e adolescentes pela atividade bolsa auxílio, implantada em algumas Unidades Sociais Oficiais e realizou reformas na sede e em 16 unidades, a um custo de R\$ 482,2 mil, com vistas à manutenção da infra-estrutura do IASP.

Por outro lado, foram desenvolvidas as seguintes atividades, com o objetivo de descentralizar, pela municipalização, técnico-administrativamente, as Unidades Sociais Oficiais do Estado: articulação com as Prefeituras Municipais de Guaratuba e Tibagi, buscando parceria no atendimento das crianças e adolescentes sob a responsabilidade de suas Unidades Sociais; com a Prefeitura Municipal de Mallet, junto ao escritório regional da SECR., para a construção de 02 casas lares; e por último, estabeleceu contatos com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para

encaminhamento do processo de Municipalização da Unidade Social Yvone Pimentel e Irmão Caçula.

B.4.22 Revitalização de Asilos

O projeto visa a humanização dos asilos pela recuperação de sua base física e reestruturação da programação executada com os idosos abrigados. Em 1.996 foi aprovada a revitalização de 95 asilos, com repasse de R\$ 853,1 mil do MPAS/SAS, atendendo 3.128 idosos em 81 municípios.

B.4.23 Semiliberdade

Prevê a implantação de unidades de atendimento regionalizado de semiliberdade, para adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e a aplicação da liberdade assistida.

Em 1996, foram mantidos contatos com vários órgãos do Município de Ponta Grossa, com a finalidade de discutir a implantação do programa de semiliberdade neste Município, cujo recurso já foi liberado pelo FIA.

B.5 PARANÁ + HABITAÇÃO

No ano de 1996, a COHAPAR desenvolveu suas ações com uma nova ótica da questão da moradia, rompendo com os conceitos vigentes da padronização física e social, da massificação da paisagem e da formação dos guetos.

Visando o êxito dos diferentes Programas que esta Companhia desenvolve com a comunidade, a articulação com outras entidades como Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais e outras instituições, é essencial para a integração física e social da população. Além dos projetos relacionados adiante e em outros programas, foram desenvolvidos: o Programa Apartamentos, pelo qual está construindo apartamentos de 44 a 55 m² em prédios de 2 a 3 pavimentos, destinados à famílias com renda de até 10 salários mínimos; Programa Casa da Guarda, cujo objetivo é dar acesso à moradia ao policial paranaense, sendo que já foram concluídas em 1996, aproximadamente 10 unidades com um investimento estimado em R\$ 97,0 mil; Programa Morada do Mestre, onde 5% de cada conjunto de moradias produzido pela COHAPAR é ofertado aos professores não proprietários de imóveis; e Programa Casa do Índio, parte integrante do Programa Paraná Indígena, com projetos habitacionais específicos, concebidos de acordo com a cultura de cada tribo e baseada na arquitetura de eucaliptos, utilizando materiais de cada região. Em 1996, foram construídas duas casas-modelo na reserva de Mangueirinha, uma para os guaranis e outra para os kaingang. Estão também em projeto 300 unidades para atender 15 reservas indígenas em todo o Estado do Paraná. Segue abaixo, quadro resumo dos investimentos realizados pela COHAPAR:

QUADRO GERAL DE PRODUÇÃO E INVESTIMENTO/96				
PROGRAMA	UNIDADES CONCLUÍDAS 1996	UNIDADES EM OBRAS	TOTAL UNIDADES	INVESTIMENTO 1996 R\$
CASA FELIZ	2.771	4.226	6.997	22.638.722,82
VILA RURAL	407	3.443	3.850	2.186.944,90
AQUIS. ÁREAS PARA VILA RURAL				5.885.812,34
CASA DA FAMÍLIA	5.193	7.338	12.531	9.802.224,24
APARTAMENTOS		148	148	1.656.000,00
RUA DE OFÍCIOS	98	107	205	203.358,10
CASA DA GUARDA	5	15	20	47.744,53
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	1	9	10	12.526,62
CASA LAR IDOSO		10	10	
MORADA DO MESTRE		13	13	58.710,00
TOTAIS	8.475	15.309	23.784	42.492.043,55

B.5.1 Casas do Ofício

Com o objetivo de promover moradia e trabalho no mesmo local, para a população de baixa renda, em cada conjunto é definida a rua com maior vocação comercial, onde é implantada a Rua de Ofícios. As moradias desta rua, ganham um espaço a mais na linha fronteira da calçada, que são ocupadas por ofícios e comércio: cabeleireiro, sapateiro, padaria, mercearia, entre outros. Em 1996, foram concluídas aproximadamente 66 unidades, com um investimento da ordem de R\$ 12,8 mil.

B.5.2 Habitação Rural

A COHAPAR participa também do Projeto Vilas Rurais, em parceria com as Prefeituras, SEAB e SECR. Tendo como objetivo assegurar terra e trabalho ao trabalhador rural volante, são construídas por autogestão, casas de 44 m² com benfeitorias como galpão e galinheiro, em lotes de 5.000 m², onde a família pode plantar no período de entressafra para sua própria sobrevivência e vender os excedentes para completar seus ganhos. As Vilas, sempre localizadas próximas a Distritos, aproveitam a infra-estrutura existente como escola, posto de saúde e comércio, prevenindo assim, o êxodo rural e o conseqüente crescimento desordenado das médias e grandes cidades do Paraná.

Esse programa está sendo implantado, preferencialmente, em regiões com grande concentração de mão-de-obra rural volante, como por exemplo, produtores de algodão e cana-de-açúcar, sendo que em 1996, foram investidos R\$ 5,9 milhões na compra de 99 áreas, para implantação em 92 municípios.

B.5.3 Habitação Urbana

A COHAPAR está executando o Programa Casa Feliz que viabiliza a construção da casa própria nas cidades, para a população de baixa renda por meio da autogestão, garantindo a despadrão das unidades, pois cada família define seu projeto, a partir de um módulo inicial de 44,5 m².

O programa é uma parceria entre a COHAPAR, os Municípios e os moradores, onde a primeira repassa recursos mediante financiamento, diretamente ao morador em 4 parcelas, de acordo com o programa físico-financeiro, para compra do material e mão-de-obra; o município faz a doação da área e executa os serviços de infra-estrutura; e o morador administra sua obra, cujo tempo médio é de 4 meses de construção. Estima-se que, para cada unidade construída, sejam gerados 5 empregos.

Em 1996, foram concluídas aproximadamente 3.446 unidades com um investimento aproximado de R\$ 2,2 milhões.

B.6 PARANÁ + JUSTIÇA

O Sistema Penitenciário do Paraná iniciou o ano de 1.996 com 4.049 presos, terminando em torno de 4.365 detentos, sendo que no entanto sua capacidade nominal de projeto é de 2.314 vagas, representando uma taxa de lotação de 188 %.

A Penitenciária Central do Estado, tem uma capacidade para 550 presos do sexo masculino em regime fechado e segurança máxima, mas conta com uma população de 1.476 presos, numa taxa de lotação de 268 %; a Colônia Penal Agrícola do Paraná, com capacidade nominal de 400 vagas, para presos em regime semi-aberto masculino, abriga 788 presos, representando uma taxa de lotação de 197%; no Complexo Médico-Penal do Paraná, que é uma unidade destinada a presos sob medida de segurança, em regime fechado, com uma capacidade nominal para 200 presos do sexo masculino, existe uma população de 312 presos, portanto com ocupação de 156%.

A Secretaria de Estado da Justiça - SEJU, visando a melhoria deste contexto, buscou soluções por meio dos projetos adiante discriminados, além de atuar por meio das suas entidades vinculadas.

A Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, é responsável pela conferência da existência legal, publicidade e segurança aos atos orgânicos das firmas individuais e sociedades mercantis, garantindo, de outro lado, o exercício normal da atividade dos agentes auxiliares do Registro do Comércio como, por exemplo, os leiloeiros, tradutores públicos e armazéns gerais. Assim, convém aduzir que, pelo registro ou arquivamento dos atos pertinentes, o comerciante e as sociedades comerciais, podem ser conhecidos por terceiros e pela autoridade pública.

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM, responde, entre outras, por uma grande missão de satisfazer as necessidades e expectativas da sociedade no âmbito da metrologia e da certificação de bens e serviços.

A defesa do consumidor se realiza mediante fiscalização rigorosa e competente dos instrumentos de medir e medidas materializadas, mercadorias pré-

medidas, inspeção de veículos e equipamentos para transporte de produtos perigosos, produtos têxteis e de certificação compulsória.

O apoio à qualidade industrial vem sendo desenvolvido com ações estruturais, tais como: a reestruturação do Laboratório Metrológico de Massas em Curitiba e construção de um Laboratório Metrológico de Grandes Massas em Maringá, que deverão ser credenciados à Rede Brasileira de Calibração como também, pela implementação Programa de Modernização e Aperfeiçoamento - PMA, em consonância com os rumos atuais do País, com o programa de trabalho do INMETRO e com as diretrizes da administração estadual. Os resultados deste plano, em 1996, foram a implantação do Projeto de Gestão de Qualidade - certificações série ISO 9002 e certificação internacional de Qualidade Total -; rastreamento de medidas e padrões; e implantação do sistema de informática integrado em rede; entre outros.

A Imprensa Oficial do Estado - DIOE - foi instituída para aperfeiçoar o sistema gráfico-editorial do Estado, tendo por objetivos: editar o Diário Oficial, o Diário da Justiça e o Diário Oficial dos Municípios; executar os serviços gráficos necessários para outros órgãos e entidades da administração pública; enfeixar em livros os atos e trabalhos oficiais do Estado. Para terceiros, os trabalhos prestados ficam no campo das publicações de editais, balanços, convocações; avisos e matérias de obrigação legal.

No XXI Encontro da Associação Brasileira de Imprensa Oficial, realizado neste ano de 1996, no Paraná, foi divulgado para todo o Brasil como o nosso Estado vem conduzindo a informatização, principalmente na questão de infra-estrutura de comunicações de dados.

O DIOE de acordo com uma parceria com o Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN, após repasse de equipamentos gráficos pouco produtivos, em função de tecnologias ultrapassadas, têm encaminhado trabalhos para aquela entidade, ampliando as oportunidades de ocupação e recuperação dos internos, inclusive em relação a ganhos, o que, em termos sociais tem resultados bastante significativos.

Além da reciclagem profissional, modernização de equipamentos e reformas nas suas instalações, o DIOE estará apto a informatizar a recepção e a disponibilização do jornal via mídia eletrônica seja por meio do correio eletrônico, seja via Internet, pois com a instalação da rede local, composta pela área administrativa e área de produção, interligadas por fibra ótica, permitirá a conexão com as redes de alta velocidade já instaladas no Centro Cívico e outros Órgãos do Estado.

B.6.1 Direitos da Cidadania

Objetivando difundir, cada vez mais, a idéia da defesa do consumidor no Estado, o PROCON/PR está estruturado, atualmente, em 04 divisões, além da Coordenação, Núcleo de Informática e Grupos auxiliares e, vem prestando serviços à população, pela coordenação da Política Estadual de Defesa do Consumidor, não só quanto ao seu atendimento, mas também, desenvolvendo programas e projetos que são traduzidos à população por meio das mais variadas atividades, como pesquisas de preços, elaboração, publicação e divulgação de material educativo e a descentralização da defesa do consumidor no Estado do Paraná, entre outras.

Foram emitidos 123 pareceres durante 1996, requisitados tanto de consumidores como de fornecedores; realizadas cerca de 4.350 audiências - 779 resolvidas, 1.382 não resolvidas, 80 improcedentes, 1.307 encerradas e 784 remarcadas; cobrança e divulgação mensal do termo do compromisso de ajustamento firmado entre o PROCON e Consórcio EQUITEL/Furukawa/INEPAR, pelo qual foram efetivadas 35.863 ligações de telefone, sendo cumpridas as metas do compromisso. Foi o maior coletivo da história do PROCON/PR.

No Projeto Litoral 96/97, estará atuando para evitar abusos durante a temporada de verão. Tal Projeto tem como objetivo primordial atividades educativas, pela distribuição de materiais explicativos, onde se procura a conscientização do fornecedor e consumidor, esclarecendo os direitos e deveres perante o Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata.

Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se: Comparação de Preços de Produtos de Consumo Básico - Supermercados, realizando pesquisas semanais de 136 produtos de consumo básico; ABC do Consumidor, o qual objetiva levar informações aos consumidores sobre seus direitos, com elaboração e divulgação de dicas, "folder's" e cartilhas e Escuta PROCON, implantado na rede radiofônica do Paraná; Comparação de Preços de Produtos e Serviços de Consumo Básico, como recauchutagem de pneu, tarifas bancárias, dedetização/desentupimento, serviços domésticos, fotocópias, entre outros; Nenhum Município Sem PROCON, que visa a descentralização com a criação de PROCON's municipais, pela prestação de assessoria técnica e promovendo treinamentos e estágios aos técnicos municipais. Atualmente existem 39 PROCON's municipais em funcionamento no Paraná e 17 já aprovados pela Lei de criação do órgão municipal; e por último, o KIT PROCON, contrato de prestação de serviço entre SEJU/PROCON/EBCT, o qual ampliou o atendimento ao público em mais de 80 postos, somente em Curitiba e Região Metropolitana e representou uma descentralização de 8.000% do atendimento, sem nenhum custo ao consumidor.

Por sua vez, a Coordenadoria dos Direitos da Cidadania - CODIC, celebrou convênios para fornecimento de documentação civil à população carente em 173 municípios, pelo programa Promoção da Cidadania; pelo programa de Restruturação e Orientação à Vítima de Crime, prestou atendimento jurídico, psicológico e social à pessoas e familiares, vítimas de crime, num total de 148 entrevistas e acompanhamentos; promoção de eventos de divulgação dos Direitos Humanos; entre outros.

B.6.2 Penitenciárias Industriais

Dentro do programa Penitenciárias Industriais, a SEJU, em 1996, efetuou o processo licitatório para construção da Penitenciária Industrial de Guarapuava pela Secretaria Especial de Obras Públicas, bem como desapropriou terreno e celebrou convênio com Ministério da Justiça para construção da Penitenciária Industrial de Cascavel.

B.6.3 Presídios e Cadeias

Os estabelecimentos penais, no desempenho de suas atividades de segurança e custódia de pessoas que aguardam o cumprimento de pena restritiva de liberdade, desenvolveram ações para a promoção da reintegração social dos internos, zelando seu bem-estar, reintegrando-os em atividades de profissionalização, educação formal, assistência jurídica, psicológica, social, médica, odontológica, religiosa e material.

Na área de assistência à saúde, durante o ano de 1.996, houveram mais de 2.632 atendimentos com consultas e encaminhamentos para tratamento médico realizados diretamente nos estabelecimentos penais. A Unidade Hospitalar do Complexo Médico-Penal teve uma média mensal de 3.162 atendimentos médico-hospitalares e de 18.938 de assistência e orientação social e psicológica.

Além destes serviços, desenvolveram também a coordenação e acompanhamento do atendimento dos internos e a seus familiares, para que seja prestada assistência psicossocial e jurídica de forma padronizada; a coordenação de transferências e permutas de presos entre as unidades penais; as atividades assistenciais na área jurídica, atendendo os presos e suas famílias nos procedimentos de execução penal e progressão dos regimes em execução com uma média mensal de 4.628 atendimentos; o encaminhamento ao Conselho Penitenciário de 264 pedidos de indulto e comutação de pena. Realizada também, ações de apoio e incentivo às atividades culturais, recreativas e esportivas, além da coordenação e acompanhamento do atendimento pedagógico nas unidades penais.

Em 1.996, foram implementadas também, atividades de coordenação e supervisão de suprimentos e abastecimento de materiais e gêneros alimentícios para as unidades penais, bem como orientação no planejamento dos cardápios, avaliação sensorial e prevenção de toxinfecções alimentares.

Nas atividades de apoio e supervisão de ocupação da mão-de-obra dos presos, em conjunto com o Fundo Penitenciário, firmou-se 55 contratos e convênios com empresas privadas e com órgãos públicos, assistindo 1.253 presos em canteiros de produção; 3.397 presos em atividades produtivas e de laborterapia, com uma taxa de

ocupação de 78% do total no Sistema Penitenciário. Os principais resultados obtidos pelos canteiros de produção da Colônia Penal Agrícola, foram: na Bovinocultura, com um plantel de 176 cabeças, obteve-se 5,2 toneladas de carne e 100,0 mil litros de leite; na Cunicultura, com um plantel de 41 matrizes e 260 cabeças, obteve-se 356 kg de carne; na Suinocultura: com um plantel atual de 708 cabeças, obteve-se 60,9 toneladas de carne e cerca de 8,0 toneladas de embutidos e outros derivados; na Ovinocultura: com um plantel de 727 cabeças, obteve-se 1,2 toneladas de carne e 2,2 toneladas de lã; na Avicultura, obteve-se 10,5 mil dúzias de ovos e 26,2 toneladas de carne; na Agricultura, uma produção de 19,8 toneladas de produtos agrícolas; e por último na Olericultura, a produção de 30,3 mil cabeças e 24,4 maços de verduras, hortaliças e legumes.

Já as atividades de produção e laborterapia levados a efeito na Penitenciária Feminina do Paraná, resultaram em 549 peças de trabalhos artesanais, 718 peças de costura, 135 peças de tricô manual e 138 peças de tricô a máquina.

Foram realizados também em 1996, reparos, obras e melhorias no Complexo Médico Penal; na Colônia Penal Agrícola do Paraná; na Penitenciária Central do Estado; na Penitenciária Feminina do Paraná; na Penitenciária Estadual de Londrina; na Penitenciária Estadual de Maringá; no Centro de Observação Criminológica e Triagem; na Prisão Provisória de Curitiba; nas instalações do DEPEN em Piraquara, com destaque para a conclusão das obras da Penitenciária Estadual de Maringá, com capacidade para 360 detentos.

O Patronato Penitenciário do Paraná, como órgão de execução penal, deu continuidade ao Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso - Pro-Egresso. Mediante a efetivação de 20 convênios com entidades públicas e privadas, Prefeituras e Faculdades do interior, atendeu uma média mensal de 529 egressos de unidades penais e 386 egressos de cadeias públicas, bem como a uma média mensal de 716 pessoas em cumprimento de pena em regime aberto.

Com a execução do Programa de Assistência ao Apenado nas Cadeias Públicas, foi dado 8.996 atendimentos a presos nas cadeias públicas, com uma média mensal de 692 presos e visitadas 444 cadeias em 324 municípios do Paraná.

Realizou-se ainda no Paraná, o III Encontro Nacional de Secretários de Estado da Justiça, onde buscou-se analisar os problemas da área penitenciária brasileira, propondo alternativas de solução; implementou-se em Londrina, Apucarana e Foz do Iguaçu, o projeto de prevenção ao uso de substâncias tóxicas, interligando órgãos das esferas federal, estadual e municipal, com o objetivo de formar agentes multiplicadores; e ainda, com relação a elevação das penas alternativas de 01 para 04 anos de reclusão, cuja proposta foi realizada pelos Conselhos Criminais do Ministério da Justiça e Penitenciário do Paraná, procedeu-se a 1ª inspeção nas Unidades Penitenciárias, tendo sido a paranaense escolhida pelos programas de ressocialização do encarcerado.

B.7 PARANÁ + SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conduziu seus trabalhos orientada pelas quatro diretrizes básicas, constantes no Plano Plurianual: Vigilância à Saúde da População; Regionalização e Gestão de Serviços; Ações de Saúde pelos Municípios, Participação da Sociedade, Informação e Comunicação; e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Dentre os métodos de trabalho adotados destacam-se: a progressiva territorialização do sistema estadual de saúde; a definição de alguns projetos estratégicos - prioritários, viáveis e de grande impacto, com criação de grupos matriciais para gerenciá-los; e o suporte para o efetivo funcionamento de órgãos colegiados de gestão, como o Conselho Estadual de Saúde e Plenárias Gerenciais e as Comissões Bipartites Estadual e Regionais, integradas por membros da rede estadual e das Secretarias Municipais de Saúde.

É importante destacar o estímulo aos Consórcios Intermunicipais, que localizados em 14 cidades sedes das Regionais de Saúde, abrangem 4,1 milhões de pessoas, em 244 municípios; a reformulação do Sistema de Informação em Saúde; a divulgação e sensibilização à proposta de "Município Saudável" e do programa "Saúde da Família", que serão levados em 1997 aos novos prefeitos, como sugestão, para que os implantem com apoio e orientação da SESA.

Entre outras atividades desenvolvidas pela SESA, que não se enquadram nos projetos adiante relacionados, é importante ressaltar a produção de soro antiloxoscélico, considerando que não havia produção nacional de soro antiaracnídeo para atender os casos de picadas da aranha marrom registrados no Paraná. Também inovadora, foi a extração de 3.000 mg de veneno botrópico, a partir de 191 serpentes peçonhentas, que possibilitaram a produção de 1.098 frascos de 10 ml de soro antibotrópico, garantindo que o Paraná tenha agora estoques estratégicos de segurança. Outras pesquisas estão previstas como: Produção de Antígenos para Imunodiagnóstico de Chagas e da Toxoplasmose; Produção de antígenos para diagnóstico de micoses profundas; Produção de Conjugados IgG e IgM e de Soros Liofilizados.

Por outro lado, a Rede de Hemoterapia e Hematologia, que tem como objetivo principal garantir sangue e hemocomponentes em quantidade e qualidade adequadas à população do Paraná, cuja demanda é estimada em 216 mil litros/ano, colheu 50.676 doações de sangue, realizou 75.189 transfusões, 780.083 exames de sangue em doadores e produziu 127.451 hemocomponentes. Foram prestados ainda 8.556 atendimentos ambulatoriais a doadores com sorologia positiva, incluindo terapias, fornecimento de desferal e atendimento psicológico. Para estimular a doação de sangue foram realizadas reuniões e 65 palestras educativas e mantido cadastro de 1.100 doadores voluntários para casos de emergência. Foi ainda implantada, como parte do projeto Disk-Sangue Nacional, uma linha telefônica no Hemepar/Curitiba para orientar todas as unidades de saúde sobre doações de sangue. Com relação à qualidade do sangue coletado e transfundido por outros serviços de Hemoterapia, foi realizado controle pelo CSVS /SESA, tanto na rede pública como privada, como parte do Programa Nacional de Inspeções em Unidades Hemoterápicas - PNIUH.

Além de vários investimentos realizados em informatização como correio eletrônico, Internet, Terminal Interativo de Informações, entre outros, a SESA desenvolveu e aplicou também, na gerência de recursos humanos, formulários para análise das condições de insalubridade/periculosidade para 8.061 funcionários, em fase atual de conclusão, e por necessidade de pessoal, especialmente em hospitais próprios, realizou processo seletivo, para contratação por tempo determinado, sendo preenchidas 466 vagas, das quais 407 no Hospital Regional de Cascavel, que retornou à gestão estadual; cursos, treinamentos e reuniões e, um processo de avaliação dos trabalhos realizados no ano, na maioria dos setores e regionais, intitulado "Fazendo Acontecer".

Dentre as 50 obras concluídas em 1996, destacam-se a construção do CEMEPAR, a ampliação do Hospital Municipal de Altônia, o setor municipal de Pronto Atendimento em Guaratuba e as reformas dos hospitais estaduais em Londrina, encontrando-se em andamento mais 07 construções e 04 ampliações.

Foram fiscalizados: 50.269,70 m² de obras entre construção, ampliação e reformas; 15.397,00 m² foram concluídas, 17.741,00 m² estão em andamento, 9.673,00 m² estão paralisadas e 7.458,70 m² não foram iniciadas.

Cabe por fim ressaltar que os dados aqui descritos são preliminares, ou seja, levantados até setembro de 1996.

B.7.1 Assistência Ambulatorial Básica e Especializada

Foram realizados por todos os prestadores do SUS, um total de 46,6 milhões de atendimentos básicos, 11,1 milhões de consultas médicas, 2,6 milhões de exames de patologia clínica, 345 mil exames de radiologia, 209 mil exames especializados e 1,8 milhões de terapias especializadas.

Quanto a procedimentos odontológicos, os prestadores do SUS realizaram 12,2 milhões de atendimentos individuais e 16,4 milhões de bochechos com flúor, atingindo 1,1 milhão de escolares até junho, além da distribuição de 22.500 cartazes e folhetos educativos.

B.7.2 Assistência Farmacêutica

O projeto Farmácia Básica Paranaense, garante ao usuário do SUS, o acesso a medicamentos básicos, com maior resolutividade no tratamento, racionalizando recursos e evitando desperdícios. São distribuídas, trimestralmente, aos 371 municípios do Estado, de acordo com o tamanho da população e o grau de necessidade dos municípios, medida pelo "índice de salubridade", 1.280 cotas compostas de 40 medicamentos básicos. Destina-se a fornecer também 22 medicamentos excepcionais - geralmente de alto custo e alguns até inexistentes no país, sendo que de janeiro a junho de 1996, foram adquiridos e distribuídos 628.096 unidades.

Visando atender a rede própria e prefeituras municipais, foram produzidos 33.300 frascos de 100 ml de Hipoclorito de sódio a 2,5%, 31.450 litros de Hipoclorito de sódio a 1% para desinfecção hospitalar, 1.662.900 comprimidos de Mebendazol 100 mg, 9.483.471 comprimidos de Mebendazol 200 mg, 4.308.500 comprimidos de

Ácido Acetil Salicílico 500 mg, 1.666.000 cápsulas de Tetraciclina 250 mg, 260.100 frascos de Benzoato de Benzila 25% e 6.534.000 comprimidos de Hidroclorotiazida 50 mg.

Afora a produção própria do CEMEPAR, foi estabelecido convênio com as Universidades Estaduais de Maringá e Londrina cujos laboratórios já estão produzindo, e para 1997, com a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

B.7.3 Assistência Hospitalar Local e Referenciada

O projeto consiste em cooperação administrativa, técnica e financeira entre a SESA e os hospitais e destes entre si, de modo a manter e melhorar os serviços à disposição da população, com acessibilidade aos leitos e qualidade no tratamento. Integram essa rede um total de 199 hospitais sendo, 5 públicos de abrangência estadual/regional, 93 públicos municipais, 18 ligados a sindicatos e 83 filantrópicos, num total de 12.045 leitos, localizados em 168 municípios do Estado. Foram distribuídas 464 cotas de 39 itens de material de consumo hospitalar, totalizando 2,6 milhões de unidades a um custo global de R\$ 556,8 mil para o Estado.

Com o objetivo ainda, de estimular a busca da melhoria da qualidade pelos hospitais, está sendo desenvolvido o Projeto de "Acreditação Hospitalar" que, em conjunto com entidades afins, busca uma nova dimensão no hospital, com auto-avaliação e revisão interna.

Durante o ano de 1996, além de distribuídos 582 mil formulários de Autorização de Internação Hospitalar AIH - para as Regionais de Saúde e outros emissores autorizados, foram realizados: acompanhamento e análise dos relatórios físico-financeiros do sistema SIH/SUS; análise dos 689 processos de rejeição de AIHs pelo MS e de outros relatórios de alarme quanto a possíveis distorções; acompanhamento mensal dos 23 hospitais psiquiátricos; e cadastramento de 103 hospitais aptos a prestarem atendimento ao recém-nato em sala de parto.

Nos 12 hospitais próprios da rede estadual, foram realizadas 12.119 internações, tendo ainda havido importante avanço no sistema de controle da rede

própria, com acompanhamento para compra de material de consumo, medicamentos e previsão de equipamentos no Paraná Urbano/BID.

B.7.4 Centrais de Marcação de Consultas e de Leitos

O Sistema de Marcação de Consultas e de Reservas de Leitos Hospitalares implantado nos pólos regionais em todo o Paraná, vem trazendo grandes benefícios à população. Se o posto de saúde não tiver condições de prestar atendimento especializado ao cidadão, ou houver necessidade de internação hospitalar, é feita uma ligação para o núcleo regional, que toma as devidas providências, garantindo assim, a organização e otimização da oferta e utilização de consultas especializadas e de leitos nos serviços do SUS, tanto da rede pública como da contratada.

Em conjunto, as Centrais utilizam 13 centrais telefônicas - cerca de 120 linhas - e 13 redes de processamento - 13 servidores, 105 microcomputadores e 26 impressoras - a um custo mensal de R\$ 465,5 mil.

B.7.5 Central Estadual de Transplantes

Com sede em Curitiba - no Hemeper - e sub-sedes em Pato Branco, Londrina, Maringá e Cascavel, o projeto Centrais Estaduais de Transplante, coordenado pela SESA, com a participação de Universidades e diversas Associações Médicas, tem como objetivo organizar a captação e distribuição de órgãos para transplantes, atendendo de janeiro a agosto 62 transplantados de rim dos 907 cadastrados, 10 dos 28 que necessitavam de coração, 19 dos 40 que esperavam um fígado e 101 dos 916 que aguardavam córnea.

B.7.6 Combate a Epidemias e Endemias

O Laboratório Central do Estado - LACEN, que atua em investigação e pesquisa para apoio à área ambulatorial, de vigilância epidemiológica e sanitária, realizou, durante o ano de 1996:

- 20.965 exames em bacteriologia, 32.341 em imunologia, 15.146 em virologia, 9.084 lâminas em controle de qualidade Hanseníase e 3.237 em Tuberculose;
- No Programa de Saúde do Trabalhador, foram realizadas 290 análises de dosagem de chumbo, 97 exames de dosagem de ácido delta-aminolevulínico, 29 exames de dosagem de mercúrio e 70 de colinesterase;
- No controle de qualidade de produtos alimentícios, foram realizados exames em 2.216 amostras de produtos de origem animal e em 810 amostras de produtos de origem vegetal; no controle de qualidade de bebidas alcoólicas ou não, exames em 5.922 amostras; na pesquisa de aflatoxinas em grãos e subprodutos, analisaram-se 56 amostras; e no controle de qualidade de produtos alimentícios e bebidas responsáveis pelas toxinfecções alimentares, 550 amostras;
- No controle da qualidade da água de consumo humano de populações não favorecidas com sistema de tratamento e abastecimento público, realizou exames em 527 amostras; para controle de qualidade da água relacionada ao Programa de Controle de Infecção Hospitalar da Rede Pública, a análise microbiológica em 42 amostras; no controle de água de abastecimento público, a análise de 331 amostras; e no controle de água mineral e gelo, análise em 58 amostras;
- No controle de medicamentos fitoterápicos, análises em 46 amostras; e no controle de medicamentos alopáticos e saneantes, a execução de análises físicas e químicas em 39 amostras; e
- Em cumprimento ao convênio entre ISEP/FNS, realizou inquérito sorológico em 2.758 pessoas para avaliar prevalência da doença de Chagas.

Para assessorar a Vigilância Epidemiológica e Sanitária no diagnóstico e tratamento de Doenças Infecto-Contagiosas, a SESA preparou 785.440 meios de

cultura para transporte de amostras e 3,3 milhões de reativos para realização de exames.

Quanto à prevenção e controle da AIDS e assistência aos portadores no Estado, destacam-se ações de distribuição de material educativo e de preservativos; estruturação e desenvolvimento do projeto Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e DST/AIDS em 36 escolas estaduais e municipais de Curitiba e 30 Unidades de Saúde de Curitiba, que capacitou 238 multiplicadores, 1.230 monitores, envolvendo 12.300 adolescentes diretamente; contrato de Prestação de Serviço com a Associação dos Promotores Públicos do Estado, com repasse financeiro, para realização de treinamentos por região do Estado, a fim de capacitar os promotores públicos, nas questões legais e éticas relacionadas às DST's/AIDS; implantação de 8 Centros de Orientação e Assistência - COA's no Estado e, elaboração de projetos e encaminhamentos para a implantação de outros 6 em regiões do Paraná; credenciamento do Hospital-Dia, do Oswaldo Cruz em Curitiba e encaminhamento para treinamento das equipes regionais de Cascavel, Guarapuava; e também a estruturação e desenvolvimento do Projeto de Sub-Notificação e Sub-Registro de Casos e Óbitos e estruturação do fluxo de notificação dos serviços para Sífilis Congênita e das DTS's, sendo que em 1996, foram notificados 288 novos casos de AIDS, e existem 1.200 doentes cadastrados;

Os municípios, regionais de saúde e o Centro de Epidemiologia do Paraná/ISEP, acompanharam, analisaram e controlaram o comportamento das doenças infecciosas e parasitárias de maior interesse em saúde pública. Houve a notificação de 486 casos de doenças exantemáticas, 1.457 casos de meningites de todas as etiologias, sendo 237 de doença meningocócica; entre outras. Para o controle da raiva foram vacinados 80 mil cães em 32 municípios; coletadas 496 amostras em cães e realizadas 10.378 observações de animais. Não se registrou nenhum caso de raiva humana.

Entre as doenças relacionadas ao meio ambiente teve-se 131 casos notificados de leptospirose, 4.624 casos de dengue - 2.242 confirmados, entre outras, sendo que a SUDERHSA atuou no Projeto Estadual de Combate ao Dengue,

executando mutirão de limpeza estadual com troca de material reciclável e pneus por kits, alimentação, em todos os municípios do Estado, e aterros sanitários com implementação de coleta seletiva em 224 municípios do Estado.

B.7.7 Protegendo a Vida

Protegendo a Vida é um projeto que iniciou no final de 1995 e terá continuidade até o ano de 1998, e tem como objetivo melhorar as condições de saúde da mulher e da criança, promovendo a prevenção e a qualidade da assistência. Dentro de sua 1ª etapa, intitulada Sensibilização e Capacitação de Recursos Humanos, foram realizados eventos, onde foram oferecidos, em todas as sete macrorregiões do Estado, cerca de 22 cursos e/ou seminários, atingindo milhares de pessoas, em sua maioria profissionais de saúde dos serviços municipais, agentes de pastorais e organizações comunitárias.

A 2ª etapa, que consiste em apoiar a reorganização e adequação dos serviços ambulatoriais e hospitalares de atendimento à criança e às gestantes, já foi realizada na Macrorregião Centro, com sede em Guarapuava e terá continuidade nas demais regiões, com a entrega de equipamentos e novos cursos enfocando também, a assistência necessária à população da terceira-idade em 1997.

Foram produzidos ainda, manuais e normas para atendimento à gestante hipertensa; para estudo de óbitos maternos e para assistência em Planejamento Familiar, bem como a consolidação e publicação dos principais indicadores de saúde materno-infantil por macrorregião, para todos os municípios do Paraná.

E finalmente, destacam-se o treinamento e reciclagem de 900 agentes comunitários; no subprojeto Saúde Bucal, treinamento de cerca de 800 profissionais; ações preventivas voltadas à saúde global dos adolescentes, com a realização de cursos para sensibilização de 403 adolescentes e 800 professores.

B.8 PARANÁ + SEGURANÇA

Em 1996, foi promovido o fortalecimento das atividades de policiamento, com a reequipamentação continuada das Polícias Civil e Militar e a melhoria em suas instalações físicas, tendo sido firmados 57 convênios com Prefeituras Municipais visando repasse de recursos para construção e reformas de Delegacias, num total de 34 obras.

Dentre suas ações, o Departamento da Polícia Civil que tem como função essencial a execução de serviços de polícia judiciária, arcou com a manutenção de cerca de 460 unidades policiais que instauraram uma média de 36.663 inquéritos policiais; executaram 4.140 mandados de prisão e realizaram 77 operações diuturnas.

O Instituto de Identificação, executou a expedição em todo Paraná de 440.374 cédulas de identidade e atestados criminais; implantou o sistema de identificação de recém nascidos; promoveu a instrução de pessoal por meio de cursos de reciclagem realizados pela Escola de Polícia Civil e; desenvolveu também, um sistema de informática, junto a CELEPAR, a fim de implantar a identificação civil, que deverá reduzir o prazo de expedição de cédulas de Identidade. Foi repassado o valor aproximado de R\$ 678,00 mil a este Instituto e também arrecadados com a emissão de documentos R\$ 183,43 mil.

O Instituto de Criminalística, por sua vez, realizou 15.360 perícias e pesquisas científicas; 579 retratos falados; 824 diagramas e 42.406 trabalhos fotográficos e; o Instituto Médico Legal 89.916 periciais médicos legais e pesquisas científicas.

B.8.1 Auto Escola

Neste projeto, o DETRAN capacitou, em 1996, 12.000 profissionais de auto-escola sendo que desses, 302 como instrutores e 60 como diretores.

B.8.2 Central de Atendimento ao Usuário

Foi implantado pelo DETRAN, a Central de Atendimento ao Usuário, com a instalação de 3.050 locais que dispõem de mecanismos de reclamação e sugestão relativas ao atendimento, do Disque DETRAN, o qual conta com um sistema telefônico de atendimento ao usuário.

B.8.3 Circulação e Sinalização Viária Urbana

Com relação a este projeto, foram desenvolvidos, em 1996, 90 planos de circulação e sinalização viária urbana para todo o Estado.

B.8.4 DETRAN Móvel

Visando prestar atendimentos aos usuários, foram adquiridas 30 viaturas dotadas de infra-estrutura de serviços pelo Projeto DETRAN Móvel.

B.8.5 Integração DETRAN/Despachantes

Em 1996, foi promovida a integração - via sistema informatizado - dos 1.300 despachantes do Paraná, licenciando cerca de 1,7 milhão de veículos com remessa postal da documentação.

B.8.6 Investimento na Segurança Pública

Os investimentos em segurança pública, para todo Paraná, em 1996, foram da ordem de R\$ 21,2 milhões, dos quais R\$ 11,6 já executados e outros R\$ 9,6 estão em processo de efetivação.

O Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, busca dotar a Polícia Militar com equipamentos operacionais e materiais permanentes, adquirindo em 1996, 191 viaturas; 33 equinos; 500 capacetes e escudos para controle de distúrbios; 04 tratores; 500 revólveres; 100 pistolas; 250 carabinas; 200 espingardas; 12 centrais telefônicas; 262 extintores; 28 televisores, equipamentos médicos, odontológicos, entre outros, despendendo aproximadamente R\$ 14,5 milhões.

Pelo Fundo de Reequipamento Policial - FUNRESPOL, foram adquiridos 1.556 mobiliários e eletrodomésticos; 83 equipamentos para o Instituto Médico Legal; 131 equipamentos para o Instituto de Identificação; 08 centrais telefônicas digitais; 30 veículos; 300 revólveres cal.38; 100 pistolas cal.45; 20 revólveres cal.3.57 e 20 pistolas 9mm - Grupo TIGRE; entre outros, no valor aproximado de R\$ 2,0 milhões.

B.8.7 Investimentos para o Corpo de Bombeiros

Em 1996, o Corpo de Bombeiros atendeu 2.877 ocorrências de incêndios urbanos, 3.172 florestais, 3.320 salvamentos, 290 serviços de busca, 7.742 socorros pré-hospitalares, 2.498 atropelamentos e 3.708 colisões; realizou 75.092 vitórias técnicas; atuou em 1.410 serviços de prevenção; e totalizou 7.777 ocorrências diversas de assistência suplementar a população. Para tanto, foram repassados pelo Tesouro do Estado cerca de R\$ 31,0 milhões.

Executou também, a reforma de 04 Quartéis, a construção de postos em 15 municípios, bem como a descentralização do Corpo de Bombeiros em Curitiba em 02 unidades de Ruas da Cidadania.

O Sistema de Assistência ao Trauma e Emergência - SIATE, que atende pessoas em situações de emergência, em ambulâncias equipadas com medicamentos e socorristas, foi expandido em Curitiba e implantado nas cidades de Londrina, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu, sempre em conjunto com a SESA e Prefeituras Municipais.

B.8.8 Multas Integradas

Encontra-se, em 1996, em fase de elaboração, o projeto de multas integradas que consiste na instalação de sistema geral de controle de multas vinculado ao Sistema RENAVALAM.

B.8.9 Patrulha de Fronteira

A denominada Patrulha Insular, efetua o patrulhamento em ilhas, como também em regiões costeiras e/ou ribeirinhas.

B.8.10 Patrulha Rural

A Patrulha Rural caracteriza-se pelo combate às ações de quadrilhas, que praticam o furto/roubo de veículos, insumos, implementos agrícolas e outros bens móveis de propriedades rurais agrícolas, restabelecendo a segurança e a tranquilidade na área rural. As unidades da Patrulha são compostas por uma viatura e duas motocicletas, existindo no momento 22 unidades em operação, e outras 22 em implementação. Conta ainda, com o Projeto Integração Operacional - PIO, que visa otimizar o trabalho das patrulhas volantes, na área rural, ampliando a atuação para proteção do meio ambiente.

B.8.11 Polícia Militar - Nova Realidade

O Comando de Policiamento da Capital, responsável pela manutenção da ordem pública em Curitiba e Região Metropolitana, desenvolve as ações de Policiamento Ostensivo; Policiamento de Guarda Especial - Prisão Provisória do Ahú; Penitenciária de Piraquara; Consulados; e Policiamento de Choque.

O Comando de Policiamento do Interior além de realizar o Policiamento normal a pé, motorizado e de Trânsito, iniciou o Projeto Veículo Aplicado Patrulheiro Misto, o qual consiste na realização de patrulhamento rodoviário com veículo adequado ao transporte de feridos.

O Batalhão de Polícia Rodoviária, executou, em 1996, o policiamento rodoviário em 14,5 mil km de rodovias; executou 04 meses de operações praias; 04 operações de defesa civil; utilizou 3.145 homens, em operações de apoio à atividades do SETR/DER, da SEFA/CRE; operação bóia-fria/bloqueios; entre outras, totalizando 58.083 operações. Conta ainda com o projeto Disk-Denúncia que encontra-se em

implantação para 12 Batalhões do Interior do Estado, com a divulgação de um número de telefone de fácil memorização.

O Batalhão de Polícia Florestal está executando o policiamento ostensivo por intermédio de Postos Policiais Florestais, estrategicamente distribuídos em todo o Estado, nas regiões de Florestas Naturais, Parques e Mananciais.

A Academia Policial Militar do Guatupê, que tem como objetivos formar, aperfeiçoar, especializar e estagiar os policiais militares, realizou cursos de Formação de Oficiais, Sargentos, Cabos, Soldados, Aperfeiçoamento de Tiro, Defesa Pessoal, de Intendência, Busca e Salvamento, Monitor de Ensino, Organização e Técnica de Práticas Oficiais, de Combate à Incêndios Florestais, para aproximadamente 2.000 alunos.

Por outro lado, o Hospital da Polícia Militar, realizou 56.307 atendimentos ambulatoriais, 17.511 atendimentos de pronto socorro; entre outros, além de manter a capacidade de internamento em 65 pacientes/dia aos policiais militares e seus dependentes legais nas áreas médica, odontológica e laboratorial.

B.8.12 Posto de Auto-atendimento

Foram implantados em 1996, postos de atendimento aos usuários na área de habilitação e veículos na Vila Hauer, na Rua da Cidadania-Fazendinha e Bloco "D" DETRAN - Curitiba.

Em implantação também, 16 Postos de Auto-atendimento.

B.8.13 Vistoria Eletrônica de Serviços

Em 1996, se encontram em processo de licitação, Projetos de Vistoria Eletrônica de Veículos, em 94 municípios.

II.C. PROJETOS E AÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA

C.1 PARANÁ FISCAL

A Secretaria de Estado da Fazenda responsável pela administração tributária, financeira e do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS, desenvolveu de forma equilibrada em 1996, a execução orçamentária e financeira, apesar de todas as dificuldades face à conjuntura econômica nacional.

Isso foi possível, em função da programação financeira ter sido administrada por prioridades, ou seja, despesas com pessoal, serviço da dívida e custeio administrativo, de acordo com o potencial e capacidade de arrecadação.

Deve-se ressaltar que a programação financeira global foi realizada em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pela concessão de capacidade de empenho aos órgãos da administração direta e indireta, a partir do qual se elabora o cronograma mensal e diário de fluxo de caixa, onde são discriminadas as receitas e as despesas.

A receita total provável do exercício atingiu R\$ 3,87 milhões, sendo o Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS o principal componente, com participação de R\$ 2,10 milhões, isto é, 54,3% do valor arrecadado.

Com o serviço da dívida pública, foi pago até o final do exercício de 1996, R\$ 369,0 milhões, dos quais R\$ 284,9 milhões de dívida pública interna e R\$ 84,1 milhões de dívida externa. O pagamento do serviço da dívida pública representou cerca de 9,5% do total arrecadado e 17,6% do ICMS. O saldo devedor da administração direta, em 30/11/96 estava em R\$ 1,86 milhão, sendo R\$ 1,44 milhão da dívida interna e R\$ 418,7 milhões da externa.

Com isso, fica evidenciado que apesar de todas as dificuldades, o financiamento dos gastos do governo foram feitos exclusivamente com recursos arrecadados, considerando que os ingressos de operação de crédito foram negativos - pagamentos R\$ 369,0 milhões e ingressos R\$ 121,7 milhões.

A administração financeira estadual está apoiada no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - SIAF, que tem como objetivos principais registrar o orçamento e apoiar a programação financeira, a emissão de documentos como

empenhos, liquidações, recolhimento de crédito, entre outros e, a emissão de relatórios operacionais legais uniformizados, via processamento automático de dados. No ano de 1996 prosseguiu-se com a extensão do Sistema SIAF aos órgãos da administração indireta, universidades e faculdades, consolidando assim a rede de microcomputadores do sistema à essas unidades.

Extenuantes foram os trabalhos e estudos desenvolvidos pela SEFA no ano de 1996, para o acompanhamento no Congresso Nacional e nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da tramitação de projeto de lei complementar do ICMS, que veio a tomar o número 87/96. Liderou nacionalmente, alternativas do projeto que minimizassem os prejuízos que seu original traria aos Estados, pelas perdas de ICMS decorrentes das desonerações do imposto nela previstas, dentre as quais, o Paraná seria um dos mais prejudicados.

Deve-se ainda registrar que esta Secretaria elaborou, imediatamente após a edição da referida Lei Complementar 87/96, o Projeto de Lei Estadual do ICMS, que já aprovado pela Assembléia Legislativa tomou o número 11.580, de 14.11.96, consolidando-se nessa única lei todos os dispositivos que regem esse tributo. Também já foi elaborado o novo regulamento do ICMS, mediante Decreto nº 2.736, de 05.12.96.

A SEFA elabora ainda, anualmente, a previsão e análise do ICMS, com emissão mensal do Boletim; análise das Principais Contas Públicas do Estado com o estudo Perfil da Gestão Financeira da Administração Pública do Paraná no Período 1990/1995; Estatísticas Econômico- Fiscais; Balança Comercial Interestadual; estudos sobre o Fundo de Ressarcimento das Exportações e de Participação dos Estados.

Em relação ao Valor Adicionado total do Estado - atividades no campo de abrangência do ICMS - totalizou R\$ 24,2 bilhões a preços correntes de 1995; com o setor primário participando com 15,6%, a indústria, inclusive energia elétrica, com 49,2%; o comércio, transportes e telecomunicações com 34,8%; o resíduo de 0,4% corresponde a recursos e autos de infração.

Nos termos da Lei nº 11.428 de 14 de junho de 1996, o Poder Executivo Estadual constituiu em 21 de junho de 1996, a Paraná Investimentos S/A, vinculada a esta Secretaria, com capital inicial de R\$ 303,95 milhões, onde o Estado do Paraná subscreveu e integralizou capital com 30.385.000.000 ações ordinárias e nominativas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, pelo valor de R\$ 303,85 milhões e a BANESTADO S/A - Informática, com R\$ 100,00 mil. O objetivo desta Empresa é a geração de recursos para o Tesouro do Estado pela emissão de títulos de longo prazo, lastreados por ações de estatais de que o Governo detenha o controle, observada a garantia de participação mínima no capital dessas empresas para mantê-las sob controle do Estado, recursos esses destinados a investimentos públicos no território paranaense.

O Banco do Estado do Paraná S/A, no período considerado obteve crescimento de depósitos totais na ordem de 30%, onde a Instituição atingiu a cifra de R\$ 3,5 bilhões. Mediante o aporte desses recursos, foi possível alavancar operações de crédito num volume de R\$ 3,8 bilhões. Em termos de Patrimônio Líquido, o BANESTADO atingiu a cifra de R\$ 461 milhões, o que possibilitou incrementar, sobremaneira, suas operações.

Finalmente, o BADEP que teve decretada sua liquidação extrajudicial em 05.02.91, a qual foi convocada em liquidação ordinária em 08.08.94, perdurando o mesmo regime até o presente momento. Com o advento da liquidação, o Banco deixou de exercer as atividades para as quais foi criado, passando a desenvolver, um trabalho voltado à realização de seus ativos, com vistas à satisfação dos credores.

C.1.1 Aumento de Arrecadação

A SEFA, desenvolveu em 1996, projetos visando o aumento de arrecadação, a redução dos índices de sonegação fiscal, melhorias nas condições de trabalho dos funcionários e aprimoramento dos serviços à disposição dos usuários.

Os denominados projetos especiais de fiscalização, que são atividades fiscais planejadas e coordenadas de forma centralizada, implementadas a nível estadual,

voltaram-se para segmentos econômicos específicos onde se constataram maiores focos de evasão fiscal. A operacionalização dessas atividades dá-se de forma descentralizada por intermédio das 10 Delegacias Regionais da Receita Estadual, entre eles: Projeto nº 001/96 - Operação Integração II, voltado para a verificação da regularidade das notas fiscais que acobertam o trânsito de mercadorias nas rodovias paranaenses, resultando em 2.006 autos de infração lavrados no montante de R\$ 987,4 mil. Realizou também, termos de cooperação técnica com órgãos de poder fiscalizatório, inclusive realizando a operação CODESUL; Projeto nº 002/96 - Construção Civil, visa a obtenção de um melhor controle e desempenho da receita do ICMS advinda do setor atacadista e varejista de materiais de construção, está sendo implantado nas principais cidades do Paraná desde 01/07/96; Projeto nº 003/96 - Usinas de Açúcar e Alcool, visa dar continuidade ao trabalho de fiscalização no setor de combustíveis, inibindo as práticas de sonegação nas fases industrial e de distribuição, resultando até outubro de 96, em 13 autos de infração lavrados no montante de R\$ 1,9 milhão; Projeto nº 004/96 - Fiscalização no Ramo de Bebidas, consiste na verificação da regularidade fiscal das operações efetuadas em todas as etapas de comercialização do segmento econômico que opera neste ramo, abrangendo fabricantes e distribuidores, resultando até outubro de 96 em 177 autos de infração lavrados no montante de R\$ 2,2 milhões; Projeto nº 006/96 - Paraná Integrado, que consiste em atividades fiscais para a verificação da regularidade das notas fiscais que acobertam o trânsito de mercadorias nas rodovias paranaenses, resultando até outubro de 96, em 1.523 autos de infração lavrados no montante de R\$ 843,7 mil; Projeto nº 007/96 - Frigoríficos, que visa aumentar a arrecadação do setor de abate de bovinos, saneamento do cadastro e exclusão de empresas paralisadas, e resultou até outubro de 96, em 126 autos de infração lavrados no montante de R\$ 35,0 milhões; Projeto nº 001/95 - Cidadão Nota 10, Programa de Governo cujo objetivo geral consiste na conscientização da população para o exercício da Cidadania fiscal, sendo trocadas pela campanha de agosto de 95 a outubro de 96, 144.676.000 notas fiscais; e Projeto nº 008/96 - Contribuinte Nota 10, que visa dar continuidade e maior abrangência à

campanha "Cidadão Nota 10", procurando motivar e estimular os empresários a fornecerem espontaneamente a nota fiscal, utilizando para isto parâmetros claros e definidos espelhados em dados fornecidos pelo próprio contribuinte, que demonstram a não emissão de notas fiscais de saída, gerando, conseqüentemente, um recolhimento insuficiente e irreal de ICMS aos cofres estaduais.

Além dessas ações, procedeu a análise de documentos de Comércio Exterior, que resultou em lançamentos de créditos tributários - autos de infração - no montante de R\$ 29,9 milhões; verificação fiscal em empresas que apresentaram saldo credor acumulado em conta gráfica, resultando em autos de infração no montante de R\$ 6,3 milhões; Disque-Sonegação, que resultou na lavratura de 446 autos de infração de janeiro a setembro de 96; Cobrar-bem - ICMS e IPVA, que com o objetivo de reduzir o número de débitos pendentes, arrecadou R\$ 88,0 milhões. Para o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA de 1990 a 1996, foi diminuído o nível de inadimplência de 43% para 27%, sendo recuperados aproximadamente R\$ 18,7 milhões de créditos tributários; e finalmente concluído o Projeto de Recadastramento, totalizando 156.500 contribuintes recadastrados, restando ainda 24.517 omissos. O percentual de recadastramento atingido foi de 86,5% sobre um total de 181.017 contribuintes.

C.2 PARANÁ + INFORMAÇÃO

O programa busca sustentar sistemas que possibilitem o envolvimento intersecretarial, permitindo assim dar respostas mais rápidas à comunidade.

Com isso, o Estado vem melhorando as condições de administração, a partir do conhecimento de parâmetros e indicadores de desempenho gerencial, custos, dimensionamento de recursos e prazos de execução, acompanhados e detalhados por nível de utilização.

C.2.1 Fortalecimento Institucional das Áreas de Pesquisa e Informação Pública

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDE por atuar dentro do Sistema de Planejamento e Coordenação Geral, tem como função a produção de conhecimento e informações para assessorar, subsidiar e fundamentar os programas do Governo Estadual referentes ao direcionamento e definição de estratégias para o avanço e consolidação da estrutura produtiva, social e ambiental do Paraná.

Nesse sentido, atua como suporte técnico atendendo demandas e desenvolvendo trabalhos conjuntos com outras instituições públicas estaduais, federais e municipais, assim como do setor privado e de representações políticas e sociais, sendo que as principais atividades desenvolvidas, no decorrer de 1996, além destas aqui detalhadas, encontram-se dentro de vários projetos de Governo.

Deve-se ressaltar a realização da pesquisa pioneira - Perfil do Setor de Informática em Curitiba - 1995/96, cujos resultados possibilitam uma visão atual do mercado de informática e suas perspectivas, permitindo aferir as restrições e potencialidades à expansão do setor, particularmente num momento em que se concretiza a instalação de um Parque de Software no Paraná, especificamente na Cidade Industrial de Curitiba, objetivando atrair unidades na área de informática; o Projeto Universidade do Professor, que apresenta os principais problemas e soluções apontados pelos professores das escolas da rede pública no Paraná, cuja tabulação, análise e avaliação da pesquisa está finalizada; a reformulação do Índice do Custo de

Vida em Curitiba - IPC, que com nova metodologia, reflete o padrão de consumo de Curitiba e, é reconhecido como medida do processo inflacionário; a Pesquisa Mensal de Preços de Materiais de Consumo e de Preços de Obras Públicas, o qual fornece o levantamento de preços e mão-de-obra da Região Metropolitana de Curitiba, e são utilizados pela Administração Estadual e Municipal; aprimoramento do Sistema de Realizações de Governo - SRG, que permite o acompanhamento das efetivas realizações do Governo do Estado; e por último, o Estudo Produto Interno Bruto dos Municípios Paranaenses, apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, promovido pelo IBGE. A partir deste trabalho, foi organizada a publicação Municípios Paranaenses: Participação na Economia do Estado.

C.2.2 Investimento em Tecnologia da Informação

Segundo a ótica de gestão da informática do Estado pelo Sistema Estadual de Informações, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, junto ao Conselho Estadual de Informática e Informações - CEI, ambos subordinados à SEPL, vêm atuando no processo de planejamento, racionalização e otimização da informática, pelos Planos Setoriais de Informática e, por vários projetos em parceria com órgãos, - compreendendo atividades de planejamento e acompanhamento permanente. Neste ano de 1996, foram concluídos 254 projetos, e permanecem em execução 534, perfazendo um total de 788 projetos - que permitem ao Estado ter uma visão global do conjunto de projetos, investimentos e serviços necessários para dotar os órgãos de soluções informatizadas, seguindo as normas e padrões estabelecidos para todo o Estado.

Esse instrumento torna eficaz a produção de ganhos concretos na gestão da informática, objetivando a integração e otimização dos recursos e dotando o Estado de informações que viabilizem sua atuação gerencial e operacional, tanto no contexto interno, como perante o cidadão e a comunidade em geral. Entre as ações desenvolvidas, podemos destacar: a implantação da Rede Metropolitana de Alta Velocidade - REDE ATM em fibra ótica, interligando 9 prédios e 22 órgãos do

Complexo Centro Cívico; INTERNET - implantação dos serviços de acesso e de informação na Internet para 72 órgãos da Administração Estadual, interligando 1.427 funcionários do estado à rede mundial; instalação de servidores de correio nas redes locais de 26 órgãos e mais 31 órgãos que utilizam um servidor central na CELEPAR, perfazendo um total de 2.995 caixas postais no Estado; Sistema de Automação do Processo de Arrecadação de Tributos Estaduais na SEFA-CRE; implementação piloto, em Londrina, do Sistema de Tratamento de Débitos, via Internet, aos despachantes credenciados do DETRAN; Projeto de Recadastramento de Proprietários de Veículos, com uma nova sistemática de Licenciamento Anual de Veículos; informatização das 74 CIRETRANS; implementação do Projeto Tele-Cidadão na Casa Civil; e implantação do Correio Eletrônico e, do Sistema de Legislação sobre Recursos Humanos na SEAD.

Com o intuito de garantir a evolução tecnológica e a melhoria do ambiente CELEPAR e de seus clientes, a Companhia, neste ano, além da substancial contratação de soluções e equipamentos para informática realizados na modalidade de locação, investiu algo em torno de R\$ 1 milhão.

Por outro lado, a Base Pública do Estado - Bpub, gerenciada pelo Centro Estadual de Estatística - CEE - IPARDES, que conta com mais de 26 milhões de informações, passou por significativas reformulações, permitindo obter-se informações por meio de recursos quantitativos, qualitativos e ilustrativos como tabelas, conceitos, mapas temáticos, gráficos e imagens disponibilizados à Administração Direta e indireta através da rede de teleprocessamento do Estado, forneceu ainda a outros usuários - empresas públicas e privadas, prefeituras, imprensa, universidades, entidades de classe e estudantes - cerca de 20.513.000 informações a respeito do Estado do Paraná.

C.2.3 Representação do Cidadão junto ao Governo

A Ouvidoria Geral, durante o ano de 1996, ampliou e concretizou com êxito suas metas preestabelecidas. Mantendo a estratégia de gerenciamento mediante a implantação de programas específicos, colocou à disposição do cidadão, mecanismos

facilitadores, permitindo o seu contato direto com a Ouvidoria e indireto com toda a máquina administrativa.

Esta gestão percebeu que o cidadão paranaense se apresenta mais seletivo, ciente que é seu dever participar, informar e multiplicar as informações recebidas. Todas as reivindicações, reclamações e sugestões registradas na Ouvidoria, passaram a ter mais consistência e, em sua maioria, com a identificação do interessado.

No período de janeiro a dezembro de 1996, a Ouvidoria Geral atendeu 6.565 reivindicações, das quais 4.636 solicitações ou 79% foram prontamente atendidas, via telefone, no prazo de 48 horas, e, por exigirem uma apreciação mais apurada, 1.225 originaram processos autuados, os quais foram enviados aos órgãos competentes. Das 6.565 reivindicações, 5.384 pedidos ou 82% obtiveram êxito nas soluções. A população fez valer os seus direitos por 5.371 contatos telefônicos, 933 cartas, 190 visitas pessoais e 71 casos via Internet. Desses contatos, registrou-se 4.335 reclamações quanto ao funcionamento de órgãos públicos; 1.232 solicitações de serviços; 359 denúncias; 454 informações de interesses coletivo e 185 sugestões para o aperfeiçoamento de ações administrativas.

Outras atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Geral, se deram por meio de programas como Alô Cidadão, que permite, gratuitamente que todo cidadão registre sua denúncia, reclamação, crítica ou sugestão sobre a ação ou omissão da administração pública; Convênio da Cidadania, o qual mediante celebração de convênio e indicação de um Ouvidor Municipal, passa a multiplicar a figura do Ouvidor junto às Prefeituras Municipais; Quero Meus Pais, onde além da informação dos órgãos competentes, passa-se a pesquisar e ajudar as pessoas a buscarem suas origens, abrangendo crianças desaparecidas, cidadãos que desconhecem seus pais, entre outros; Ouvidor Mirim, cujo objetivo é promover um processo educativo em parceria com a SEED, SEJU e SECR, dando à criança condições para que aprendam a exercitar na prática as noções de direitos e deveres, pela atuação do agente multiplicador; e Ouvidor Ambiental, onde passou-se a sensibilizar o cidadão da necessidade de multiplicar informações e práticas ecológicas.

Existem ainda os Programas: Ouvindo Com Qualidade; Cidadão: É O Seguinte - esclarecimentos dos direitos e deveres dos cidadãos, pela palavra escrita - cartilhas, boletins, jornais, revistas -, ou falada - entrevistas, palestras, encontros, seminários - ; Selo Cidadão; Ouvidor da Casa; Ouvindo a Comunidade; Tele-Cidadão, entre outros. O Projeto Tele-Cidadão teve elaborado pelo IPARDES a versão multimídia, cujo sistema possibilita uma posição a respeito das opiniões do cidadão paranaense, para as diversas regiões do Estado.

C.2.4 Sistema Integrado de Acompanhamento de Ações do Governo

Foi criado, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Sistema Integrado de Acompanhamento de Ações do Governo, estando a Coordenadoria de Estudos e Projetos responsável pelo Sistema de Acompanhamento dos Programas de Governo - SIAPG e o Centro de Estudos Estatísticos CEE - IPARDES, pelo Sistema de Realizações do Governo - SRG.

Os dois sistemas são compostos por aplicativos que permitem gerenciar as ações governamentais. O primeiro cadastra os programas e projetos onde são explicitados os objetivos, metas, prazos de realização e orçamento, possibilitando o acompanhamento das ações do Governo; e o segundo por sua vez, acompanha ações e obras do Governo, facilitando a avaliação constante dos recursos despendidos. Os dois sistemas já se encontram em funcionamento nos órgãos da administração direta e indireta do Governo, em quase sua totalidade.

C.3 QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA

Na atual gestão, diversas ações foram desencadeadas de forma a prestar sempre melhores serviços à população. Coube às Secretarias meio essa função, como demonstrado nos projetos abaixo.

C.3.1 Eficiência do Modelo Estrutural

A Secretaria de Estado do Governo, criada pela Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, compreende atribuições, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível da administração direta do Poder Executivo do Estado, típicas de um órgão de assessoramento logístico, jurídico e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo.

As atividades do Gabinete do Secretário, Direção e Assessoramento, envolveram a assistência direta ao Governador na sua representação civil, o recebimento, o estudo e a triagem do expediente processual encaminhado ao Governador e a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa.

As ações específicas no âmbito da Secretaria de Estado do Governo foram desenvolvidas por intermédio das Coordenadorias, como segue: a Coordenadoria Técnico-Jurídica desempenhou suas atividades de assessoramento jurídico, exercido de forma a subsidiar as decisões governamentais e, gerou durante o exercício de 1996, a análise de 1.710 processos, 31 contratos e protocolo de intenções; emissão de 1.593 pareceres e 117 informações; 1.350 despachos, 23 minutas de decreto, 6 extratos e 15 memorandos; 950 consultas atendidas e arquivo de 1785 documentos; a Coordenadoria Técnico-Administrativa, elaborou processos das mais variadas matérias, além da emissão de 736 pareceres, 32 informações e 50 cotas em processo, foram atendidas 190 consultas aos interessados que procuraram orientação técnica; e por último a Coordenadoria Técnico-Legislativa que realizou a análise de 318 projetos para sanção e respectivas leis, 36 razões de veto total e 1 razão de veto parcial; o preparo de 25

projetos de lei para restituição à Assembléia Legislativa, 165 pareceres e informações, a análise, o controle e o encaminhamento de 419 ofícios recebidos da Assembléia Legislativa; 79 minutas de atos diversos, 88 pedidos de informações, 108 informações recebidas; 101 mensagens governamentais e respectivos anteprojetos de lei encaminhados à Assembléia Legislativa.

O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Governo, envolve atribuições relacionadas a exploração dos serviços de loteria, competindo à mesma a autorização aos clubes para a realização de sorteios de bingos, bem como, a fiscalização de tais eventos. A arrecadação dos sorteios de bingos, durante o exercício de 1996, totalizou R\$ 2,5 milhões que foram repassados ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP.

Conta-se ainda, com a atuação da Casa Civil, que pelo seu Gabinete, executou tarefas de direção superior e assessoramento, bem como aquelas realizadas pela Assessoria Especial para Assuntos Indígenas, Escritório de Representação do Paraná em Brasília, Conselho Estadual da Mulher do Paraná e Conselho Estadual da Juventude, entre as quais a realização de eventos, palestras, encontros, seminários, cursos, campanhas e publicações, junto a órgãos federais, estaduais e municipais e ONG's.

A atuação do Gabinete do Chefe da Casa Civil envolveu a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador, despachando todos os processos de sua competência; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

A Assessoria Técnica da Casa Civil prestou serviços de assessoramento aos órgãos da Governadoria, na preparação das matérias que necessitaram de formalização

documental, bem como, o registro, acompanhamento e guarda dos documentos resultantes, totalizando 25.848 expedientes.

A Assessoria de Informática, por sua vez, desenvolveu as atribuições de assessoramento, implantação, manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informações, via processamento de dados, destacando-se o Sistema de Acompanhamento de Reivindicações - SAR, onde foram cadastrados 908 processos dirigidos ao Governador, Chefe da Casa Civil, Vice-Governadora e Chefia de Gabinete do Governador, sendo 15,5% atendidos 21,7% negados, 14,5% não solucionados e 48,3% em tramitação; e o Sistema Integrado de Autoridades - CIA, o qual disponibilizou informações sobre aproximadamente 6.500 autoridades estaduais, federais e outras, com ênfase naquelas que atuam no Paraná, sendo atendidas 456 solicitações de listagens, etiquetas e transmissão por meios magnéticos.

A Subchefia de Assuntos Especiais envolveu atribuições de acompanhamento dos eventos políticos de interesse do Poder Executivo Estadual, visando a análise da potencialidade dos mesmos e de sua repercussão, compreendendo atividades como solenidades, inaugurações, viagens, entre outras.

As ações da Subchefia do Cerimonial desenvolveu-se com o planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo relativas à organização de recepções e festividades.

E finalmente, a Casa Militar constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagens dos expedientes militares encaminhados ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil; outras atividades correlatas.

As ações da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil dividem-se tecnicamente em razão de situações de normalidade e anormalidade.

Nas situações de anormalidade como: repasse do Governo Federal aos Municípios no valor de R\$ 470.000,00 para recuperação da infra-estrutura urbana e do sistema viário; R\$ 64.000,00 do Governo Estadual para reconstrução de residências danificadas, medicamentos, alimentação para desabrigados, doações de materiais e alimentos para outros Estados e Municípios, 15 Processos de Declaração de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Decretadas pelo Governador.

Nas situações de normalidade, atua em operações de pesquisa e fiscalização de transporte de produtos perigosos, acidentes de veículos de transporte de produtos químicos, visita a acampamentos de "sem terra" acompanhado por representantes da Assembléia Legislativa e SESA, reuniões, encontros, entre outros.

A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, que tem por finalidade a definição de políticas, o planejamento, o comando, a execução, o controle e a orientação normativa dos Sistemas de Administração Geral e de Recursos Humanos, continuou buscando novas formas de gestão governamental, para todo o Estado no exercício de 1.996.

Com o objetivo de racionalizar seus serviços prestados nas áreas de administração geral e de recursos humanos de forma eficiente, visando resultados eficazes, a SEAD executou:

- Pela Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos - DSRH um total de 6.374 Concursos Públicos; 2.032 Processos de Disposição Funcional, entre outras;
- Pela Coordenadoria de Patrimônio do Estado - CPE, a manutenção e acompanhamento do Sistema de Bens Móveis - AAB, com a elaboração do inventário de bens da administração direta do Estado; definição de numeração única por códigos de barra para os bens móveis de propriedade do Estado; colaboração com diversos órgãos estaduais na regularização e manutenção de seus patrimônios, com fornecimento de

treinamento, empréstimos de equipamentos de informática e inclusive mão de obra; estudos junto a técnicos da CELEPAR e do Conselho Estadual de Informática, para georeferenciar todos os imóveis do Estado utilizando geoprocessamento, incluindo-se o controle das faixas de domínio;

- Pelo Grupo de Planejamento Setorial - GPS: o acompanhamento e controle do Sistema de Informações Jurídicas de Recursos Humanos - IJR, desenvolvido pela CELEPAR; publicação e distribuição aos diversos Órgãos do Estado da Legislação de Recursos Humanos, referente ao ano de 1995; acompanhamento dos atos referentes a recursos humanos para publicação da Legislação de Recursos Humanos do ano de 1996, com distribuição mensal das súmulas dos referidos atos a todas as áreas afins de todo o Estado; acompanhamento dos atos referentes a administração geral para publicação da Legislação Básica do Sistema de Administração;
- Pela Coordenadoria de Administração de Serviços - CAS a implantação do Correio Eletrônico, juntamente com a CELEPAR, que será utilizado por 90 órgãos e 3.500 usuários. Os serviços oferecidos são Correio Eletrônico, Automação de Escritório, Agenda Individual, Agenda de Compromissos, Quadros de Avisos, Debates ou Reuniões por Computador e Formulários Eletrônicos; contratação de empresa para instalação da Rede de Comunicação de Dados em Alta Velocidade para atender os órgãos do Centro Cívico, que permitirá a melhor utilização dos recursos disponíveis com troca de informações em tempo real entre os órgãos, além da comunicação com outras redes de informação do mundo todo; atualização dos valores relativos as modalidades de Licitação; realização de trabalho de racionalização de processos junto aos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Documentos, com a finalidade de reduzir a quantidade de processos pendentes. Num período

de 06 meses houve uma redução de 26% de um total de 440.000 processos, que foram localizados e regularizados pelos órgãos; entre outras;

- Pela Coordenação de Informática Setorial - CIS, a implantação do Núcleo de Informática e Informações, com o objetivo de articular as atividades de informática e integrar técnica e metodologicamente os sistemas de informações para apoio gerencial informatizado aos níveis decisórios do Governo do Paraná, disponibilizar informações atualizadas para a gestão ágil e eficiente, propiciar ferramentas de gestão de RH, de patrimônio e de materiais além de incentivar a automação de escritório no âmbito governamental, entre outras;

Na Administração Indireta:

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná

- IPE, promoveu:

- Programa de Combate e Prevenção do Câncer na Mulher - PREV - MULHER, com o objetivo de realizar um trabalho preventivo sobre o câncer de mama e ginecológico, em 50.000 servidoras públicas do Estado;
- Programa de Atendimento à Saúde Integral do Adolescente, com o objetivo de oferecer aos adolescentes e seus pais, serviços na área social, psicológica, pedagógica e médica;
- Promoção da modernização e agilização dos serviços prestados aos segurados do Instituto, por intermédio de ações como a terceirização da mão-de-obra do setor de marcação de consultas, denominado de Núcleo de Marcação de Consultas. Este novo sistema desenvolvido pela CELEPAR, registrou 144.343 consultas médicas, 18.085 odontológicas e 46.595 exames;
- Integração da folha de pagamento de pensão de servidores oriundos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, objetivando garantir o pagamento

de pensões com valores atualizados e corretos, reduzindo ou até extinguindo os pedidos de revisão de valores de pensões por parte dos pensionistas;

- Conclusão de procedimentos para o processo de recadastramento de beneficiários do IPE, em conjunto com a SEAD, para manter o controle efetivo de instituições de dependentes, sendo recadastrados 16.192 pensionistas; implantadas 720 pensões; integradas 11.992 pensões ao SIP; suspensas 148 pensões e canceladas 287.

No que se refere ao Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, realizou-se a transferência de 12,86m de documentação para arquivo intermediário; 2.465 certidões e informações fornecidas a órgãos públicos; assessoramento a 16 órgãos da administração direta e indireta para Gestão Documental; atendimento a 402 pesquisadores de documentação histórica; avaliação de 356,1m de documentos; higienização de 244m de documentos; acondicionamento de 32m de documentos; produção de 85 rolos de microfilmes 16 mm; produção de 135 rolos de microfilmes 35 mm; duplicação de 52 rolos de microfilmes 16 mm; duplicação de 74 rolos de microfilmes 35 mm; fornecimento de 375 cópias micrográficas; (re) organização de 60,55m de documentação permanente; organização de 52,8m de documentação intermediária.

O Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, realizou no exercício de 1996: 5.568 atendimentos prestados pela Central de Transporte, 691.961 km percorridos nos atendimentos, 511.236 correspondências entregues pelo serviço de Malote, entre outros.

O Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, por sua vez, emitiu 38 atestados de Capacidade Técnica a Licitantes, com encaminhamento mensal à Coordenadoria da Receita do Estado, de relatório de todas as Notas Fiscais que foram pagas a fornecedores pelo DEAM, para que sejam fiscalizadas as empresas fornecedoras do Estado; 49 pedidos de autorização de divulgação, para publicação de avisos de licitações no valor total de R\$ 21.335,80, autorizados pelo Conselho de

Comunicação Social; processou 10.150 requisições estocáveis e não estocáveis dos diversos Órgãos usuários do DEAM no Estado do Paraná; desenvolvimento de relatório, juntamente com a CELEPAR, onde consta a relação de materiais e equipamentos efetivamente fornecidos pelo DEAM a todas as unidades clientes, com as respectivas especificações, quantidades, preços unitários, total e data de atendimento, encaminhando mensalmente a todos os Diretores Gerais para conhecimento e controle; elaboração de 529 processos licitatórios, sendo 86 Tomadas de Preços, 436 Convites, 08 Concorrências, 478 Compras informais, 06 Dispensas de Licitações, 06 Inelegibilidades, entre outros.

A Procuradoria Geral do Estado, no decorrer do ano de 1996, direcionou suas atividades para a consecução de três objetivos básicos: infra-estrutura, com ênfase à informatização; suporte jurídico à atuação do Estado; e incremento do atendimento às ações judiciais, especialmente a cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Dentre suas ações no ano de 1996, destacam-se:

- Implantação de novo Sistema de Controle de Prazos Judiciais - SPJ, visando agilização e controle no trâmite dos processos judiciais;
- Atuação em pleitos judiciais que envolveram ações de grande valor como o da Estrada de Ferro Central do Paraná;
- orientação à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, por meio de pareceres e acompanhamento de suas ações, implementando a Lei nº 8.660;
- Análise jurídica das expropriações, realizadas pela COMEC, para viabilização do Canal Extravasor do Rio Iguaçu;
- Realização de levantamentos destinados às desapropriações para a implantação dos acessos ao Aeroporto Internacional Afonso Pena;
- Consultoria e assessoramento jurídico nas questões decorrentes do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais e COMEC visando instalação da montadora de automóveis Renault;

- Emissão de pareceres sobre o processo de concessão da FERROESTE;
- Ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivos das leis orgânicas dos Municípios de Matinhos e Guaratuba, na tentativa de obstar a construção de obras que coloquem em risco ou destruam o patrimônio ambiental e turístico do Estado;
- Assistência na ação penal destinada à condenação das pessoas ligadas ao Golpe do ICMS;
- Acompanhamento jurídico dos projetos que visam a captação de recursos junto a organismos de empréstimos internacionais, tais como BIRD, BID, OECF e KFW;
- A imediata regularização das obrigações fiscais do BRDE e a defesa da natureza autárquica daquela instituição, em conjunto com as Procuradorias do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre outras.

A Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, foi criada pela Lei nº 11.066 de 01 de fevereiro de 1995, e regulamentada pelo Decreto nº 641 de 06 de abril de 1995 e tem como finalidade, o planejamento, organização, promoção, direção, execução e fiscalização das atividades relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura em todos os prédios e obras de propriedade ou em uso pela administração estadual direta e indireta. O Departamento Estadual de Obras Públicas - DECOM, autarquia vinculada com seus 14 Escritórios Regionais, funcionam como instrumentos de integração Município x Estado, cumprindo também, outras atribuições tais como orientação no planejamento, projeto e construção de obras, e, ainda coletando dados e informações locais e regionais, para uma maior racionalização na implantação de obras públicas. Revisou também vários projetos/padrões e memoriais descritivos procurando aprimorar e adaptar às condições regionais, bem como pesquisas de materiais em novas técnicas construtivas, a minimização dos custos e a melhoria da qualidade das obras.

A orçamentação de obras/serviços de engenharia realizada pela SEOP, destacou-se devido a uniformidade obtida no tratamento relativo a preços, mediante composição de custos unitários de serviços editada e publicada periodicamente, servindo de parâmetro para orçamento utilizado em diversas entidades federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada.

Durante o ano de 1996, foram executadas 1.334 obras e serviços no valor de R\$ 76,6 milhões, como demonstra o quadro abaixo.

RESUMO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 1996			
OBRA/LOCAL	MUNICÍPIO	ÁREA m ²	INVESTIMENTO R\$
Reforma do Refeitório Colégio Militar	Curitiba	1.940,00	527.678,68
Reparos no Ginásio do Tarumã - cobertura	Curitiba	6.811,84	1.324.680,01
Construção da Unidade Escolar Bairro Santana	Guarapuava	1.480,54	565.733,10
Construção da Unidade Escolar	Juranda	1.171,60	335.815,94
Ampliação do Hospital Zona Norte	Londrina	492,00	551.283,08
Construção do Restaurante Universidade UEL	Londrina	1.527,00	856.958,50
Construção da Unidade Escolar Conj. Habitacional Mandacaru	Maringá	1.541,00	369.384,00
Construção da Unidade Escolar Pindorama	Quedas do Iguaçu	1.056,50	283.724,31
Construção da Unidade Escolar Nicolau Baltazar	Rebouças	1.220,37	399.208,97
Construção da Unidade Escolar Bairro São Pedro	Telemaco Borba	1.237,85	494.045,61
Construção do Centro Regional de Trânsito	Toledo	1.090,86	163.366,01

O DECOM apresentou no período de janeiro a novembro de 1996, um superavit financeiro de R\$ 941,12 mil, realizando um gasto no montante de R\$ 1,39 milhão para manutenção de suas atividades. Outrossim, verificou-se um acréscimo em seu ativo permanente no valor de R\$ 80,53 mil.

Cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS planejar, coordenar e controlar a execução de todas as atividades relativas à área de Comunicação Social, abrangendo todas as unidades da administração direta e indireta do Poder Executivo. Durante 1996, a SECS participou de todas as visitas oficiais do governo, nos eventos dentro do Estado e em outras regiões do Brasil e, via Agência Estadual de Notícias, coordenou e controlou toda a programação da divulgação das atividades do governo, pela redação de notícias para jornais, rádios, televisões e reportagens e documentários em textos, fotos, audiovisuais e vídeo tapes.

Desenvolveu ainda, durante o exercício de 1996: a apreciação de 3.801 Pedidos de Autorização de Divulgação e Veiculação - PADV; serviços e campanhas publicitárias, elaboração de matérias, serviços de clipagem eletrônica e auxílio a

diversos órgãos públicos; instalação da Internet, Clipping Eletrônico, Central de Notícias e reestruturação do Banco de Dados do Sistema de PADV utilizado pelo órgão.

À Agência Estadual de Notícias coube a prestação de assistência aos órgãos da administração estadual no seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira e, também, a programação, coordenação, distribuição e controle de todas as publicações das atividades oficiais diárias do Governo do Estado do Paraná, redigindo, em 1996, 4.348 matérias para jornais, rádios e televisões. O Setor de Fotojornalismo acompanhou o Governador em 60 viagens e os Secretários de Estado em outras 50, por todo o interior do Paraná.

A Coordenadoria de Relações Públicas participou de várias atividades, entre as quais: lançamento das Vilas Rurais em Peabiru, Luiziana e a Rua do Ofício em Campo Mourão; assinatura de contratos para a conclusão e construção de unidades habitacionais no Estado do Paraná, campanha Volta às Aulas -café da manhã e almoço, campanha Da Rua Para a Escola, convênio Paraná Rural - BIRD, 150 Anos do Colégio Estadual do Paraná e entrega da primeira cesta básica de material de consumo para hospitais - todas no Palácio Iguaçu; Tele Cidadão; Paraná Ambiental; repasse de verbas do Programa Comunidade Solidária; Pró-Moradia e Pró-Saneamento; inauguração do novo Aeroporto Afonso Pena, em 26/07/96; assinatura de convênios para a concessão de rodovias.

À Coordenadoria de Marketing, coube o acompanhamento, avaliação e desenvolvimento de materiais de divulgação e campanhas solicitadas pelos órgãos do Governo do Estado, em conjunto com as agências de publicidade licitadas para atendimento aos serviços de divulgação e propaganda. Destacam-se a Campanha "Cidadão Nota 10"; Feira do Paraná; campanha de orientação para a economia de água da SANEPAR; campanha de Preservação do Meio Ambiente da SEMA; e campanha de envolvimento da comunidade na Educação, pela SEED.

C.3.2 Profissionalização de Recursos Humanos

O IPARDES, por intermédio da sua Diretoria do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento - CTD, participa da melhoria da qualificação dos servidores do Governo do Estado, visando um maior intercâmbio técnico-institucional entre os órgãos estaduais e o aprimoramento de seus profissionais, em cursos, alguns correspondentes ao título de especialização, e eventos, de acordo com os planos e objetivos da parceria estabelecida, envolvendo servidores dos mais diversos organismos estaduais. Ao longo de 1996, foram realizados 75 cursos técnico-gerenciais, totalizando uma carga horária de 2.943 horas/aula, atendendo a 1.260 alunos. Destaca-se o Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Orçamentária para o Setor Público - 504 horas/aula, formando técnicos para a área de orçamento público.

Na área de informática, foram ministrados 302 cursos instrumentais e avançados, com carga horária de 6.553 horas/aula, capacitando 3.327 servidores, predominantemente estaduais. Também, foram promovidos seminários e ciclos de palestras nos quais participaram 3.340 pessoas. Além desses, deu-se início a programação da discussão sobre a Reforma do Estado e serão realizados seminários temáticos nos quais se apresentará vários aspectos da reforma administrativa proposta pelo Governo Federal.

O IPARDES participou também com a capacitação de técnicos da SERT e membros dos Conselhos Municipais do Trabalho, no Programa Construindo o Trabalho, em parceria com a Universidade Livre do Trabalho.

Por outro lado, a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - DTRH da Secretaria de Estado da Administração, realizou durante o exercício de 1.996, 10 programas de treinamento com 208 cursos e 3.761 participantes, assim distribuídos: 26 Programas Abertos de Treinamento, com a participação de 495 técnicos; 03 de Educação Básica, com 200 participantes; 20 de Treinamento "In Company", com 638 participantes; 115 Afastamentos para Treinamento e Desenvolvimento - no País e no Exterior; 11 de Informática, com 578 participantes; 05 Pós-Graduação, com 116 participantes; 02 Programas Especiais de Treinamento, com

42 participantes; 17 Programas Externos - Cursos, Congressos, Seminários, Simpósios, Palestras e Encontros, com 48 participantes e 09 Programas Institucionais, com 1.529 participantes.

C.4 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A melhoria da Gestão Pública no Estado vem sendo alcançada também pelo desenvolvimento de atividades direcionadas a Coordenação das ações governamental e de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo.

A Secretaria de Estado do Planejamento atua nestas áreas por meio de sua Coordenadorias abaixo especificadas, como também pelas suas vinculadas, cuja atividades se encontram devidamente detalhadas nos mais diversos projetos do Governo.

C.4.1 Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG

Coube a SEPL, por intermédio desta Coordenação criada em 1995, a supervisão e elaboração de projetos para obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais.

Contando com uma equipe técnica multidisciplinar, foram desenvolvidos programas sociais e econômicos, como: Alívio à Pobreza no Meio Rural e Controle dos Recursos Naturais - Paraná 12 Meses, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio - Proem, e Saneamento Ambiental do Paraná ParanáSAN, que se encontram detalhados dentro deste documento.

A performance de trabalho apropriada das Unidades de Desenvolvimento de Projeto específicas e o atendimento aos cronogramas resultaram na aprovação dos três projetos, por parte das instituições internacionais que irão financiá-los - respectivamente, BIRD, BID e OECF -, restando, agora, tão somente a aprovação do Senado Federal às operações de crédito externo.

O Projeto Paraná 12 Meses objetiva reverter a situação de pobreza no meio rural numa ação sustentável, apoiada na diversificação da agricultura familiar, na geração de empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento rural, envolvendo ao longo de seis anos, recursos da ordem de US\$ 353 milhões - US\$ 175 milhões de empréstimo e US\$ 178 milhões do Tesouro estadual - e beneficiará aproximadamente 1,4 milhão de pessoas das regiões agrícolas.

O Proem visa aumentar a eficiência, a eficácia e a equidade do Sistema de Educação Média do Paraná, com reorganização da oferta de vagas, aperfeiçoamento do pessoal docente, reformulação curricular da educação geral e reorientação pedagógica do ensino técnico. Num prazo de 05 anos deverá movimentar investimentos da ordem de US\$ 222 milhões - US\$ 100 milhões de empréstimo e US\$ 122 milhões do Tesouro Estadual - beneficiando 400 mil estudantes e 25 mil professores de 2º Grau.

Por fim, o ParanáSAN tem por objetivo a melhoria e ampliação dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, como também, a disposição final adequada de embalagens e resíduos de agrotóxicos nas regiões agrícolas. Deverá receber investimentos da ordem de US\$ 392 milhões - US\$ 221 milhões de empréstimo e US\$ 171 milhões do Tesouro do Estado -, para, num prazo de sete anos, beneficiar cerca de 2,4 milhões de paranaenses.

C.4.2 Centro de Gestão de Programas - Unidade de Acompanhamento Financeiro

O Centro de Gestão de Programas/Unidade de Acompanhamento Financeiro, desenvolveu no exercício, as atividades de acompanhamento financeiro para estabelecimento das programações orçamentárias trimestrais, visando à execução do PROSAM, PEDU, Programa Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV, PQE, PROSEGE, PARANÁ RURAL, PARANÁ URBANO e o Projeto Paraná 12 Meses.

É também da competência da SEPL, o gerenciamento e a coordenação geral do PROSAM bem como o apoio às entidades executoras COMEC, SEMA, IAP, SUDERHSA e SANEPAR, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP.

C.4.3 Escritório Brasil - China

Coerente com os compromissos assumidos pelo Governo do Estado em diversos protocolos e acordos assinados, o Escritório Brasil-China - EBC desempenhou, ao longo de 1996, o seu papel de "agente facilitador e fomentador" das relações de cooperação científico-tecnológica, econômicas e culturais com a República

Popular da China, país que apresentou o maior dinamismo econômico do planeta nas últimas duas décadas e representa um mercado potencial de 1,2 bilhão de pessoas. atuação do EBC, que se encontra detalhada dentro de outros projetos deste documento consistiu basicamente em articular e intermediar essas relações, auxiliando instituições de governo e empresas do Paraná na consecução de seus objetivos, e servindo interlocutor com o lado chinês nas questões de interesse mútuo, informando-o respeito da economia e sociedade paranaense, bem como sobre as políticas de governo procurando obter a cooperação do lado chinês aos nossos objetivos.

Por outro lado, como decorrência do Decreto Estadual 1915, de 31 de maio de 1996, o EBC prestou apoio ao Comitê Paraná - Zhejiang para a Promoção do Intercâmbio Econômico, cuja primeira reunião foi presidida pela Vice-Governadora, Sra. Emília Belinati.

C.4.4 Coordenadoria de Orçamento e Programação

No processo de mudança da gestão pública do Estado, o Orçamento do Estado foi reorientado para, integrado ao Programa de Governo, consolidar as informações e promover o controle gerencial de gastos.

Dentre as diversas ações que envolvem o orçamento dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Estadual, como Anteprojeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1997, Relatório da Execução Física do Orçamento de 1995, emissão de Quadros de Detalhamento de Despesas - QDD, a Coordenadoria destacou-se também na elaboração de estudos visando a modificação da estrutura orçamentária da despesa, adotada pelo Estado, com a utilização da classificação da despesa adotada pela União; na criação de um Sistema COP em paralelo com as alterações de estrutura e de elementação da despesa, para o exercício de 1997, devido a necessidade de entregar a proposta orçamentária até o final de setembro e de manter a execução orçamentária de 1996 dentro da atual estrutura de Órgãos/Unidades e de Classificação da Despesa; no desenvolvimento da metodologia para a elaboração da Proposta Orçamentária para 1997 e a conseqüente elaboração do Manual de Instrução, bem como a criação de

Tabelas Didáticas das Rubricas Orçamentárias da Despesa, visando familiarizar os usuários com a nova Classificação; e na elaboração de 40 Mensagens e Anteprojetos de Lei, 390 Decretos, 989 Resoluções, 1.243 Portarias e 240 Informações, entre outras.

C.4.5 Planejamento Institucional

A Coordenadoria de Planejamento Institucional - CPN, no âmbito da SEPL, atua como unidade polarizadora das ações integrantes do processo de mudança organizacional do Poder Executivo Estadual, desenvolvendo estudos para o aprimoramento e ajuste do aparato governamental às exigências conjunturais e técnicas, bem como às potencialidades e vocações setoriais do Estado.

Destacam-se dentre as atividades desenvolvidas, neste ano de 1996, a reformulação da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas; da Secretaria de Estado de Obras Públicas, do Departamento de Construção, Obras e Manutenção - DECOM e do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP.

Na busca de soluções alternativas para a problemática institucional no contexto estadual, objetivando a otimização das estruturas comprovadamente necessárias à ação governamental, foram desenvolvidos estudos para adoção de contratos de gestão que visam o estabelecimento de compromissos entre o governo e as entidades executoras dos serviços contratados.

Efetuada também, adequações organizacionais para adaptação da estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER ao Programa de Concessões de Rodovias, a elaboração de Anteprojeto de Lei para qualificação de entidades, como o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e o PRÓ-CENA S/C - Produções Artísticas do Centro Cultural Teatro Guaíra - como organizações públicas não estatais, de direito privado, sem fins lucrativos e habilitadas a firmar contratos de gestão com o Poder Executivo, denominadas de Organizações Sociais.

Ainda, no decorrer de 1996, a CPN promoveu a manutenção e reformulação do Sistema de Legislação Organizacional - LOP, do Sistema de Estrutura de Governo - EGO e do Cadastro Organizacional do Poder Executivo Estadual.

C.4.6 Coordenadoria de Estudos e Projetos

Objetivando o aumento da participação do Paraná nos recursos da União, foi criado um sistema informatizado que permite o acompanhamento instantâneo do orçamento dos ministérios e da liberação dos recursos previstos para o Estado. Este trabalho foi realizado de forma articulada com a Bancada Paranaense de Deputados Federais e equipe técnica em Brasília. Buscou-se também a identificação de recursos e o encaminhamento aos ministérios, de programas e projetos de interesse das Secretarias e Órgãos do Estado.

Na fase de elaboração do Orçamento Geral da União - OGU/97, a CEP coordenou a formulação por parte das Secretarias e Órgãos do Estado, dos pleitos aos Ministérios. Tais pleitos, após triagem e padronização, foram protocolados e apresentados nas áreas técnicas dos diversos Ministérios objetivando suas inclusões no OGU/97.

Outra ação realizada pela Coordenadoria foi dar suporte técnico aos trabalhos realizados no âmbito do fórum CODESUL/CRECENEA-Litoral, que reúne, no Brasil, os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul e, na Argentina, as Províncias de Corrientes, Chaco, Misiones, Formosa, Entre Rios e Santa Fé, divisas com Estados brasileiros.

Foram realizados trabalhos, de forma articulada, buscando estabelecer uma estratégia de desenvolvimento regional, com posterior definição de programas, ações e obras prioritárias para a região. A Coordenadoria foi responsável pela coordenação, ao nível do Paraná, dos vários Grupos de Integração Temáticas, reafirmados em 14 de maio de 1996, pela Declaração de Resistência, documento assinado pelos governadores do CODESUL e do CRECENEA.

A CEP foi também responsável, pelo suporte técnico à interlocução do Programa Federal Comunidade Solidária, que visa o atendimento à população carente dos municípios mais pobres do Paraná. No ano de 1995, foram beneficiados 15 municípios paranaenses que participaram da primeira fase, e em 1996, mais 52 novos municípios foram incorporados. Os recursos aplicados em 1996 em programas de educação, redução da mortalidade, geração de emprego e renda, fortalecimento da agricultura familiar, creches e desenvolvimento urbano totalizaram cerca de R\$ 28,2 milhões.

No ano de 1996, deu-se continuidade também à implantação do Sistema de Acompanhamento dos Programas de Governo - SIAPG e do Sistema de Realizações Governamentais - SRG, em conjunto com a Assessoria Técnica da SEPL e com o CTD e DEE do IPARDES.

Além das atividades anteriormente arroladas, a CEP emitiu em 1996 diversos pareceres e informações técnicas para subsidiar decisões do Senhor Secretário de Planejamento.

A Coordenadoria participou ainda com representantes na Comissão Técnica do Programa Mais Empregos, no Conselho Estadual de Assistência Social e no Conselho Estadual da Criança.